

Adérito Fernandes Vieira

**A importância da informação e do diagnóstico no
protejo de reabilitação de edifícios de génese
pombalina em Lisboa**

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2019

Adérito Fernandes Vieira

**A importância da informação e do diagnóstico no
protejo de reabilitação de edifícios de génese
pombalina em Lisboa**

Dissertação defendida em provas públicas
na Universidade Lusófona de Humanidades
e Tecnologias, no dia 18/12/2019, perante o
júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação
n.º 298/2019 de 16 de agosto, com a
seguinte composição:

Presidentes: Professor Doutor Pedro Filipe
Coutinho Cabral D'Oliveira Quaresma
[ULHT]

Arguente: Professor Doutor Bernado de
Castro Norton Vaz Pinto [ULHT]

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio
Monteiro Lopes [ULHT]

Vogal: Professor Doutor Maria Rita Pais
Ramos Abreu de Almeida [ULHT]

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2019

Dedicatória; Agradecimentos

Na finalização do meu percurso académico, começo por agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse realizar o meu curso e em especial esta dissertação.

Agradeço em especial, à minha família pelo esforço e apoio incondicional, pelo facto de abdicarem de muitas coisas nas suas vidas para eu conseguir chegar à meta deste percurso. Agradeço também a todas as pessoas que me são próximas, pela amizade e apoio que me facultaram ao longo desta etapa da minha vida.

Um muito obrigado ao meu orientador que me apoiou nas escolhas feitas e me ajudou para que estas tivessem o melhor resultado possível.

Índice

1. Introdução	15
1.1. Estrutura da dissertação	15
1.2. Objetivos e justificação do tema.....	16
1.3. Metodologia e etapas de estudo	17
2. Conceitos. As razões para reabilitar. A necessidade de informação e do diagnóstico	18
2.1. Conceitos de património arquitectónico	18
2.2. Conceitos de reabilitação	19
2.3. A importância atual da reabilitação do património arquitetónico	21
2.4. A necessidade de informação e do diagnóstico em reabilitação.....	23
2.4.1. Normas internacionais.....	23
2.4.2. Legislação portuguesa	24
3. Estratégias de obtenção de conhecimento. Três casos de estudo.	25
3.1. A justificação da escolha dos casos de estudo.....	25
3.2. Método de análise.....	25
3.3. O antigo Palácio Ficalho	27
3.3.1. Enquadramento urbanístico	28
3.3.2. Evolução histórica / usos originais	30
3.3.3. Condição estrutural	32
3.3.4. Descrição arquitectónica - fachadas, coberturas e interiores.....	33
3.3.5. Estado de conservação.....	37
3.3.6. Programa decorativo	38
3.3.7. Vestígios arqueológicos	39
3.3.8. Documentação técnica.....	40
3.4. Edifício na Rua dos Douradores	50
3.4.1. Enquadramento urbanístico	51
3.4.2. Evolução histórica / usos originais	53
3.4.3. Condição estrutural	55
3.4.4. Descrição arquitectónica - fachadas, coberturas e interiores.....	56
3.4.5. Estado de conservação.....	61
3.4.6. Programa decorativo	62
3.4.7. Vestígios arqueológicos	63

3.4.8. Documentação técnica.....	64
3.5. Edifício no Rossio	67
3.5.1. Enquadramento urbanístico	68
3.5.2. Evolução histórica / usos originais	71
3.5.3. Condição estrutural	73
3.5.4. Descrição arquitectónica - fachadas, coberturas e interiores.....	74
3.5.5. Estado de conservação.....	80
3.5.6. Programa decorativo	81
3.5.7. Vestígios arqueológicos	82
3.5.8. Documentação técnica.....	83
4. Estratégias de obtenção do conhecimento. Conclusões.....	89
4.1. O conhecimento da história	89
4.2. O conhecimento do local.....	90
4.3. Os sistemas construtivos	91
4.4. O estado de conservação	92
4.5. Os limites impostas ao projeto de reabilitação física.....	93
4.6. Conclusão	94
Bibliografia.....	95
Anexos	97

Índice de ilustrações

Quadro 1. Conceitos ligados à reabilitação. fonte: (Paiva, Aguiar, & Pinho, 2006, p. 16).....	20
Figura 1. Edifício Palácio Ficalho. fonte: Autor (2017).....	25
Figura 2. Edifício na Rua dos Douradores. fonte: Autor (2019).....	25
Figura 3. Edifício no Rossio. fonte: Autor (2019).....	25
Figura 4. Palácio Ficalho, esquina da Rua dos Caetanos, com a Travessa dos Fiés de Deus. fonte: Autor (2017).....	27
Figura 5. Vista de Lisboa da 2. ^a metade do século XVI inserida na obra de George Braunio (Citates Orbis Terrarum de 1593). fonte: (Carita, 1994).....	28
Figura 6. Braunio, finais do século XVI e destaque do espaço conjectual construído o Palácio Ficalho. fonte: (Silva, 2016).....	30
Figura 7. Palácio Ficalho, esquina da Rua dos Caetanos, com a Travessa dos Fiés de Deus, no Bairro Alto, em Lisboa. fonte: Autor (2017).....	31
Figura 8. Pátio do edifício Palácio Ficalho. fonte: Autor (2017).....	31
Figura 9. Pátio do edifício Palácio Ficalho. fonte: Autor (2017).....	31
Figura 10. Parede de alvenaria de pedra . fonte: Autor (2017).....	32
Figura 11. Parede de frontal. fonte: Autor (2017).....	32
Figura 12. Parede de tabique. fonte: Autor (2017).....	32
Figura 13. Parede de betão armado. fonte: Autor (2017).....	32
Figura 14. Parede de alvenaria de tijolo. fonte: Autor (2017).....	32
Figura 15. Parede de gesso. fonte: Autor (2017).....	32
Figura 16. Laje ou pacimento de vigotas. fonte: Autor (2017).....	33
Figura 17. Palácio Ficalho, fachada sobre a Rua dos Caetanos. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	33
Figura 18. Palácio Ficalho, fachada sobre a Rua Travessa dos Fiéis de Deus. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	33
Figura 19. Palácio Ficalho, planta da cobertura. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	34
Figura 20. Palácio Ficalho, planta do piso -2. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	35
Figura 21. Palácio Ficalho, planta do piso da loja. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	35
Figura 22. Palácio Ficalho, planta do piso térreo. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	36
Figura 23. Palácio Ficalho, planta do piso 1. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	36
Figura 24. Palácio Ficalho, planta do piso 2. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015).....	36

Figura 25. Edifício Palácio Ficalho, sala de entrada do piso térreo. fonte: Autor (2017).....	37
Figura 26. Edifício Palácio Ficalho, interior. fonte: Autor (2017).....	37
Figura 27. Edifício Palácio Ficalho, interior. fonte: Autor (2017).....	37
Figura 28. Edifício Palácio Ficalho, interior. fonte: Autor (2017).....	37
Figura 29. Edifício Palácio Ficalho, sala de entrada do piso térreo. fonte: Autor (2017).....	38
Figura 30. Painéis a revestir namoradeiras e lambris numa sala do piso 3. fonte: (Appleton & Domingos, 2017).....	38
Figura 31 e 32. Gradeamentos metálicos das janelas do piso 0 na Rua dos Caetanos. fonte: (Appleton & Domingos, 2017).....	38
Figura 33. Pormenor gradeamentos metálicos utilizados nas janelas. fonte: (Appleton & Domingos, 2017).....	38
Figura 34. Projeto de alterações, no piso térreo da fachada, em 1882. fonte: (CML/AML).....	40
Figura 35. Projeto de alterações, no piso térreo da fachada, em 1882. fonte: (CML/AML).....	40
Figura 36. Projeto de alterações, em 1914. fonte: (CML/AML).....	41
Figura 37. Projeto de alterações, em 1914. fonte: (CML/AML).....	41
Figura 38. Projeto de alterações, em 1914. fonte: (CML/AML).....	41
Figura 39. Projeto de alterações, em 1914. fonte: (CML/AML).....	41
Figura 40. Projeto para instalar um depósito de carvão e um reservatório subterrâneo para petróleo, em 1929. fonte: (CML/AML).....	42
Figura 41. Projeto para alargamento de porta de entrada, arrecadação, tapamento de porta interior e abertura de outra para o jardim, em 1943. fonte: (CML/AML).....	42
Figura 42. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957. fonte:(CML/AML).....	43
Figura 43. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957. fonte: (CML/AML).....	43
Figura 44. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957. fonte:(CML/AML).....	44
Figura 45. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957. fonte: (CML/AML).....	44
Figura 46. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957. fonte: (CML/AML).....	44
Figura 47. Projeto de alterações, em 1958. fonte: (CML/AML).....	45
Figura 48. Projeto de alterações, em 1958. fonte: (CML/AML).....	45
Figura 49. Projeto de alterações, em 1958. fonte: (CML/AML).....	45
Figura 50. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	46
Figura 51. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	46
Figura 52. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	47
Figura 53. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	47
Figura 54. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	47

Figura 55. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	48
Figura 56. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	48
Figura 57. Projeto de alterações, em 1980. fonte: (CML/AML).....	48
Figura 58. Projeto de alterações, para alteração de arrecadação para garagem, em 1989. fonte: (CML/AML).....	49
Figura 59. Projeto de alterações, para alteração de arrecadação para garagem, em 1989. fonte: (CML/AML).....	49
Figura 60. Edifício na Rua dos Douradores. fonte: Autor (2019).....	50
Figura 61. A vermelho, a topografia do local em 1755. A preto, a actualidade. fonte: (Matos & Paulo, 2009).....	51
Figura 62. intercessão da Rua dos Douradores, 2-14, e Rua da Conceição, 28-34, Lisboa. fonte: Autor (2019).....	53
Figura 63. Edifício na Rua dos Douradores, fachada Rua dos Douradores. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	56
Figura 64. Edifício na Rua dos Douradores, fachada Rua da Conceição. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	56
Figura 65. Edifício na Rua dos Douradores, planta da cobertura. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	57
Figura 66. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso térreo. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	58
Figura 67. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso sobre loja. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	58
Figura 68. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 1. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	59
Figura 69. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 2. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	59
Figura 70. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 3. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	59
Figura 71. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 4. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	60
Figura 72. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 5. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009).....	60
Figura 73. Edifício na Rua dos Douradores, interior. fonte: Autor (2017).....	61

Figura 74. Edifício na Rua dos Douradores, interior. fonte: Autor (2017).....	61
Figura 75. Edifício na Rua dos Douradores, interior. fonte: Autor (2017).....	61
Figura 76. Edifício na Rua dos Douradores, interior. fonte: Autor (2017).....	61
Figura 77. Pormenor da janela. fonte: (Proença, 2009).....	62
Figura 78. Pormenor do estuque decorativo. fonte: (Proença, 2009).....	62
Figura 79. Pormenor do estuque decorativo no tecto. fonte: (Proença, 2009).....	62
Figura 80. Pormenor do estuque decorativo no tecto. fonte: (Proença, 2009).....	62
Figura 81. A vermelho, a topografia do local em 1755. A preto, a actualidade. fonte: (Matos & Paulo, 2009).....	63
Figura 82. Projeto de alterações, em 1904-05. fonte: (CML/AML).....	64
Figura 83. Projeto de alterações, em 1914. fonte: (CML/AML).....	64
Figura 84. Projeto de alterações no 2º andar, em 1914. fonte: (CML/AML).....	65
Figura 85. Projeto de alterações no 3º andar, em 1919. fonte: (CML/AML).....	65
Figura 86. Projeto de alterações no piso térreo, em 1929. fonte: (CML/AML).....	66
Figura 87. Edifício no Rossio. Fachada do prédio virada para a Praça D. Pedro IV. fonte: Autor (2019).....	67
Figura 88. O Rossio no século XVI, segundo um desenho de Braunio: no plano central, sobre o lado esquerdo, o antigo palácio dos Estaus, convertid em palácio da Inquisição. fonte: (Almeida & Teles, 2017).....	68
Figura 89. Representação do Rossio e da zona envolvente na carta topográfica elaborada por Manuel da Maia, reconstituindo a parte mais arruinada de Lisboa antes da destruição de 1755. fonte: (Almeida & Teles, 2017).....	69
Figura 90 e 91. Edifício no Rossio. Fachada virada para a Praça D. João da Câmara. fonte: Autor (2019).....	71
Figura 92 e 93. Edifício no Rossio. Fachada do prédio virada para a Praça D. Pedro IV. fonte: Autor (2019).....	72
Figura 94. Edifício no Rossio, fachada Praça D. Pedro IV. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	74
Figura 95. Edifício no Rossio, fachada Praça D. João da Câmara. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	75
Figura 96. Edifício no Rossio, fachada Rua 1º de Dezembro. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	75
Figura 97. Edifício no Rossio, planta da cobertura. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	76
Figura 98. Edifício no Rossio, planta do piso térreo. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	77

Figura 99. Edifício no Rossio, planta do piso 1. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	77
Figura 100. Edifício no Rossio, planta do piso 2. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	78
Figura 101. Edifício no Rossio, planta do piso 3. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	78
Figura 102. Edifício no Rossio, planta do piso 4. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	79
Figura 103. Edifício no Rossio, planta do sótão. fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017).....	79
Figura 104. Edifício no Rossio interior. fonte: Ana Almeida (2017).....	80
Figura 105. Edifício no Rossio interior. fonte: Ana Almeida (2017).....	80
Figura 106. Edifício no Rossio interior. fonte: Ana Almeida (2017).....	80
Figura 107. Edifício no Rossio interior. fonte: Ana Almeida (2017).....	80
Figura 108 e 109. Fachadas do prédio virada para a Praça D. João da Câmara: pormenor de uma janela desacadada com gradeamento ao nível do 1.º andar. fonte: Ana Almeida (2017).....	81
Figura 110. Pormenor da decoração do cunhal. fonte: Autor (2019).....	81
Figura 111. Pormenor das transições das fachadas voltadas à Praça D. João da Câmara e Rua 1.º de Dezembro. fonte: Autor (2019).....	81
Figura 112. O Rossio e a zona envolvente na planta topográfica da cidade de Lisboa planeada por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. fonte: (Almeida & Teles, 2017).....	82
Figura 113. Projeto de alçado e planta para uma parte do Rossio, assinado pelo conde de Oeiras e Carlos Mardel. fonte: (CML/AML).....	82
Figura 114. Projeto de alterações no 1.º andar direito, em 1946. fonte: (CML/AML).....	83
Figura 115. Projeto de alterações, em 1953 e 1954. fonte: (CML/AML).....	83
Figura 116. Projeto de alterações, em 1953 e 1954. fonte: (CML/AML).....	84
Figura 117. Projeto de alterações no 3.º andar direito, em 1963. fonte: (CML/AML).....	84
Figura 118. Projeto de alterações, em 1979. fonte: (CML/AML).....	85
Figura 119. Projeto de alterações, em 1979. fonte: (CML/AML).....	85
Figura 120. Projeto de alterações, em 1979. fonte: (CML/AML).....	86
Figura 121. Projeto de alterações, em 1999. fonte: (CML/AML).....	86
Figura 122. Projeto de alterações, em 1999. fonte: (CML/AML).....	87
Figura 123. Projeto de alterações, em 2003. fonte: (CML/AML).....	87
Figura 124. Projeto de alterações, em 2003. fonte: (CML/AML).....	88
Figura 125. Projeto de alterações, em 2003. fonte: (CML/AML).....	88
Figura 126. Pormenor da estrutura de madeira de paredes de frontal. fonte: Internet.....	91
Figura 127. Pormenor de paredes de frontal. fonte: Internet.....	91
Figura 128. Palácio Ficalho, interior. fonte: Autor (2017).....	92
Figura 129. Palácio Ficalho, interior. fonte: Autor (2017).....	92

Figura 130. Edifício na Rua dos Douradores, interior. fonte: Autor (2017).....	92
Figura 131. Edifício na Rua dos Douradores, interior. fonte: Autor (2017).....	92
Figura 132. Edifício no Rossio, interior. fonte: Ana Almeida (2017).....	92
Figura 133. Edifício no Rossio, interior. fonte: Ana Almeida (2017).....	92

Resumo

Este trabalho teve por objetivo pesquisar e compreender a importância da informação e do diagnóstico no projeto de reabilitação de edifícios de génese pombalina em Lisboa. Também pretende demonstrar a importância da preservação dos edifícios antigos e os seus valores históricos.

O estudo inicia-se com os conceitos e as razões para reabilitar. O conceito de património e de conservação arquitectónica ganhou relevância sobretudo no século XIX, e desenvolveu-se ao longo do século XX. A reabilitação urbana tem como principal objectivo a melhoria da qualidade do território urbano, satisfazendo as necessidades básicas da população e também preservar e conservar valores históricos para as gerações futuras.

O trabalho realizado desenvolveu-se com base em três exemplos de edifícios antigos de génese pombalina em Lisboa. O antigo Palácio Ficalho localizado na Rua dos Caetanos, nº18-20 e na Travessa dos Fiés de Deus nº102-108, no Bairro Alto; o edifício localizado na Praça D. João da Câmara, 1-6, Praça D. Pedro IV (Rossio), 62-68, e Rua 1º de Dezembro, 102-116, e o edifício localizado na Rua dos Douradores, 2-14, e Rua da Conceição, 28-34. Os três edifícios anteriormente referidos representam exemplos de património com valor histórico e também representa as diferentes fases do movimento pombalino.

O estudo foi realizado com o recurso a material disponibilizado pelos projetistas que estão a desenvolver estudos para estes edifícios, nomeadamente levantamentos desenhados e relatórios diversos incidindo sobre aspetos históricos e da condição estrutural.

O conhecimento dos locais foi completado com visitas aos edifícios. Foi possível verificar que edifícios cuja construção original, ou grande reformulação, como é o caso do antigo Palácio Ficalho, apresenta características comuns foram muito modificados ao longo do tempo de tal forma que a abordagem do projeto arquitetónico terá que ser necessariamente diferente.

Este estudo veio revelar que, para além do aspeto exterior dos edifícios (neste caso relacionados com o período pombalino) que pode estar relativamente pouco alterado, há que estudar o interior destas construções para compreender quais os fragmentos ainda originais ou com valor que deverão ser preservados.

Palavras-Chaves

Conservação, Restauros e Reabilitação Arquitetónico; Património Arquitetónico; Palácio Ficalho; Baixa Pombalina; Bairro Alto.

Abstrat

This work aimed to research and understand the importance of information and diagnosis in the rehabilitation project of Pombaline buildings in Lisbon. It also aims to demonstrate the importance of preserving old buildings and their historical values.

The study begins with the concepts and reasons for rehabilitating old buildings. The concept of heritage and architectural conservation gained relevance especially in the nineteenth century, and developed throughout the twentieth century. Urban rehabilitation has as its main objective the improvement of the quality of the urban territory, satisfying the basic needs of the population and also preserving the historical values for future generations.

The work carried out was based on three examples of old Pombaline style buildings in Lisbon. The former Ficalho Palace located at Rua dos Caetanos, nº18-20 and at Travessa dos Fiés de Deus nº102-108, in Bairro Alto; the building located at D. João da Câmara Square, 1-6, D. Pedro IV Square (Rossio), 62-68, and 1st December Street, 102-116, and the building located at Douradores Street, 2-14, and Conceição Street, 28-34. The three buildings mentioned above represent examples of heritage with historical value and also represent the different phases of the Pombaline movement.

The study was carried out using material provided by architects who are developing studies for these buildings, namely designed surveys and various reports focusing in particular on historical aspects and the structural condition of the buildings.

Knowledge of the sites was completed with visits to the buildings. It was possible to verify that the studied buildings were very modified over time and that the design methodology to be used in each case will necessarily have to be different.

This study has revealed that, in addition to the exterior appearance of buildings, the interior of these buildings must be studied to understand which fragments are still original or valuable to be preserved.

Keywords:

Conservation, Restoration, Architectural Rehabilitation, Architectural heritage, Ficalho Palace, Downtown of Lisbon, Bairro Alto.

Abreviaturas, siglas e símbolos

AML – Arquivo Municipal de Lisboa.

CIP – Conjunto de Interesse Público.

CML – Câmara Municipal de Lisboa.

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural.

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

1. Introdução

1.1. Estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação espelha o trajeto dos estudos definidos de modo a ir ao encontro, coerente dos objetivos finais. Este trabalho divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresenta-se uma introdução ao tema, abordando os objetivos, a justificação da escolha do tema, referências bibliográficas consultadas e a metodologia e etapas do estudo.

No segundo capítulo abordam-se os conceitos, as razões para reabilitar e a necessidade da informação e do diagnóstico. Este tem como objetivo abordar os conceitos de património e de reabilitação arquitetónica, a importância atual da reabilitação do património arquitetónico e a necessidade de informação e do diagnóstico em reabilitação.

No terceiro capítulo evidenciam-se as estratégias de obtenção de conhecimento, com três casos de estudo de edifícios pombalinos em Lisboa: Palácio Ficalho localizado na Rua dos Caetanos, nº18-20 e na Travessa dos Fiés de Deus nº102-108, no Bairro Alto; o edifício localizado na Praça D. João da Câmara, 1-6, Praça D. Pedro IV (Rossio), 62-68, e Rua 1º de Dezembro, 102-116 e o prédio de rendimento sito na esquina das Rua dos Douradores, 2-14, e Rua da Conceição, 28-34. Estes capítulos tem como objetivo analisar os edifícios, a sua arquitetura, os seus valores histórico e patrimonial no seu contexto urbano.

No quarto capítulo são enunciadas as estratégias de obtenção de conhecimento e as conclusões. Este tem como objetivo o conhecimento da história, do local, sistemas construtivos, estado de conservação, valores a preservar e os limites impostos ao projeto de reabilitação física.

1.2. Objetivos e justificação do tema

A sociedade contemporânea apresenta várias alterações e mudanças, nomeadamente no estilo de vida. Estes factos provocam uma alteração de paradigmas socioculturais e económicos, influenciando de forma direta um modo de construir e de interagir com o espaço arquitectónico, que constitui o quadro em que se faz sentir a necessidade em preservar e reabilitar os edifícios antigos.

A reabilitação arquitetónica exige uma metodologia própria na elaboração dos projetos de arquitetura. Um dos aspetos fundamentais, referido em recomendações internacionais, na legislação nacional e seguido pelos arquitetos relaciona-se com a importância dos diagnósticos prévios para melhor conhecer a preexistências.

Neste estudo efetuámos a comparação entre os estudos de diagnóstico elaborados por diferentes profissionais para três edifícios de génese pombalina, em Lisboa para podermos sistematizar os aspetos mais relevantes, que influenciam a elaboração dos respetivos projetos de reabilitação.

1.3. Metodologia e etapas de estudo

A metodologia utilizada nesta dissertação tem várias fases. Inicialmente começou-se com uma revisão bibliográfica, onde foi recolhido todo o material teórico, desde documentos escritos, visitas aos edifícios, fazendo os levantamentos e avaliações dos estados de conservação dos edifícios. De seguida foram feitos levantamentos, análises e estudos dos edifícios, desde de análise de vãos, fachadas, matérias aplicadas, entre outros. Após a fase de recolha de material segue-se a fase de organização, recolha da informação importante para permitir uma reflexão sobre as metodologias aplicáveis à fase de diagnóstico em reabilitação.

2. Conceitos. As razões para reabilitar. A necessidade de informação e do diagnóstico

2.1. Conceitos de património arquitectónico

O conceito de património, ganhou novas valências na década de 1960, passando a abranger os conjuntos de edifícios urbanos e rurais. Nesta década surgiram algumas operações urbanas que ficaram marcadas pela demolição das construções antigas, que foram substituídas pelas novas, o que suscitou várias críticas e descontentamento por parte de técnicos, pelo falta de capacidade de resolução dos problemas. Foi neste contexto, para salvaguardar o património construído que emergiu uma nova consciência, para uma das primeiras estratégias de atuação vocacionadas para a solução de problemas relacionados com o património das cidades. Este conceito foi sedimentado na *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, sendo aprofundado na *Declaração de Amesterdão* (1975), que reconheceu a conservação do património arquitectónico e sua integração na vida quotidiana dos habitantes das cidades.

O património define-se como um conjunto de bens herdados do passado, “herança comum”, podendo englobar criações do homem e da natureza. O património é um bem da comunidade e uma valiosa herança que nos foi passada e que nos convida ao reconhecimento e à participação. O património não se limita a um tempo, nem passado nem futuro.

O património arquitectónico entende-se como um conjunto de obras do homem com os quais uma certa comunidade se identifica e reconhece os seus valores. A identificação e a valorização do património implica que, este seja preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações, Ou seja, nós usamos o património de ontem para construir o património de amanhã, porque a cultura é dinâmica e está em constante renovação e vai sendo enriquecida ao longo do tempo

O património arquitectónico entende-se como o conjunto das estruturas físicas (os edifícios, as estruturas e os núcleos urbanos), com valor histórico, arqueológico, social, artístico, científico ou técnico relevantes. Este conceito não abrange apenas imóveis de carácter monumental, mas também aqueles de características particulares que se revelem emblemáticos ou significativos no espaço e tempo em que se desenvolveram, às quais a comunidade reconhece os seus valores num determinado momento histórico.

2.2. Conceitos de reabilitação

Os cuidados e as preocupações para com a conservação do património arquitectónico, já se manifesta há muitos séculos, com a necessidade da sua salvaguarda para as gerações futuras. Essa prática durante muito tempo, tendia a considerar apenas os monumentos aos quais se atribuíam importantes valores históricos, como os únicos objetos a conservar e proteger. Até ao século XVIII, a prática da reabilitação era entendida por “restauro” e englobava qualquer intervenção visando a reutilização de construções disponíveis, as quais eram recuperadas e renovadas espontaneamente e de acordo com os paradigmas arquitectónicos, os saberes e as normas construtivas vigentes nos diversos tempos.

O conceito de património e de conservação ganhou verdadeiramente relevância sobretudo no século XIX, com o contributo de notáveis teorizadores e intelectuais, de John Ruskin e Viollet-le-Duc a Camilo Boito e Victor Hugo. A visão desse século teve grande impacto na prática do restauro. Nos finais do século XIX, surgem propostas de conservação minimalistas, seguindo os conceitos de John Ruskin. A teoria do restauro contou posteriormente com contributos teóricos de Camilo Boito, nas suas célebres “Risoluzione” de 1883, que se podem considerar a primeira das Cartas Italianas do restauro.

A “Carta de Atenas”, dita “do Restauro” de 1931, foi o primeiro documento internacional de referência para processos da conservação patrimonial, tendo sido adoptada pela Sociedade das Nações, em 1932.

Até ao início da década de 1960, as estratégias que conduziam à salvaguarda património arquitectónico e das áreas urbanas de interesse histórico era restrita, e seletiva. No fim da década de 1960 e no início da década de 1970 apareceram novas preocupações ecológicas e ambientais, com a crise do petróleo, tendo-se constatado que os recursos naturais são finitos.

Gradualmente por toda a Europa, ampliam-se as novas “políticas de requalificação” das áreas centrais e antigas das cidades. A Lei Malraux²², de 4 de Agosto de 1962, em França deu prioridade nacional à preservação e recuperação de conjuntos urbanos que possuísem valor arquitectónico ou histórico.

A Carta de Amesterdão é um documento da maior importância para a conservação urbana. Tem como núcleo central o pensamento europeu, resultante de amplos debates culturais. Esta carta estabelece a conservação do património arquitectónico como um dos principais objectivos do planeamento urbano e do ordenamento do território, impulsionando um maior compromisso e responsabilização dos poderes locais e a participação ativa

dos cidadãos no processo, tendo em conta que os factores sociais são importantes para o êxito da conservação integrada.

Aplicado a um edifício, o termo “Reabilitação”, implica o objetivo da recuperação dos valores da edificação histórica. A “reabilitação” inclui uma possibilidade concreta de reutilizar as arquiteturas, as estruturas e os elementos construtivos dos edifícios antigos, adaptando-os a necessidades e exigências de uso contemporâneas, para evitar ao máximo a perda dos seus valores estéticos, históricos, arquitectónicos e urbanísticos essenciais.

O Quadro que segue apresenta-se uma síntese dos conceitos ligados à reabilitação. (Paiva, Aguiar, & Pinho, 2006, p. 16)

O QUE SE ENTENDE POR...	
Conservação	«(...) conjunto de actuações de prevenção e de salvaguarda visando assegurar uma duração, que se pretende ilimitada, da configuração material do objecto considerado.» ¹⁸
Prevenção	«(...) conjunto de actuações de conservação, no mais amplo prazo possível, motivadas por conhecimentos prospectivos sobre o objecto considerado e sobre as condições do seu contexto ambiental.» ¹⁸
Salvaguarda	«(...) qualquer medida de conservação e prevenção que não implique intervenções directas sobre o objecto considerado.» ¹⁹
Restauro	«(...) qualquer intervenção que, respeitando os princípios da conservação e fundamentando-se num cuidadoso conhecimento prévio, vise restituir ao objecto, nos limites do possível, uma relativa legibilidade e, sempre que necessário, o uso.» ²⁰
Reabilitação	conjunto de operações dirigidas à conservação e ao restauro das partes significativas – em termos históricos e estéticos – de uma arquitectura, incluindo a sua beneficiação geral, de forma a permitir-lhe satisfazer a níveis de desempenho e exigências funcionais actualizadas.
Manutenção	«(...) conjunto de acções decorrentes de programas de intervenção, dirigidas a manter os objectos de interesse cultural em condições óptimas de integridade e funcionalidade, especialmente depois de terem sofrido intervenções excepcionais de conservação e/ou restauro.» ²¹

Quadro 1 – Conceitos ligados à reabilitação
fonte: (Paiva, Aguiar, & Pinho, 2006, p. 16)

2.3. A importância atual da reabilitação do património arquitetónico

Atualmente a reabilitação urbana na Europa está associada ao processo de revitalização ou regeneração urbana das cidades, a longo prazo. Este processo de atuação política tem como objetivo melhorar componentes do espaço urbano e o bem-estar e qualidade de vida da população em geral. A reabilitação requer a implementação de algumas políticas locais como por exemplo: política de conservação integrada do património, política de coesão e ordenamento territorial, política ambiental e de desenvolvimento sustentável.

A reabilitação urbana tem como principal objetivo a melhoria da qualidade do território urbano, satisfazendo as necessidades básicas da população, operando em especial em áreas em degradadas ou em declínio. Ao nível territorial a reabilitação tem como objectivos garantir a conservação do património cultural e contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades através da gestão do ambiente. Para garantir a conservação integrada do património cultural devemos ter em consideração a conservação da memória urbana coletiva e a construção o património de amanhã, assegurando os usos do património sem pôr em causa o seu carácter e a sua qualidade.

Para atingir um crescimento espacialmente equilibrado e sustentável, a reabilitação urbana pressupõe, atingir um maior equilíbrio e interligação espacial entre as várias áreas da cidade (nova e antiga, central e periférica), promover acessibilidades adequadas e a diversidade funcional, tendo em consideração a compatibilidade entre funções, evitar a segregação das funções mais fracas e a monofuncionalização de áreas urbanas, respeitar a morfologia específica dos tecidos urbanos, reforçar as funções dos centros históricos e das periferias, assegurar a continuidade urbana através da continuidade espacial e humana. O desenvolvimento sustentável baseia-se em três princípios fundamentais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente (incluindo o património cultural e natural).

Assim, ao nível da reabilitação urbana, a procura de um desenvolvimento sustentável deve alcançar-se pelas seguintes vias: tornar a reabilitação urbana num instrumento chave do desenvolvimento sustentável; reutilizar o edificado existente e reciclar os materiais, evitando o desperdício e o consumo de recursos, incluindo o solo; redução do consumo de energia em geral, e outros factores prejudiciais associados a certas atividades urbanas, reduzir o tráfego viário e promover o transporte público, organizando uma mobilidade sustentável através da implementação de um plano de mobilidade. Assim, a reabilitação urbana tem compromissos humanos aos quais deve dar resposta, e que devem estar na base de todas as intervenções. Estes compromissos agrupam-se em três eixos fundamentais: Desenvolvimento local; coesão social e respeito pela diversidade cultural

A reabilitação urbana requer uma abordagem multi-sectorial, integrada, coerente e coesa às políticas urbanas. Assim, e ao contrário do que ainda acontece frequentemente, a reabilitação urbana não deve ser pensada como uma intervenção isolada e pontual de valorização do património arquitectónico com excepional valor histórico e artístico.

A reabilitação urbana deve ser encarada como um processo que tem por objectivo melhorar a qualidade do território urbano e o bem-estar e qualidade de vida da população em geral. Para dar uma resposta coerente e integrada aos problemas e desafios que enfrenta (ao nível territorial e humano), a reabilitação urbana: deve assumir-se como parte integrante de um plano de desenvolvimento urbano global; exige uma abordagem integrada que envolva todas as políticas urbanas (nomeadamente, política de conservação integrada do património, política de coesão e ordenamento territorial, política de habitação, política de transportes, política ambiental).

A reabilitação urbana implica uma abordagem coerente e concertada de múltiplos sectores (social, cultural, ambiental, económico, patrimonial) e a várias escalas (local, municipal, metropolitana, etc.) de forma a atingir os seus objectivos. Uma abordagem integrada às políticas sectoriais é fundamental para garantir a articulação dos objectivos territoriais, sociais, económicos e culturais da reabilitação, assim como a durabilidade dos resultados atingidos.

Uma intervenção ou reabilitação urbana deve ser delineada a partir do contexto local (dos seus problemas, potencialidades, recursos, aspirações), mas deve equacionar tanto os problemas como as soluções de âmbito local numa perspectiva mais abrangente a outras escalas. Qualquer intervenção de reabilitação urbana requer um conhecimento sólido da situação atual. As soluções a serem adoptadas devem ser concebidas com base num diagnóstico aprofundado dos problemas e das potencialidades existentes na área. A análise da área de intervenção deve permitir delinear uma estratégia de reabilitação que para além de dar resposta aos problemas e desafios, optimize os recursos e integre os interesses e aspirações de todos os atores envolvidos.

Os objectivos da reabilitação urbana devem ser parte integrante das diretrizes gerais para o desenvolvimento a longo prazo da cidade, município ou área metropolitana. Grandes projetos como a remodelação da rede de transportes públicos ou a deslocação de funções em grande escala, devem ser pensados de forma a potenciar a política de reabilitação urbana e não em seu desfavor.

2.4. A necessidade de informação e do diagnostico em reabilitação

2.4.1. Normas internacionais

Os conceitos de conservação e reabilitação, implicam uma atuação sobre os valores históricos, artísticas e arqueológicos. Essas intervenções deve corresponder às exigências culturais, o que exige uma colaboração de várias ciências e de várias técnicas. Conservação e reabilitação devem respeitar leis e normas, para compreensão da obra no seu todo.

O Artigo 2.º da *Carta de Veneza*, de 1964 refere: “A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental.”

O Ponto 9 do *Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural*, UNESCO, ICCROM e ICOMOS, 1994 menciona que: “A conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património. A exata perceção desses valores depende, nomeadamente, da credibilidade das fontes de informação a seu respeito. O conhecimento, a compreensão e a interpretação das fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do património, ao seu devir histórico e ao seu significado, são requisitos básicos para avaliar a autenticidade de uma obra, tanto nos seus aspetos formais, como físicos.”

O Ponto 3 da *Carta de Cracóvia 2000* refere: “A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O «projeto de restauro» deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. No projeto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.”

A Artigo 16.º da *Carta de Veneza, de 1964* indica: “Todos os trabalhos de conservação, de restauro e as escavações deverão ser sempre acompanhados pela compilação de documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, de consolidação, de recomposição e de reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso dos trabalhos deverão ser anotados. Esta documentação deverá ser guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição dos investigadores, recomendando-se a sua publicação.”

Estas normas e recomendações internacionais dão elevada importância ao conhecimento prévio do objeto arquitetónico a restaurar ou reabilitar.

2.4.2. Legislação portuguesa

A intervenção em edifícios históricos ou situados em conjuntos arquitetónicos, exige uma elevada responsabilização dos arquitetos. O relatório prévio, que acompanha o projeto é um registo essencial e de acordo com Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, prevê realização de três tipos de relatórios:

O Relatório prévio, este acompanha o pedido de informação prévia, em obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens culturais imóveis. Este relatório é sempre obrigatório em intervenções em imóveis individualmente classificados. Nos conjuntos arquitetónicos, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) pode especificar se é obrigatória a apresentação do relatório prévio. De acordo com o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, o relatório prévio é da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior adequada, especializado em obras ou intervenções em causa e com cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico. (Lopes, 2016)

Relatório intercalar, este descreve os trabalhos efetuados, em curso e a realizar, relatando eventuais alterações no planeamento, técnicas, metodologias e execução em relação ao previsto em relatório prévio, ou outros factos relevantes no âmbito das obras ou intervenções de grande dimensão e complexidade.

O Relatório final, este descreve a natureza das obras ou intervenções realizadas, avalia e analisa as técnicas, as metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, e acompanhado com documentação gráfica, fotográfica, videográfica ou outra sobre o processo seguido e o respetivo resultado.

3. Estratégias de obtenção de conhecimento. Três casos de estudo.

3.1. A justificação da escolha dos casos de estudo.

Este trabalho tem como objetivo estudar a importância dos estudos de diagnóstico na preservação património arquitetónico. É com base nesse objetivo que foi feita a escolha dos casos de estudo todos localizados na parte da cidade de Lisboa. A cidade de Lisboa tem uma estrutura espacial que expressa a evolução de uma sociedade e da sua identidade cultural.

As escolhas dos casos de estudo tiveram em conta o facto de se localizarem na mesma cidade e também a época em que os edifícios foram construídos, ou modificados.



Figura 1. Edifício
Palácio Ficalho
fonte: Autor (2017)



Figura 2. Edifício na Rua
dos Douradores
fonte: Autor (2019)



Figura 3. Edifício no Rossio
fonte: Autor (2019)

3.2. Método de análise

É importante referir que a primeira abordagem aos edifícios foi feita através de visitas aos locais para realização de levantamentos fotográficos e registos em desenho para análise. De seguida foram feitos, levantamentos bibliográficos, pesquisas documentais, recolhas de informações e de relatórios sobre os edifícios.

Nos três casos de estudo, para proporcionar um maior conhecimento sobre as características dos edifícios, foram analisados vários aspetos, tais como, a evolução histórica, isto para uma contextualização do edifício na história da cidade, a origem do edifício, usos originais e evolução ao longo do tempo. Foram igualmente analisadas as condições estruturais dos edifícios e as alterações estruturais ocorridas ao longo do tempo. Na abordagem aos temas decorativos, foram analisados os valores históricos e artísticos presentes nos edifícios. Foi também estudada a arquitetura dos edifícios, como caracterização das fachadas, descrição da cobertura e descrições dos interiores. Foi analisado o estado de conservação dos edifícios, com análise das patologias e estado de conservação. A análise realizada aos edifícios beneficia de documentação técnica atual e documentação antiga sobre os imóveis e levantamentos atuais.

3.3. O antigo Palácio Ficalho



Figura 4. Palácio Ficalho, esquina da Rua dos Caetanos, com a Travessa dos Fiés de Deus
fonte: Autor (2017)

3.3.1. Enquadramento urbanístico

A origem do Bairro Alto, remonta ao séc. XVI, sobre as hortas e vinhedos de uma grande herdade, vindo posteriormente assumir-se como um dos mais tradicionais e populares bairros de Lisboa, possuidor de um valioso património arquitectónico e urbano, devido ao facto determinante de não se ter em verificado grandes rupturas ao nível do tecido urbano e social. Este bairro aparece com uma nova ideia de cidade, moderna e racional e respeitando um traçado geométrico que soube tirar partido das óptimas condições naturais do lugar. Este bairro sobreviveu em grande parte as várias alterações urbanas que Lisboa teve, como o terramoto e a nova cidade Pombalina que preocupou com a sua integração no seu traçado, cuidando das ligação entre essa parte alta e a nova baixa da cidade.



Figura 5. Vista de Lisboa da 2.^a metade do século XVI inserida na obra de George Braunio (Citates Orbis Terrarum de 1593)
fonte: (Carita, 1994)

A cidade de Lisboa, em 1500 apresentava uma grande dinâmica urbana e social, devido à vivência da aventura dos descobrimentos consolidando-se como novo centro de comércio. Lisboa iniciava, então, um acentuado crescimento em extensão territorial, permitido pela revogação do antigo ordenamento que impedia a construção fora da muralha.

Em 1513 foi um marco histórico importante. Deu-se um processo de crescimento da cidade, data em que se regista uma primeira operação de loteamento, dos antigos terrenos de um prestigiado astrólogo e cirurgião judeu. O novo bairro começou na pré-existência de um pequeno núcleo municipal, a Vila de Nova de Andrade, aí feito entre “vinhas, hortas e terrenos de olival” que foi cedido por D. Dinis ao almirante-mor Manuel Pessanha. Com o início da urbanização junto ao rio, com gentes modestas ligadas aos trabalhos do mar, o processo de crescimento do futuro Bairro Alto é apressado pelo terramoto de 1531, que provocou grandes necessidades de habitações.

No novo bairro, na encosta, mais a Norte, instalaram-se outras populações não tão diretamente ligados a atividades produtivas, ou atividades ligadas ao rio. Esta era uma nova classe de burgueses ricos, de mercadores e de prestigiadas famílias fidalgas, que ocupavam progressivamente uma área considerada privilegiada. Este novo bairro teve as vantagens de um traçado alargado e bem ventilado.

Em 1527, já registava a existência de 408 edifícios e 1600 habitantes e em 1551 cria-se uma nova freguesia: a da Encarnação. Em 1554/1555 existiam cinco ruas alinhadas Norte-Sul e duas no sentido Nascente-Poente. Já se podia observar, com relativa nitidez, uma coerência e quase completa definição do novo bairro, estruturado segundo um traçado ortogonal que define quarteirões.

Hoje em dia o Bairro Alto, sob ponto de vista arquitectónico, é ainda uma área de coerência morfológica de rara qualidade urbana e vivencial, que se adaptou, transformando e preservando ao longo dos séculos uma identidade própria e uma imensa capacidade de se regenerar. Ao longo de gerações, os residentes construíram uma comunidade coesa e participativa onde se mantêm vivos os laços de entreajuda, que ainda hoje se verificam neste bairro que apresenta fortes relações de vizinhança, uma grande vivência do espaço público exterior, e um claro e intenso sentido de colectividade.

O bairro hoje apresenta uma acolhedora fama lúdica, que foi adquirida pela existência de grande número de botequins e restaurantes famosos como por exemplo: Alfaia (1880), O Tavares Pobre (1852) e o Tavares rio (1789). Também devido ao número de tavernas e bares presente no bairro, apresenta uma face noturna e marginal, ganha fama nos constantes assaltos à mão-armada conflitos e brigas. Este bairro apresenta diversos tipos de equipamento, desde unidades de saúde até equipamentos educativos, recreativos e culturais

3.3.2. Evolução histórica / usos originais

O Palácio Ficalho encontra-se localizado na Rua dos Caetanos, nº18-20, tornejando para a Travessa dos Fiés de Deus nº102-108, no Bairro.

O Palácio é construído após 1593, numa segunda fase deste movimento urbanístico. Este edifício foi implantado num traçado urbano moderno em malha ortogonal e com ruas mais largas. O Palácio dos Condes de Ficalho é um conjunto construtivo com dois corpos em L, independentes, dos quais o corpo Nascente é do século XVII e o corpo poente é do século XVIII. Durante o século XX a ala Poente do Palácio sofreu diversas alterações pelo que é provável que já pouco se conserve do edifício original.

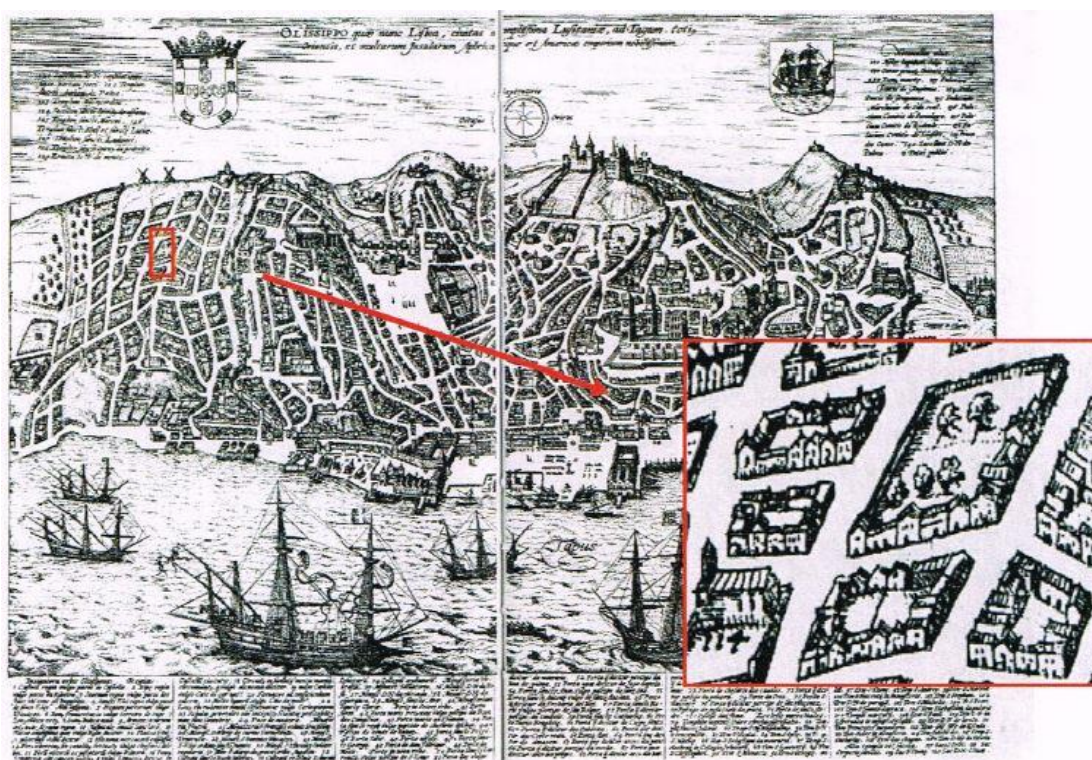


Figura 6. Braunio, finais do século XVI e destaque do espaço conjectual construído o Palácio Ficalho
fonte: (Silva, 2016)

Palácio Ficalho. Na década de 40 do século XX sofreu uma intervenção profunda, que adaptou as áreas de serviço do Palácio a uma unidade independente com função maioritariamente residencial.

O edificado desenvolve-se em 4 pisos, incluindo uma cave e um pátio. O piso 0 é semienterrado, com entrada pela Travessa dos Fiéis de Deus e possui uma estrutura maioritariamente em alvenaria de pedra. O piso 1, com entrada pela Rua dos Caetanos, apresenta pisos em madeira e em lajetas de pedra; a estrutura vertical é na generalidade em alvenaria de pedra, embora possua elementos mais recentes em betão e alvenaria de tijolo. O piso 2 e 3 desenvolve-se em planta “L”, delimitando um saguão. A estrutura dos pavimentos do piso 2 é em madeira com secções mais robustas.



Figura 7. Palácio Ficalho, esquina da Rua dos Caetanos, com a Travessa dos Fiéis de Deus, no Bairro Alto, em Lisboa
fonte: Autor (2017)



Figura 8. Pátio do edifício Palácio Ficalho
fonte: Autor (2017)



Figura 9. Pátio do edifício Palácio Ficalho
fonte: Autor (2017)

3.3.3. Condição estrutural

As paredes das fachadas são em alvenaria de pedra. Ao nível do piso 2, nota-se uma transição na configuração e materiais utilizados na fachada. No piso 0 e 1 a estrutura preserva as características originais sendo grande parte dos alinhamento com pilares de betão armado. Entre o piso 2 e a cobertura, existem 3 alinhamentos de alvenaria de tijolo e frontais novos. No edifício existem paredes de frontal que se apresentam frágeis, com a madeira deteriorada e as ligações mal concebidas. Também alguns alinhamentos de alvenaria de tijolo. As restantes paredes têm uma função de compartimentação, de fraco desempenho estrutural, compostas por pranchas de madeira ao alto (tabique) e por blocos aligeirados de gesso.

Tipos de paredes existente no edifícios.



Figura 10. Parede de alvenaria de pedra
fonte: Autor (2017)



Figura 11. Parede de frontal
fonte: Autor (2017)



Figura 12. Parede de tabique
fonte: Autor (2017)



Figura 13. Parede de betão armado
fonte: Autor (2017)



Figura 14. Parede de alvenaria de tijolo
fonte: Autor (2017)



Figura 15. Parede de gesso
fonte: Autor (2017)



Figura 16. Laje ou pacimento de vigotas
fonte: Autor (2017)

3.3.4. Descrição arquitectónica - fachadas, coberturas e interiores

Fachadas

O edifício conserva alguns elementos pombalinos (ou de inspiração pombalina, em particular nas fachadas principais), os alçados sofreram diversas modificações (introdução de novos materiais e peças, e reaproveitamentos, alteração do ritmo dos vãos e abertura de outros, diferenças de acabamentos). As fachadas apresentam paramentos lisos, pintados em diferentes alturas em tons de rosa. Parte do cunhal, a partir do piso 2 até à cornija, está modelada em argamassa e o friso que separa o piso 1 do piso 2, que no caso da Travessa dos Fiéis surge parcialmente associado a elementos de cantaria. As suas cantarias calcárias (vãos e varandas/sacadas, parte do cunhal, friso da Travessa dos Fiéis, socos) e gradeamentos metálicos mais recentes, em ferro forjado, estilizados, de diferentes tipologias protegendo alguns vãos, são mais antigos, em ferro fundido, nas varandas das janelas de sacada, com decoração central, tipo medalhão decorado com motivos vegetalistas. Alguns gradeamentos metálicos exibem o que resta de pinturas de revestimento de cor verde. Nas fachadas posteriores (pátio), repetem-se os paramentos lisos rebocados e pintados, as cornijas moldadas em argamassa, igualmente pintada. Existem também gradeamentos metálicos em ferro forjado, nos vãos cimeiros, de decoração estilizada. A cobertura do palácio é inclinada, em telha, de formato em L que é refletida pela planta.



Figura 17. Palácio Ficalho, fachada sobre a Rua dos Caetanos

fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

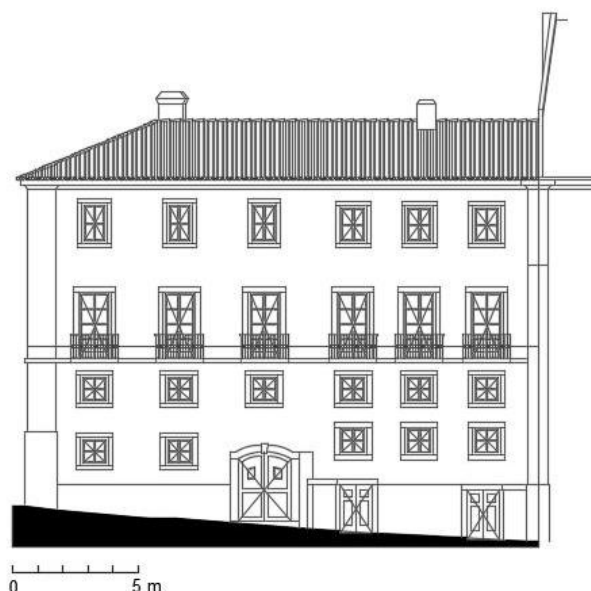


Figura 18. Palácio Ficalho, fachada sobre a Rua Travessa dos Fiéis de Deus

fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

Coberturas

No edifício as coberturas atualmente existentes são inclinadas, revestidas a telha, com estrutura de madeira apoiada nas paredes exteriores.

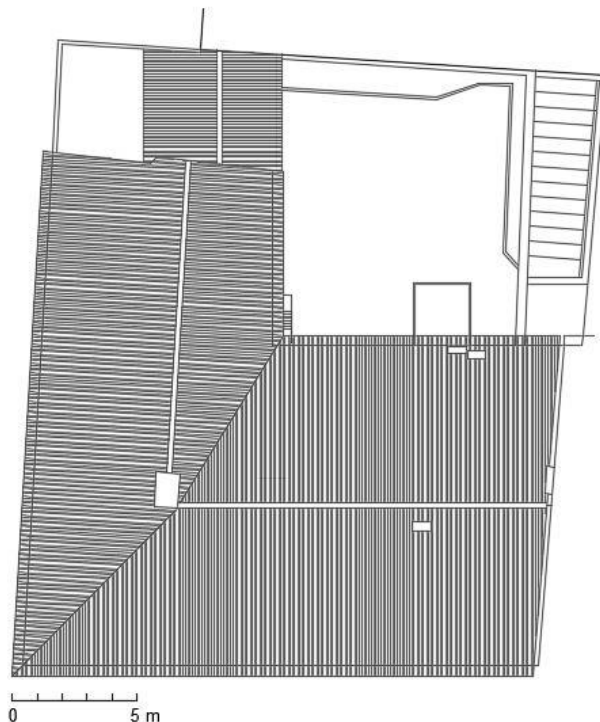


Figura 19. Palácio Ficalho, planta da cobertura
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

Interior

O interior do edifício desenvolve-se em 4 pisos, com uma cave. Piso 0 corresponde à entrada pela Travessa dos Fiéis de Deus. As escadas, em alvenaria recente, têm corrimão em madeira de boa qualidade e execução, prolongando-se para o andar superior. As guardas são também em alvenaria recente.

O piso 1, com espaço de entrada pela Rua dos Caetanos, fazendo a distribuição para as diferentes partes do edifício. Sofreu uma intervenção profunda na década de 40 do século XX, sendo provavelmente dessa época a aplicação dos pilares em calcário Lioz, efetuada de forma pouco compatível com um dos três conjuntos de degraus existentes, também de Lioz. Também neste piso existem elementos muito anteriores, ao edifício, uma aplicação de azulejos do séc. XVIII nos lambris das paredes. Foi possível observar, sob esta camada, na pedra de peito das janelas, desgastada nas arestas pela antiguidade e uso. A cozinha do edifício no seu período inicial (século XVI), tem elementos em pedra única, como a bancada de serviço para lavagens, com rebordo e terminando em pia, e o tanque com torneira em liga de cobre . A

lareira/chaminé é também constituída por blocos de grandes dimensões e aparentando sinais de desgaste natural das arestas pela antiguidade e uso. Existem cantarias antigas.

O piso 2 apresenta janelas de sacada. Este piso tem compartimentos que têm tetos lisos com sanca de cor branca e paredes em verde seco, constituindo um deles uma pequena copa com espaço de elevador monta-pratos adaptado a chaminé. com teto em madeira de fabrico industrial e desenho geométrico simples, pintado de branco e paredes em azul. Janelas de sacada com portadas. O Salão “nobre” com teto estucado sobre estrutura de madeira revela-se muito deteriorada. As Janelas são de sacada com portadas. As paredes são pintadas de verde seco. As escadas na transição para o piso superior, apresentam painel de azulejos aplicado no enxalço da janela.

O Piso 3 possui uma Sala com revestimento azulejar e nos bancos das namoradeiras. As janelas deitam para o logradouro, com portadas em madeira. A lareira é em alvenaria de tijolo.



Figura 20. Palácio Ficalho, planta do piso -2
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)



Figura 21. Palácio Ficalho, planta do piso da loja
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

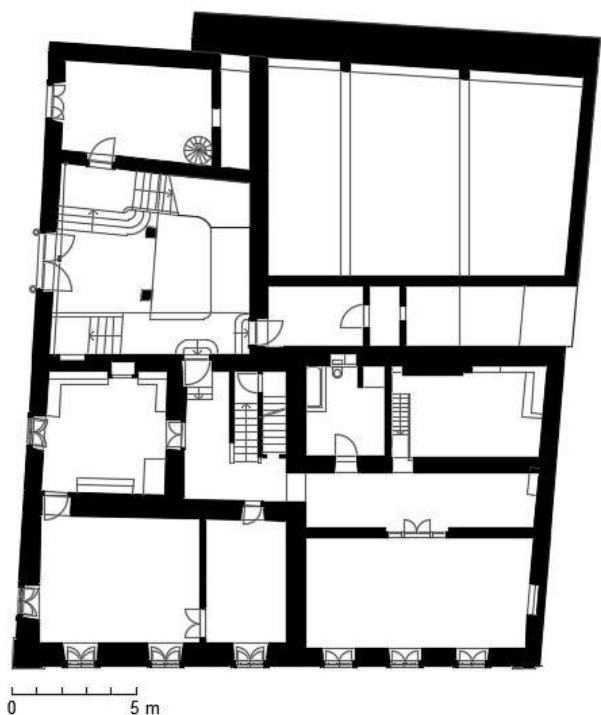


Figura 22. Palácio Ficalho, planta do piso térreo
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

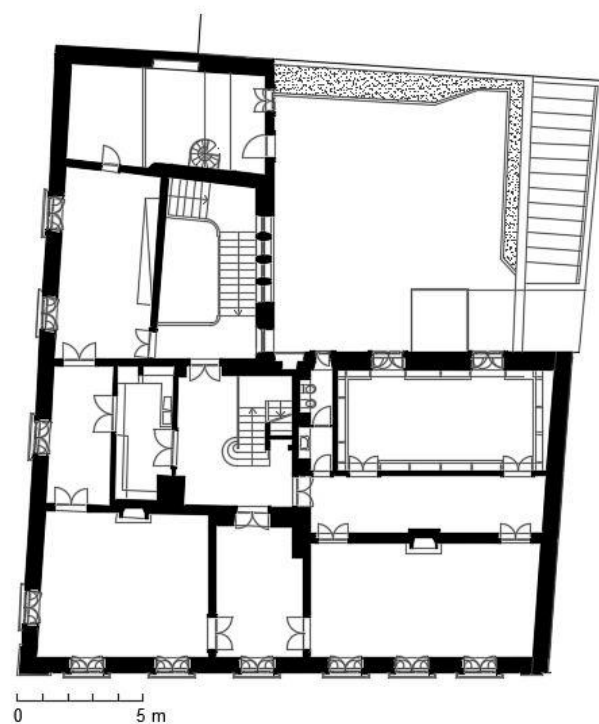


Figura 23. Palácio Ficalho, planta do piso 1
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

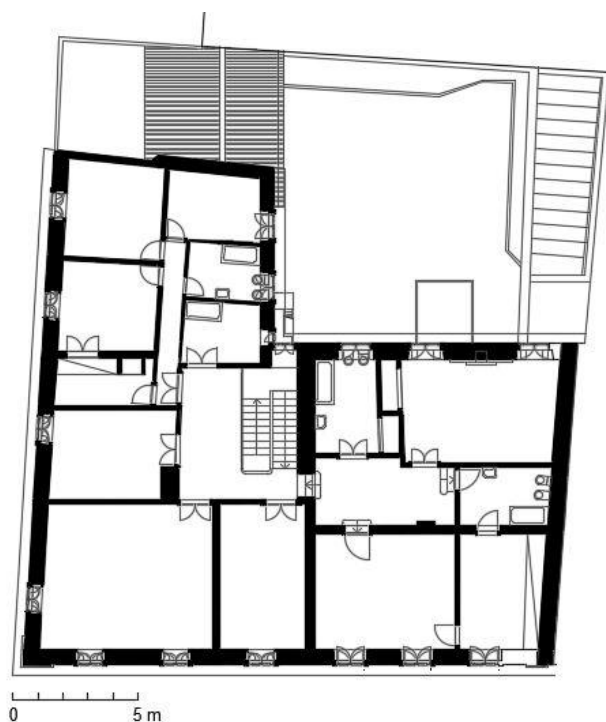


Figura 24. Palácio Ficalho, planta do piso 2
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Montalvão (2015)

3.3.5. Estado de conservação

De acordo com os análises realizadas, o edifício encontra-se num estado razoável. No estudo do estado de conservação do edifício do Palácio Ficalho é importa frisar que a primeira abordagem foi feita pela visita in situ, sendo os elementos complementados com os relatórios elaborados pelos projetistas para a sua reabilitação. Foram detetadas as seguintes patologias: humidades generalizadas; humidades em paredes; humidades em tetos; fendilhação horizontal; fendilhação vertical; fendilhação oblíqua; fendilhação em teto; fendilhação em paredes; deterioração em assentamentos; verga fendilhada; tetos colapsado; sacada fendilhada; cantaria fraturada; fendas reparadas;



Figura 25. Edifício Palácio Ficalho, sala de entrada do piso térreo.
fonte: Autor (2017)



Figura 26. Edifício Palácio Ficalho, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 27. Edifício Palácio Ficalho, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 28. Edifício Palácio Ficalho, interior
fonte: Autor (2017)

3.3.6. Programa decorativo

O Palácio Ficalho é um edifício que sofreu profundas alterações (espaciais, decorativas, inclusive com introdução e readaptação de elementos), quer no interior, quer no exterior, em todos os pisos, modificações que nos remetem para sucessivos momentos temporais; estas terão derivado sobretudo de necessidades funcionais do edifício residencial, havendo contudo alterações com intenção estética (mudança de programa decorativo em alguns espaços). Estas alterações resultaram ambientes e conjunturas complexas, algumas com significativa desarticulação e incoerência (arquitectónica, decorativa).

No edifício estão presentes três diferentes espaços com revestimento em azulejos, os quais apresentam características de semelhança em relação à sua constituição - azulejo azul e branco, do século XVIII, como também apresentam um estado de conservação semelhante. Os padrões usados têm uma leitura comum na época pombalina (motivo de camélia, acantos, albarradas) e repetitiva. As lacunas de pequena dimensão concentram-se junto aos bordos, indiciando terem sido levantados e recolocados. Existem faixas recortadas ou eliminadas de modo a conseguir integrar as composições de forma forçada na arquitetura.



Figura 29. Edifício Palácio Ficalho, sala de entrada do piso térreo
fonte: Autor (2017)



Figura 30. Painéis a revestir namoradeiras e lambris numa sala do piso 3
fonte: (Appleton & Domingos, 2017)

No edifício estão presentes gradeamentos metálicos em ferro forjado e ferro fundido, variando em formal e estilisticamente, consoante a sua localização, função e época de concepção. Na generalidade, todos os gradeamentos e elementos metálicos apresentam sinais de oxidação e corrosão.



Figura 31 e 32. Gradeamentos metálicos das janelas do piso 0 na Rua dos Caetanós
fonte: (Appleton & Domingos, 2017)



Figura 33. Pormenor gradeamentos metálicos utilizados nas janelas
fonte: (Appleton & Domingos, 2017)

3.3.7. Vestígios arqueológicos

O edifício apresenta vários vestígios arqueológicos. Foi identificada uma condução de águas, com uma orientação Este-Oeste, construída utilizando pedra e argamassa, sendo que apresentava uma cobertura em cimento, que parece ter sido construída posteriormente. A cortar esta estrutura, e cobrindo (estrutura semicircular), estava um tubo cerâmico que assentava em pedra e argamassa, com uma orientação Sul-Norte e que teria como objectivo levar água para um compartimento do edifício.

Foi identificado no sector Oeste uma estrutura em argamassa e pedra, com uma orientação Sul-Norte, que parece consistir na sapata da parede Oeste. A cortar esta estrutura encontrava-se uma outra, que consistia num tubo em grés e caixa em cimento e tijolo, com uma orientação Este-Oeste. Ambas cortavam o substrato geológico. Também foi identificada uma estrutura em tijolo e cimento já quase totalmente destruída e de funcionalidade indeterminada. Esta terá sido afectada para a implementação de uma canalização em grés, com uma orientação Sudeste-Noroeste.

3.3.8. Documentação técnica

Nesta secção é apresentada documentação antiga original sobre o edifício, isto para uma compreensão clara e linear da história do Palácio Ficalho e transformações e mudanças arquitetónicas.

A reconstrução do edifício na Rua Caetanos em 1882, no piso térreo da fachada e esta era similar ao que podemos ver hoje.

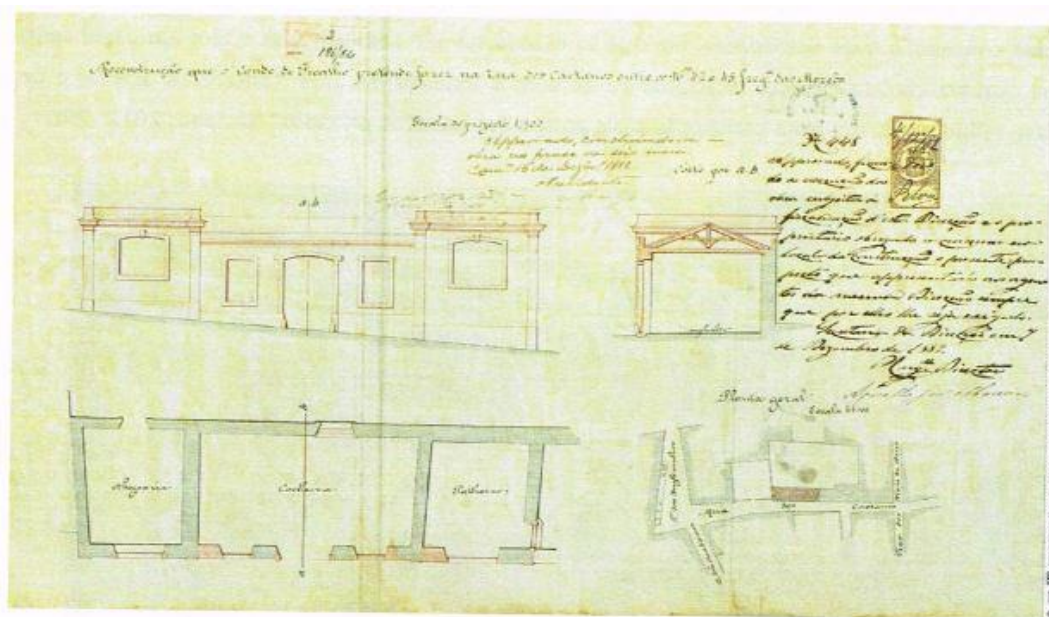


Figura 34. Projeto de alterações, no piso térreo da fachada, em 1882
fonte: (CML/AML)

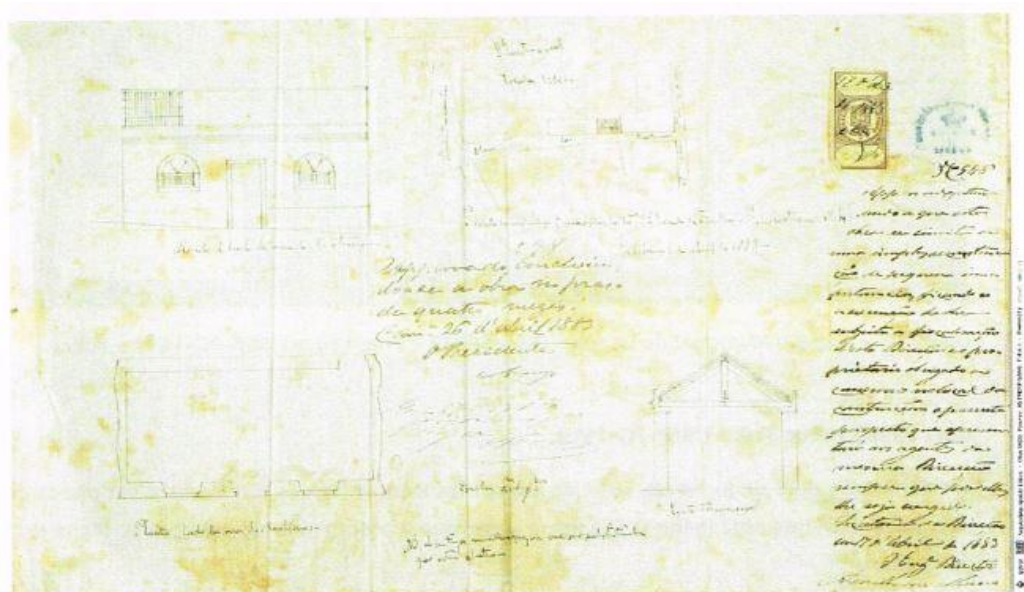


Figura 35. Projeto de alterações, no piso térreo da fachada, em 1882
fonte: (CML/AML)

Alterações em 1914 sendo construtor Joaquim Nunes das Neves. Neste projeto de alterações são alteradas escadarias, paredes interiores e vão. Ao edifício é acrescentado um piso, o que resulta numa profunda alteração.

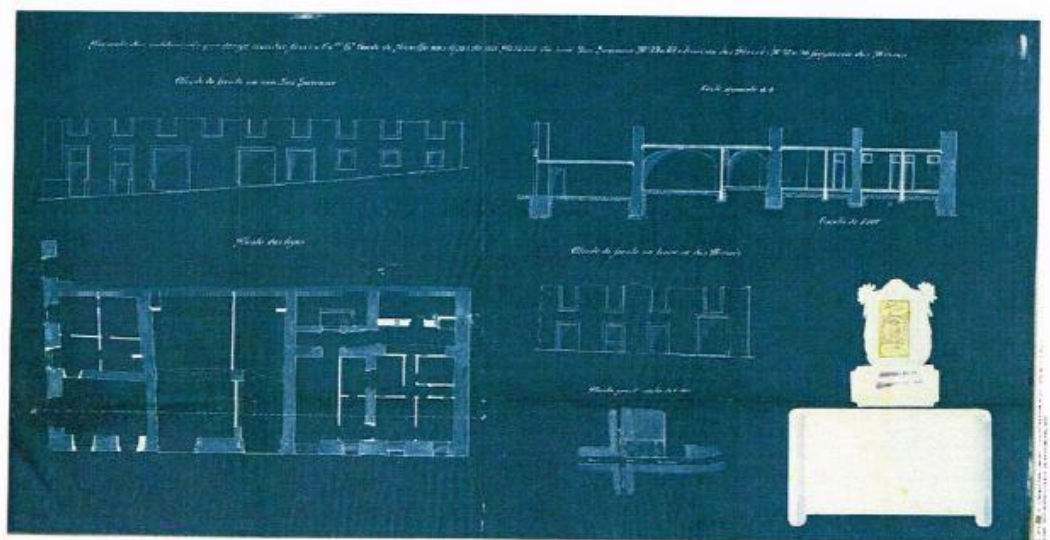


Figura 36. Projeto de alterações, em 1914
fonte: (CML/AML)

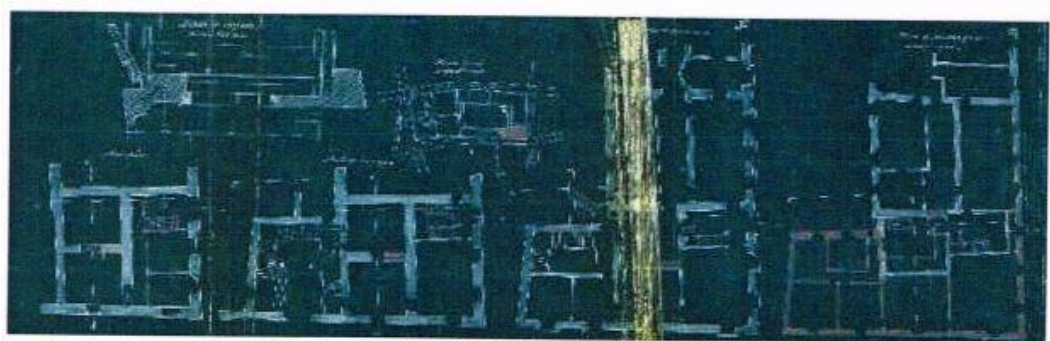


Figura 37. Projeto de alterações, em 1914
fonte: (CML/AML)

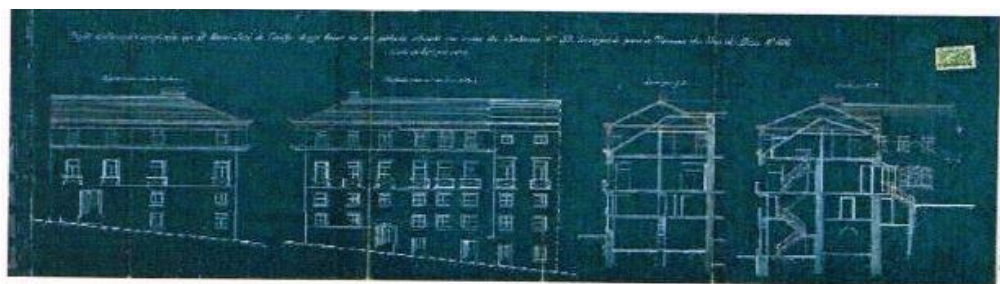


Figura 38. Projeto de alterações, em 1914
fonte: (CML/AML)



Figura 39. Projeto de alterações, em 1914
fonte: (CML/AML)

Em 1929 a proprietária D. Maria Josefa de Melo, teve a pretensão de um projeto para instalar um depósito de carvão e um reservatório subterrâneo para petróleo.

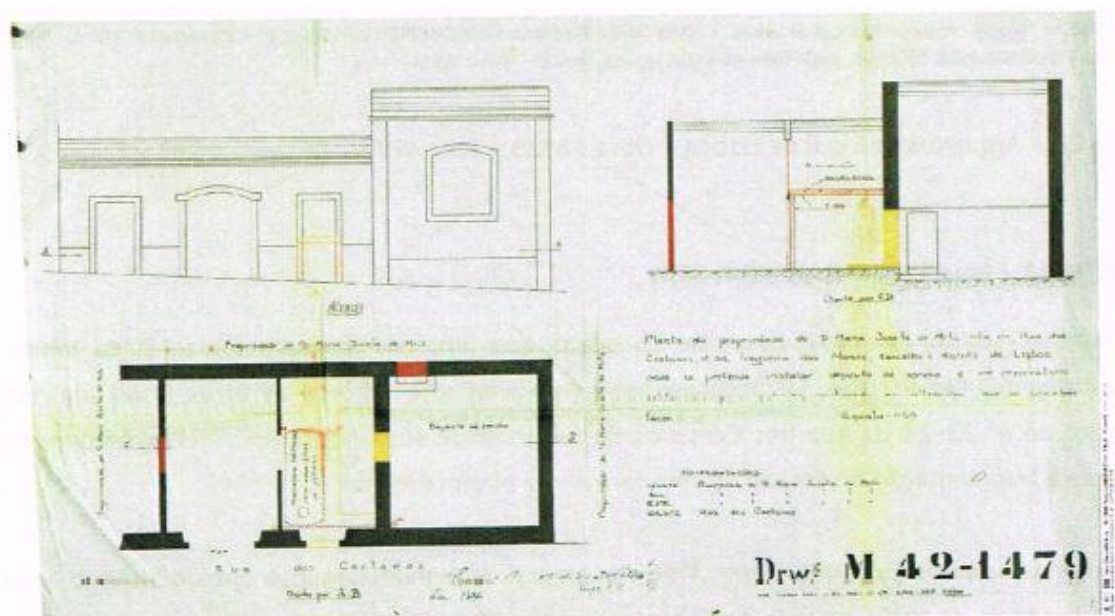


Figura 40. Projeto para instalar um depósito de carvão e um reservatório subterrâneo para petróleo, em 1929
fonte: (CML/AML)

Em 1943 o proprietário Francisco de Melo Costa, teve a pretensão de fazer uma obra na Rua dos Caetanos para alargamento de porta de entrada, arrecadação, tapamento de porta interior e abertura de outra para o jardim.

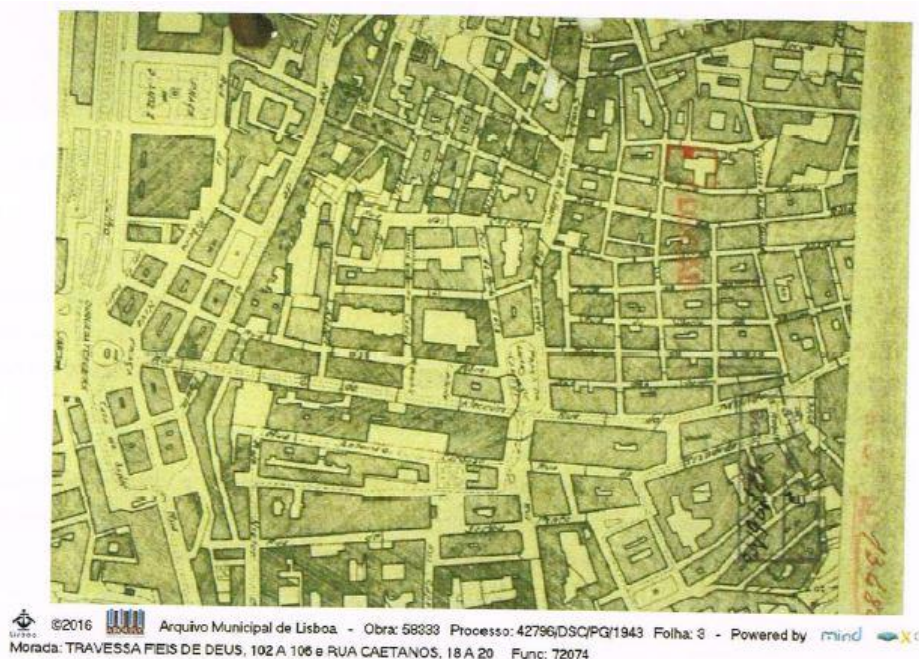


Figura 41. Projeto para alargamento de porta de entrada, arrecadação, tapamento de porta interior e abertura de outra para o jardim, em 1943
fonte: (CML/AML)

Em 1957 António Augusto Souza-Pinto Júnior, teve a pretensão de fazer obra para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., a este da sua propriedade.



Figura 42. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957
fonte: (CML/AML)

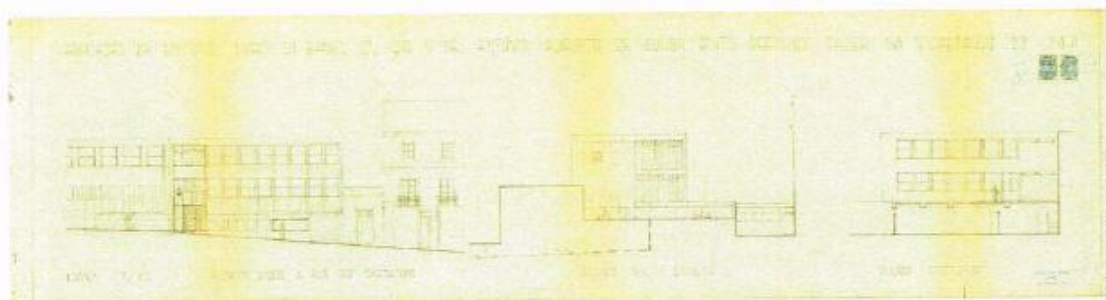


Figura 43. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Lda., em 1957
fonte: (CML/AML)

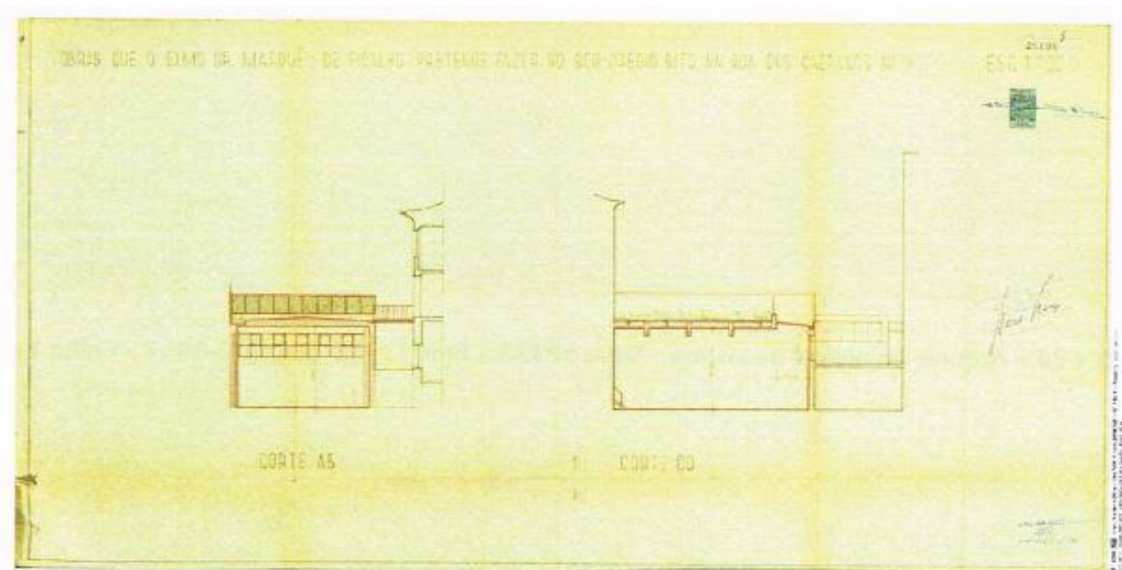


Figura 44. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Ltda., em 1957
fonte: (CML/AML)

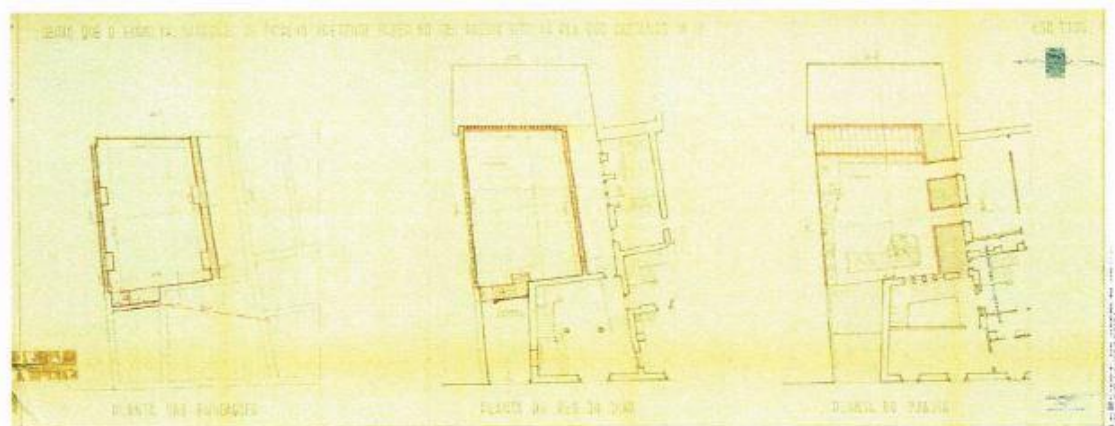


Figura 45. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Ltda., em 1957
fonte: (CML/AML)

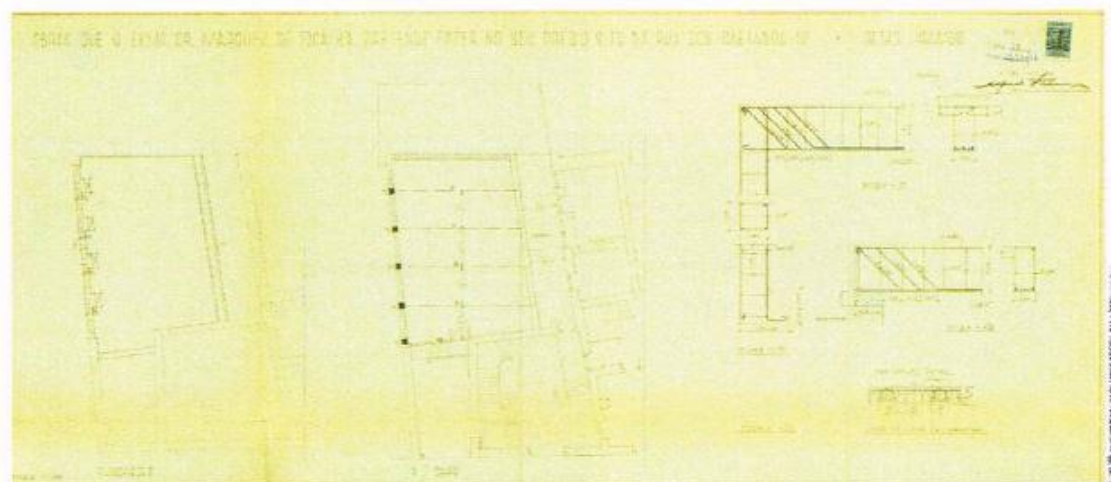


Figura 46. Projeto para ampliar a Editorial Livros do Brasil Ltda., em 1957
fonte: (CML/AML)

Em 1958 António de Melo como proprietário e Keil Amaral como arquiteto, com um projeto de alterações ao projeto anterior, pretendido proceder ao alargamento da cave em construção sob o logradouro para servir de armazém à Editorial Livros do Brasil.

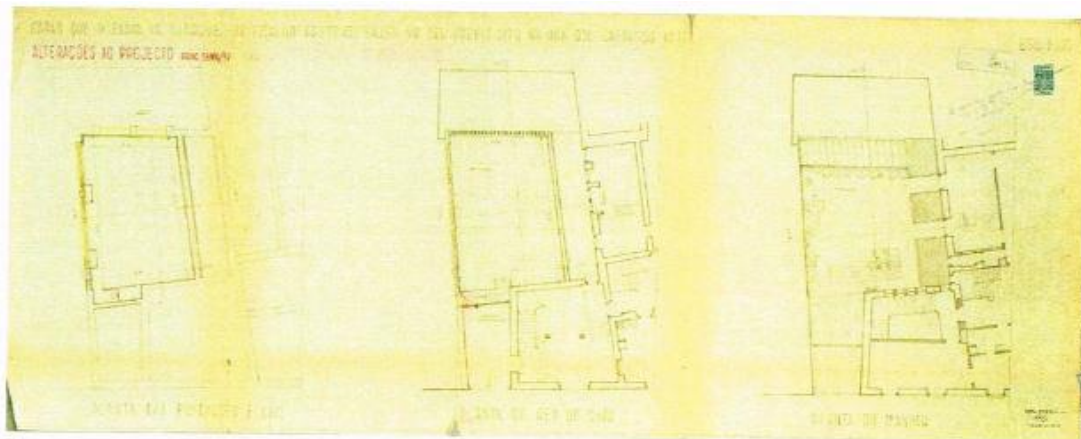


Figura 47. Projeto de alterações, em 1958
fonte: (CML/AML)

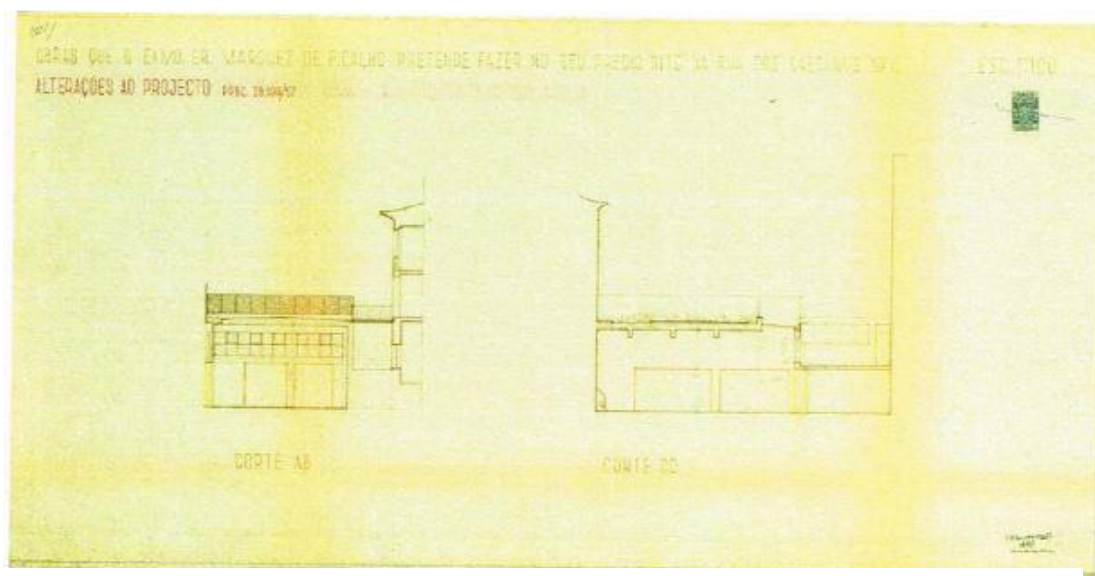


Figura 48. Projeto de alterações, em 1958
fonte: (CML/AML)

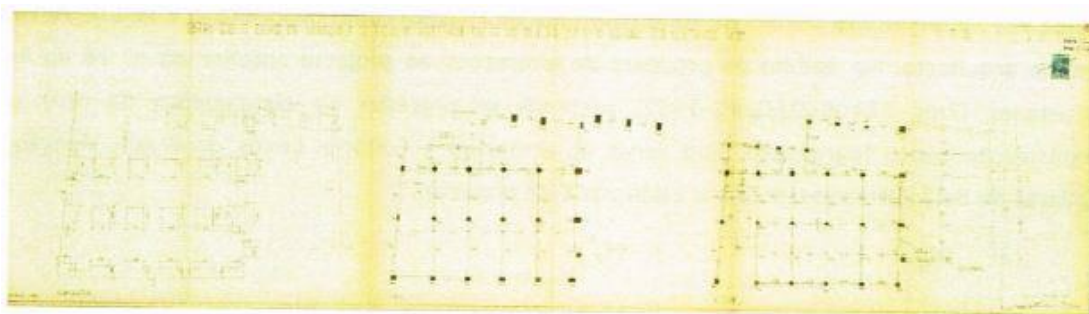


Figura 49. Projeto de alterações, em 1958
fonte: (CML/AML)

Em 1980 António Martim de Mello como proprietário e Francisco de Mello como arquiteto, com um projeto de alterações, este interferindo mais nos espaços interiores do que nas fachadas. Este teve como programa a divisão do prédio em várias habitações independentes, destinadas a serem utilizadas pelo proprietário e pelos seus três filhos e as restantes a estacionamento e arrumos.

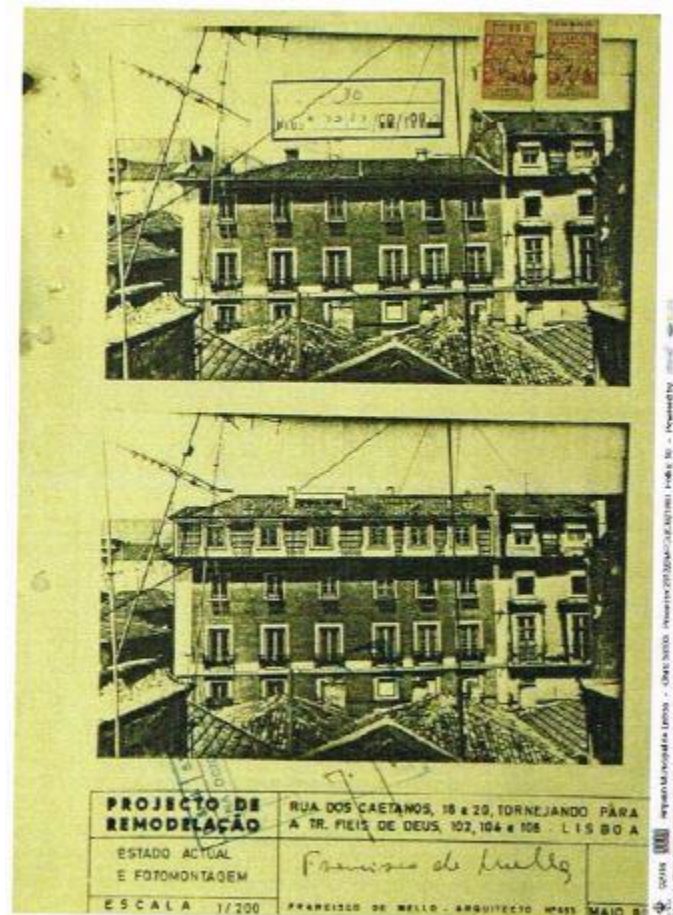


Figura 50. Projeto de alterações, em 1980
fonte: (CML/AML)

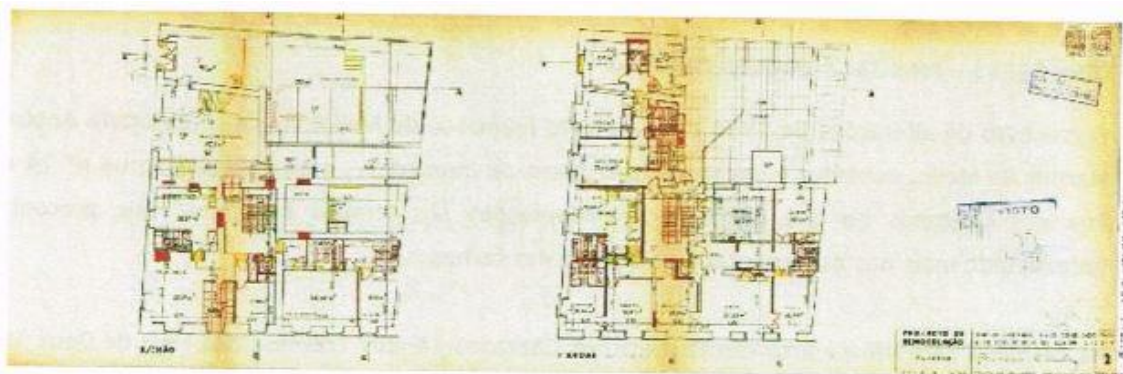


Figura 51. Projeto de alterações, em 1980
fonte: (CML/AML)

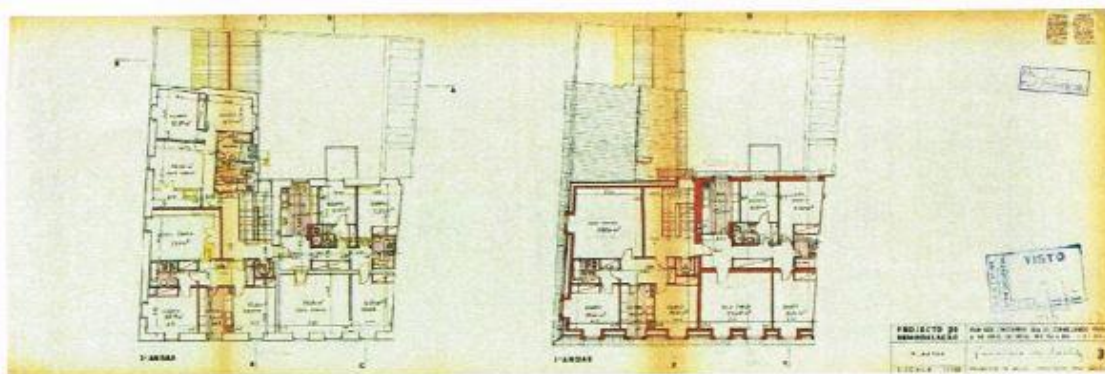


Figura 52. Projeto de alterações, em 1980
fonte: (CML/AML)

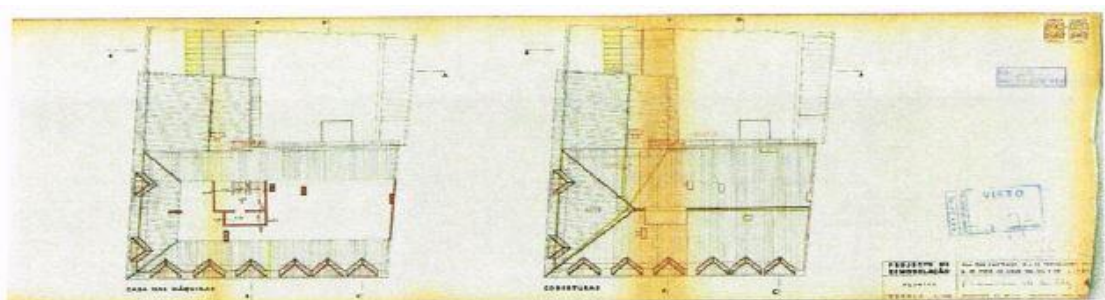


Figura 53. Projeto de alterações, em 1980
fonte: (CML/AML)

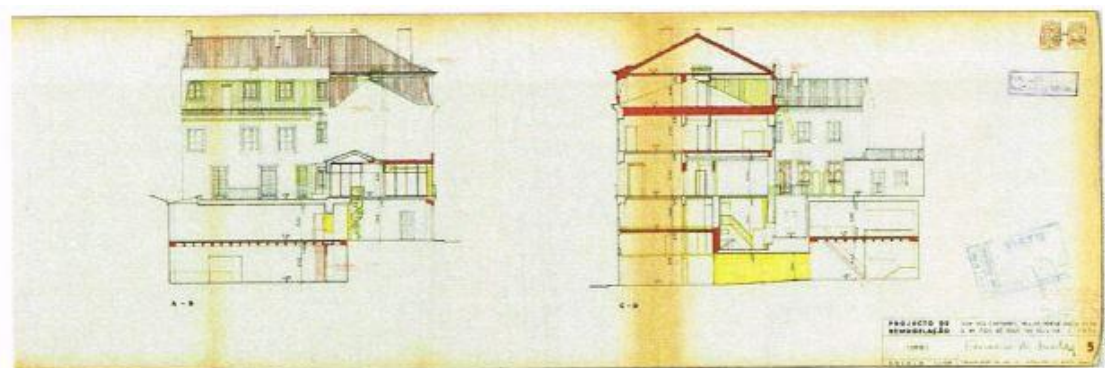
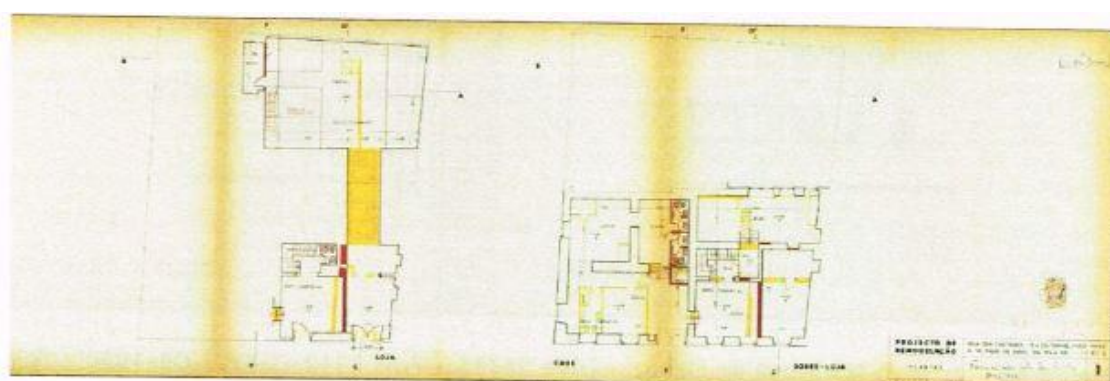
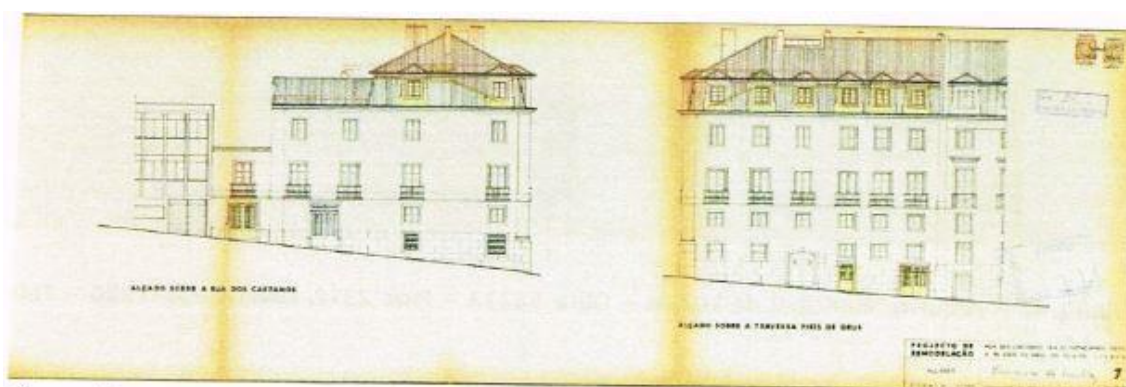
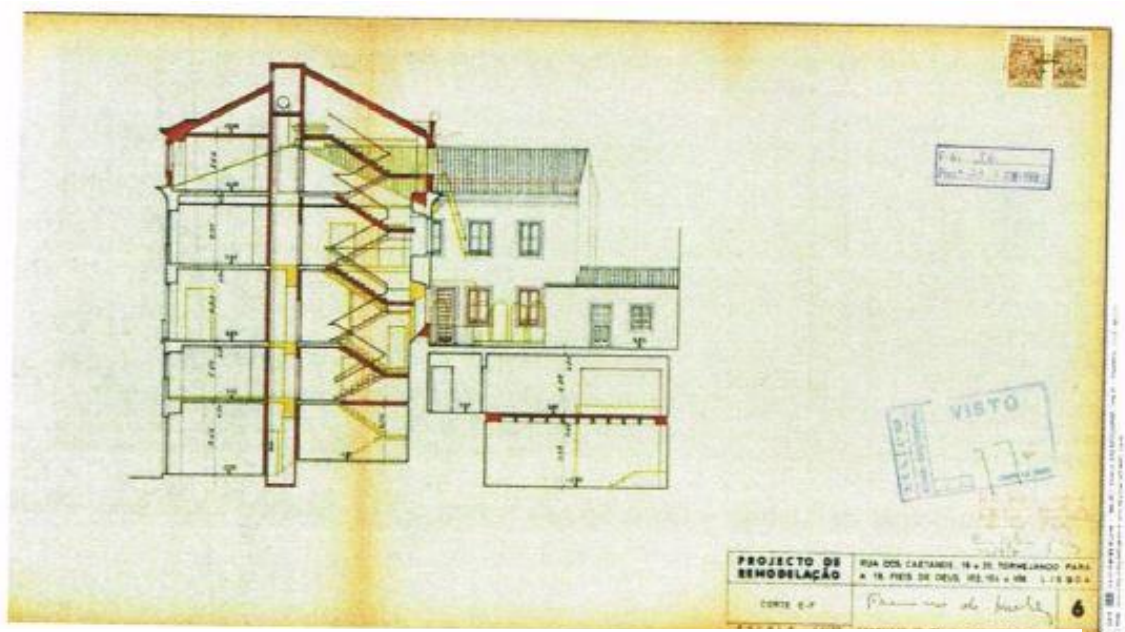


Figura 54. Projeto de alterações, em 1980
fonte: (CML/AML)



Em 1989 com um requerimento de António Martim de Mello para um projeto de alterações, este do arquiteto Henrique Albino, para alteração de arrecadação para garagem.

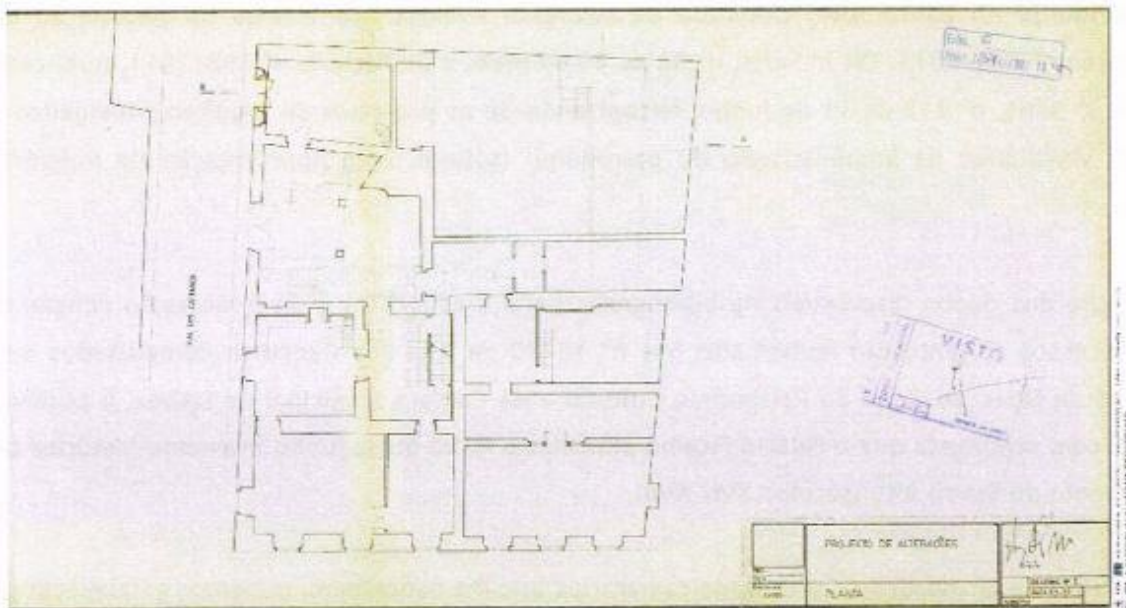


Figura 58. Projeto de alterações, para alteração de arrecadação para garagem, em 1989
fonte: (CML/AML)

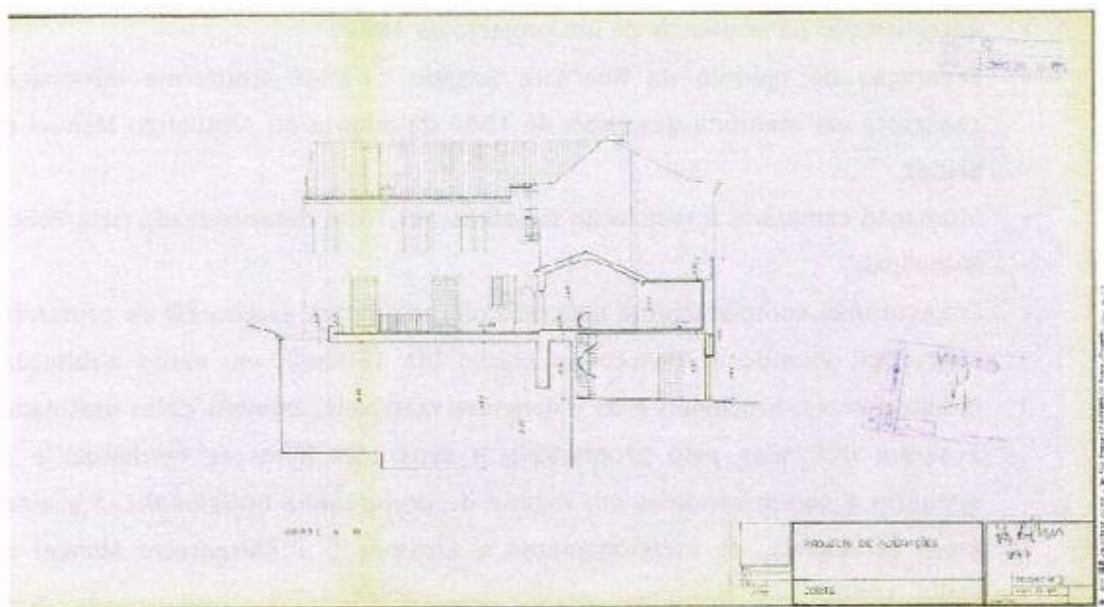


Figura 59. Projeto de alterações, para alteração de arrecadação para garagem, em 1989
fonte: (CML/AML)

3.4. Edifício na Rua dos Douradores



Figura 60. Edifício na Rua dos Douradores
fonte: Autor (2019)

3.4.1. Enquadramento urbanístico

A propriedade onde se localiza o edifício estava, anteriormente ao Terramoto de 1755, integrada dentro do perímetro da Judiaria Grande, mais precisamente na Travessa de N. Sra. da Conceição dos Freires, ou Travessa da Conceição Velha, assim chamada vulgarmente, que ligava a Rua dos Ourives da Prata ao Largo da dita igreja.

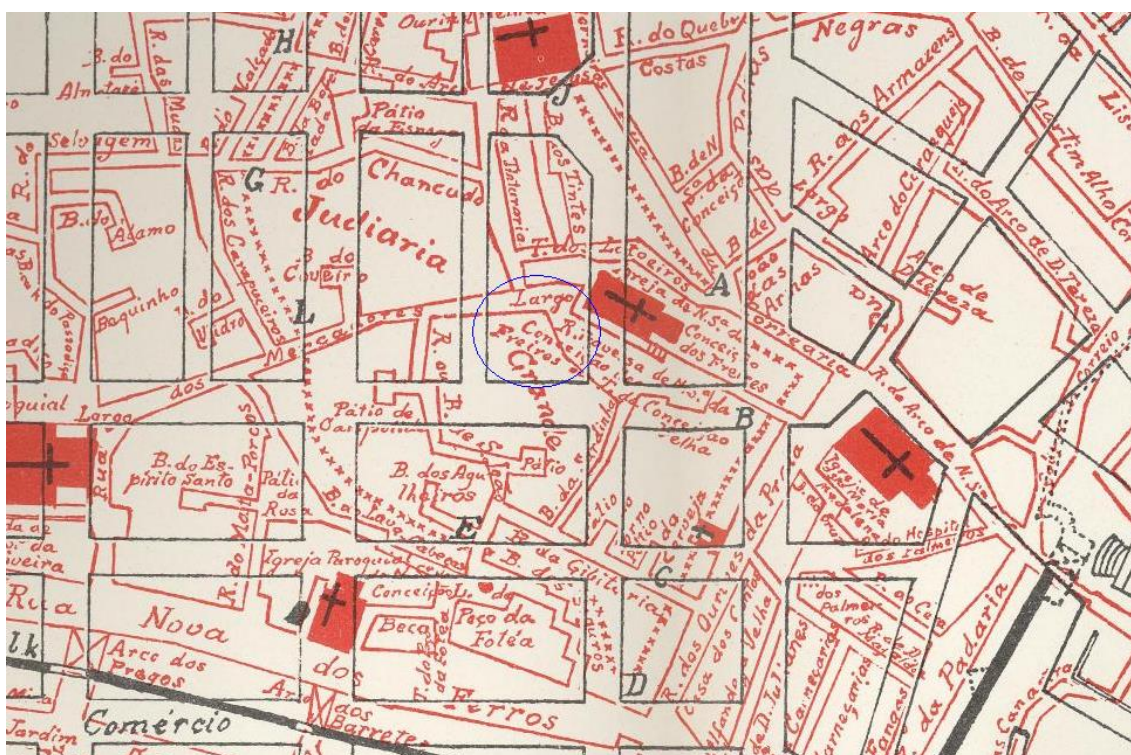


Figura 61. A vermelho, a topografia do local em 1755. A preto, a actualidade
fonte: (Matos & Paulo, 2009)

A igreja de N. Sra. da Conceição dos Freires da Ordem de Cristo, foi erigida, ou adaptada, sobre a antiga sinagoga após a expulsão dos judeus e doada por D. Manuel à Ordem de Cristo, em 1502, sendo possível que lhe pertencesse a escadaria que se encontra na cave do prédio da Rua dos Fanqueiros e que, eventualmente, daria acesso ao tabuleiro sobre o qual se erguia a igreja.

Em 31 de Julho de 1756, a Travessa de N. Sra. de Conceição dos Freires era constituída por 12 propriedades, do lado esquerdo vindo da rua dos Ourives da

Prata (nascente/poente), das quais as quatro primeiras se situavam a nascente do Beco da Sardinha e as restantes oito a poente. Do lado direito existiam 5 propriedades.

A primeira referência à propriedade data de 1786, nos registos da Décima da Cidade. No ano anterior ainda não consta qualquer menção à sua existência. Esta datação está conforme a informação proveniente da documentação referente à aquisição da propriedade por Dionísio Chevalier, que a arrematou em 1783.

3.4.2. Evolução histórica / usos originais

O edifício localiza-se na Rua dos Douradores, 2-14, tornejando para a Rua da Conceição, 28-34. Teve o seu uso original como prédio de arrendamento, composto por lojas no piso térreo. Este edifício terá sido edificado em parte sobre as ruínas da antiga igreja da Conceição dos Freires, ou Conceição-Nova, facto que pode ser explicado pela existência de uma escadaria, ao nível da cave do edifício vizinho, que corresponderia ao acesso à cota da referida igreja e a existência de meio tramo de abóbada visível no fundo da loja da extremidade N do edifício (no nº 14).



Figura 62. intercessão da Rua dos Douradores, 2-14, e Rua da Conceição, 28-34, Lisboa.
fonte: Autor (2019)

O edifício teria um piso térreo, uma sobreloja e um andar mais um sótão, ou dois andares e um sótão. Este foi edificado em 1786, respeitando as regras dos alçados pombalinos e com um só andar de sacadas, ao contrário do que existe atualmente.

Já no início do século XIX, com apenas vinte anos, o edifício foi reconstruído, não se sabendo quanto do edifício setecentista terá sido reaproveitado nesta nova fase. Segundo o estudo histórico, é natural que cantarias, ferros das guardas e outros elementos tenham sido reutilizados; de qualquer modo, nem tudo foi demolido, como o comprova a existência já mencionada da abóbada no fundo da loja com o nº 14, aliás como é expectável, dado ser mais económico aproveitar elementos pré-existentes do que demolir a totalidade e reconstruí-la de seguida. Considera-se, assim, que é perfeitamente possível que as paredes periféricas, pelo menos as fachadas, tenham sido reaproveitadas pelo menos até à cota em que as alterações não as inviabilizavam. Dessa construção oitocentista, de 1805, datam as fachadas atuais com pequenas alterações introduzidas já no século XX ao nível das lojas, mas que de qualquer modo se caracterizam por ter uma sobreloja, dois níveis de sacadas, um nível com janelas de peito, um quinto andar com varanda corrida, e um piso de águas furtadas, com trapeiras de grandes dimensões. No interior, a escada caracteriza-se por ter uma estrutura já claramente novecentista, não correspondendo ao paradigma das escadas pombalinas, que se inserem em núcleos rígidos e que não têm bomba, ao contrário da presente, que se encontra encerrada entre paredes de frontal e tabique (e tijolo, nos últimos pisos), que possui bomba e que é, essencialmente, muito mais ligeira que as suas antecessoras. O desenvolvimento vertical desta escada é anómalo, já que muda de uma planta aproximadamente oval para uma planta quadrada, o que poderá estar relacionado com a reconstrução.

Durante os cem anos seguintes o edifício ter-se-á mantido pouco alterado, pelo menos de um ponto de vista estrutural, datando de 1904 as primeiras plantas de alteração que, de qualquer modo, mesmo que introduzindo alterações graves ao nível do primeiro andar, mantêm a matriz estrutural original – dois a três alinhamentos de parede portante, presumivelmente de frontal, paralelas à fachada da Rua dos Douradores, e um ou mais alinhamentos paralelos à Rua da Conceição, no alinhamento da caixa de escadas.

3.4.3. Condição estrutural

Na estrutura do edifício são utilizadas colunas na substituição das paredes de frontal e não se encontram alinhadas entre todos os pisos, sendo visível o desvio dos apoios entre o 2º e o 3º andares.

No edifício as paredes têm espessuras que variam dos 1.10 m de espessura no R/C, para 1.00 m de espessura na Sobreloja, para 0.80 m de espessura nos pisos 1 a 4 e, finalmente, com 0.50 m de espessura no 5º andar. Este também apresenta os vigamentos de madeira que constituem os pavimentos do edifício possuem secções de 10 a 12 cm x 16 a 18 cm afastados de 38 a 40 cm, estão em geral bem conservados, embora apodrecidos nas entregas ao nível dos últimos andares. Nos pisos mais alterados existem vigamentos com secções mais atípicas, com alturas menores, e claramente com um aspecto mais recente. A madeira utilizada é do tipo resinosa.

Os elementos de cantaria, em ombreiras, vergas, cunhais, varandas e sacadas são de pedra calcária e apresentam características marcadamente da época – as dimensões das pedras, o corte em arco ou em pórtico chanfrado no caso dos vãos dos pisos mais baixos, o “trompe-l’oeil” das cimalkas corridas a simular os beirados. Atípico é o facto de existirem, como já foi referido, duas ordens de sacadas, ao contrário do previsto nos cartulários pombalinos e do que foi autorizado no primeiro período de reconstrução.

3.4.4. Descrição arquitectónica - fachadas, coberturas e interiores

Fachadas



Figura 63. Edifício na Rua dos Douradores, fachada Rua dos Douradores
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)



Figura 64. Edifício na Rua dos Douradores, fachada Rua da Conceição
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

Coberturas

No edifício as coberturas atualmente existentes são inclinadas, revestidas a telha e zinco em zonas elevadas na vertical, com estrutura de madeira apoiada nas paredes interiores e exteriores, não existindo asnas.

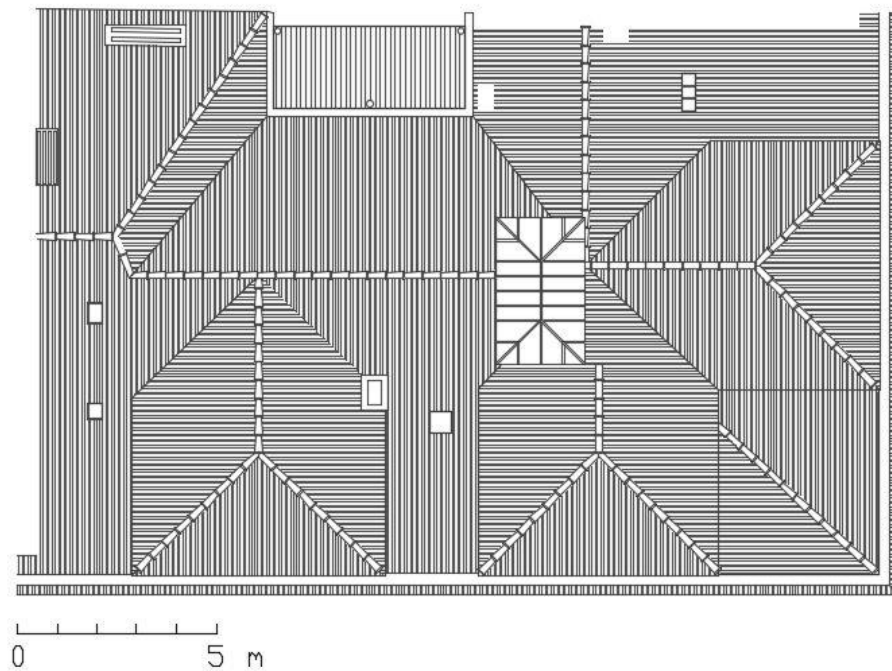


Figura 65. Edifício na Rua dos Douradores, planta da cobertura
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos
arquitetos Appleton e domingos (2009)

Interior

O interiores do edifício foram profundamente modificados ao longo do século XX.



Figura 66. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso térreo

fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

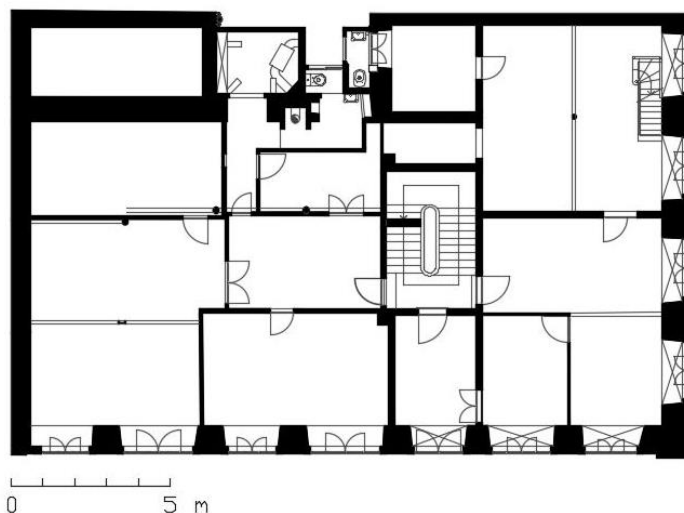


Figura 67. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso sobre loja

fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

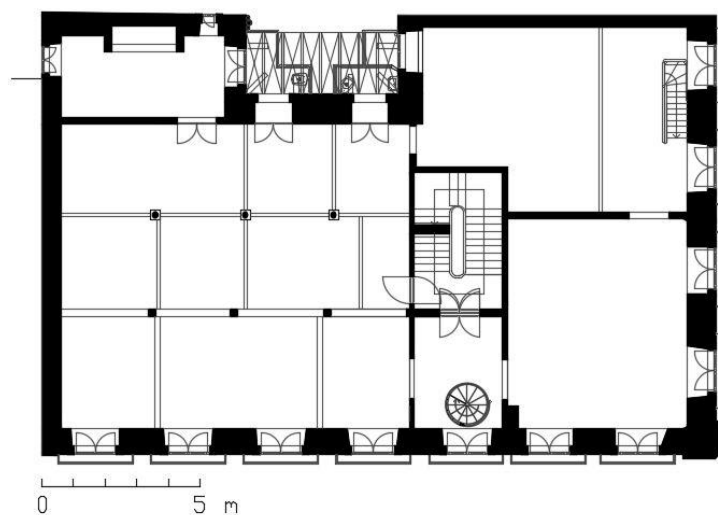


Figura 68. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 1
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

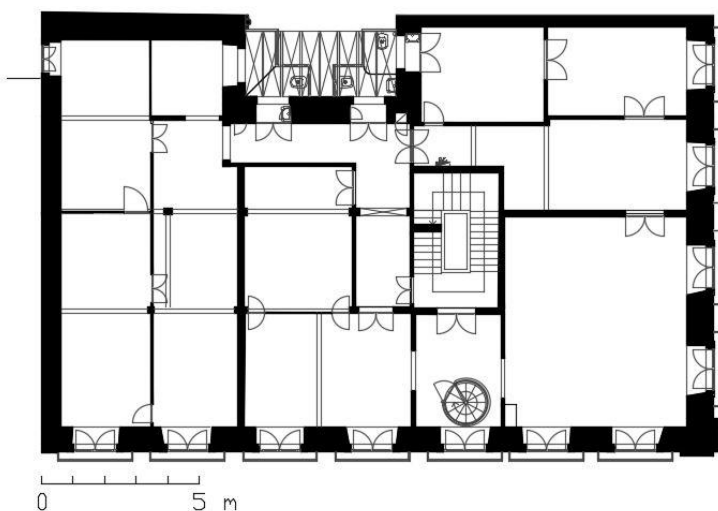


Figura 69. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 2
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

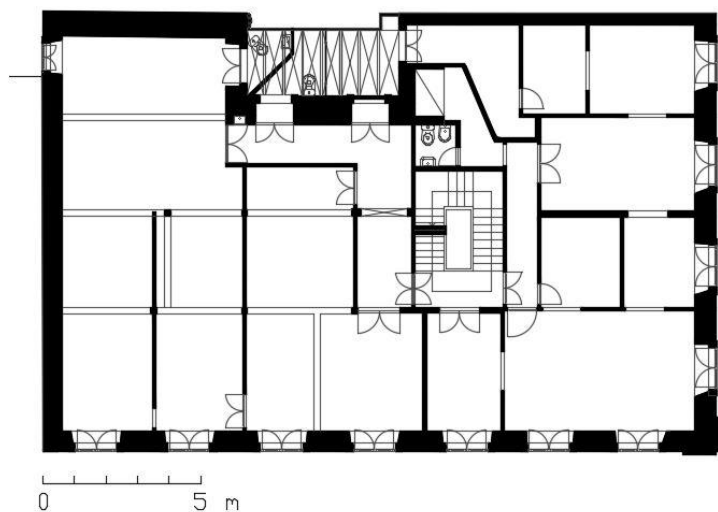


Figura 70. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 3
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

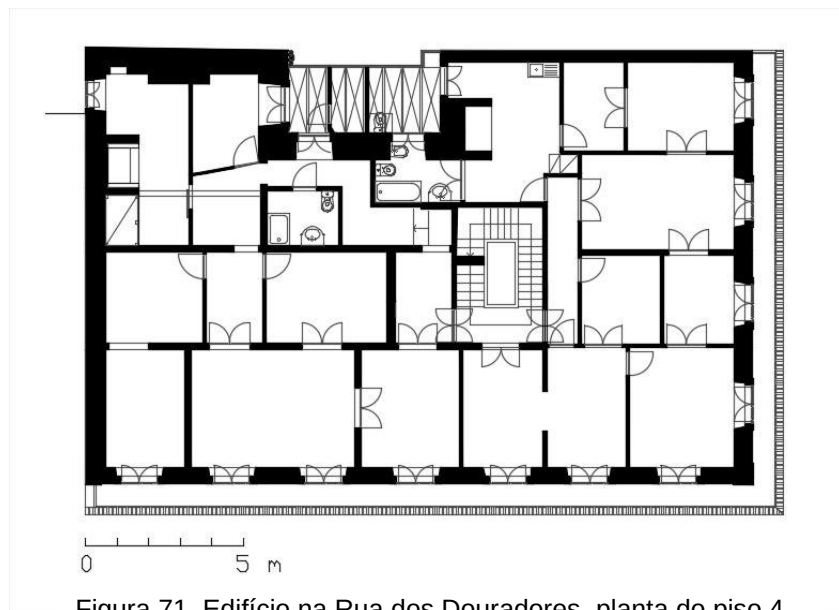


Figura 71. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 4
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

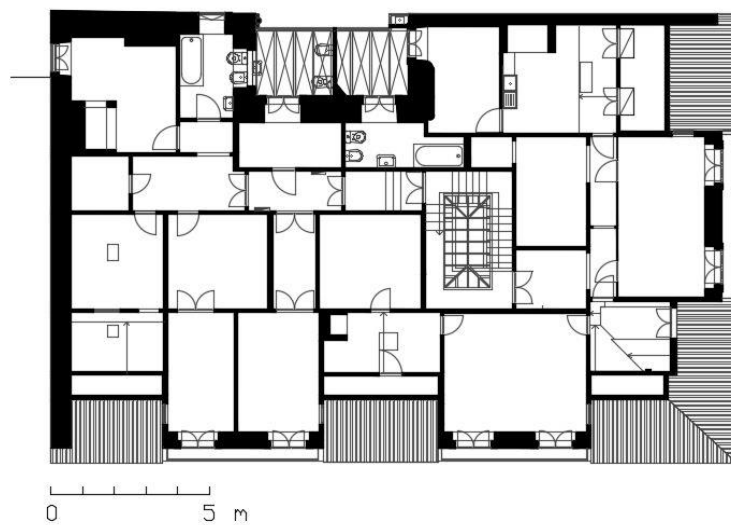


Figura 72. Edifício na Rua dos Douradores, planta do piso 5
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento dos arquitetos Appleton e domingos (2009)

3.4.5. Estado de conservação

De acordo com as análises realizadas, o edifício encontra num estado razoável. No estudo do estado de conservação do edifício da Rua dos Douradores, a primeira abordagem foi feita pela visita in situ, e posteriormente, foram levados em consideração os relatórios produzidos pelos projetistas. A análise identifica as seguintes patologias: degradação devido ao tempo; humidades generalizada; humidades em paredes; humidades em tetos; fendilhação horizontal; fendilhação vertical; fendilhação oblíqua; fendilhação em teto; fendilhação em paredes; tetos colapsado; sacada fendilhada; fendas reparadas;



Figura 73. Edifício na Rua dos Douradores, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 74. Edifício na Rua dos Douradores, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 75. Edifício na Rua dos Douradores, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 76. Edifício na Rua dos Douradores, interior
fonte: Autor (2017)

3.4.6. Programa decorativo

O edifício apresenta revestimento decorativo nas molduras das portas no 1º piso, também os tectos do 1º piso e 2º piso apresentam estuques decorativos em bom estado de conservação.



Figura 77. Pormenor da janela
fonte: (Proença, 2009)



Figura 78. Pormenor do estuque decorativo
fonte: (Proença, 2009)



Figura 79. Pormenor do estuque decorativo no tecto
fonte: (Proença, 2009)



Figura 80. Pormenor do estuque decorativo no tecto
fonte: (Proença, 2009)

3.4.7. Vestígios arqueológicos

Este prédio apresenta vários vestígios arqueológicos porque foi construído sobre a ruína de uma igreja, após o terramoto de Lisboa. Existe uma abóbada truncada nos fundos do prédio, que se prolonga até ao prédio vizinho, na esquina da rua da Conceição para a dos Fanqueiros. No prédio existe uma cave, coisa rara nos prédios pós-reconstrução, na qual se encontra uma escada de pedra, com uma largura invulgar, o que põe em evidência a existência de ruínas subterradas. Trata-se de preexistência de edifício anterior ao terramoto, outrora a nível da cota do terreno que, como é conhecido, foi alteado para se atingir a uniformização planimétrica do conjunto da Baixa.

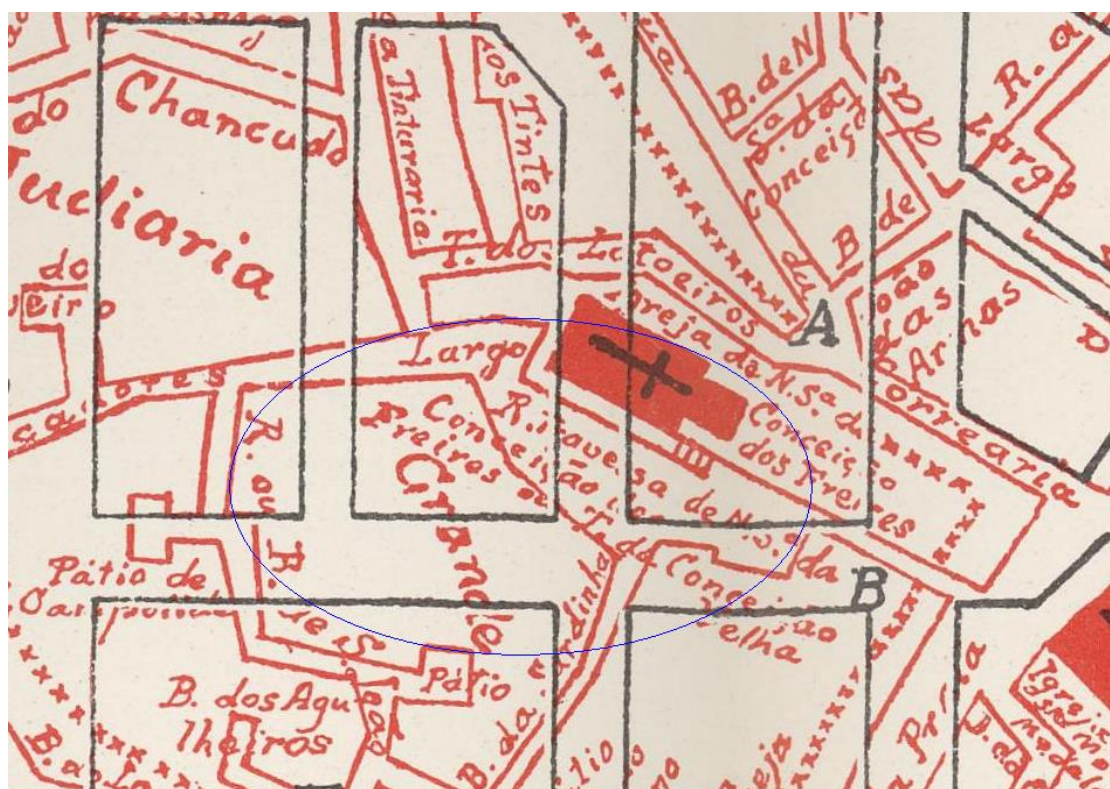


Figura 81. A vermelho, a topografia do local em 1755. A preto, a actualidade
fonte: (Matos & Paulo, 2009)

3.4.8. Documentação técnica

Nesta secção é apresentada documentação antiga original sobre o edifício, isto para uma compreensão clara e linear da sua história e transformações e mudanças arquitetónicas.

Em 1904-05, registaram-se algumas reparações e alterações no edifício.

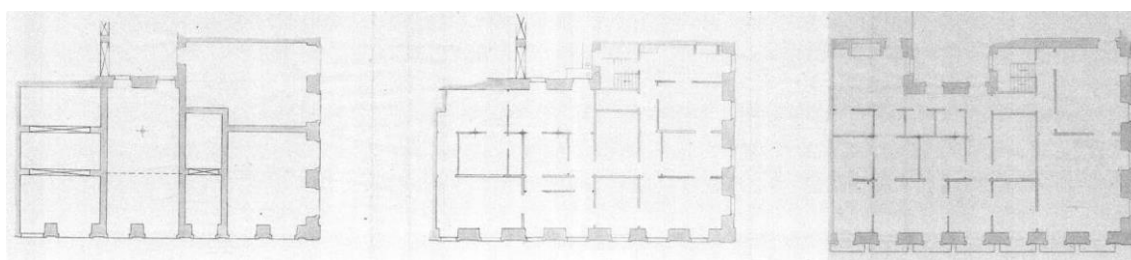


Figura 82. Projeto de alterações, em 1904-05
fonte: (CML/AML)

Em 1914 verificou-se alteração na fachada, com a colocação de envidraçamento das varandas da fachada posterior.

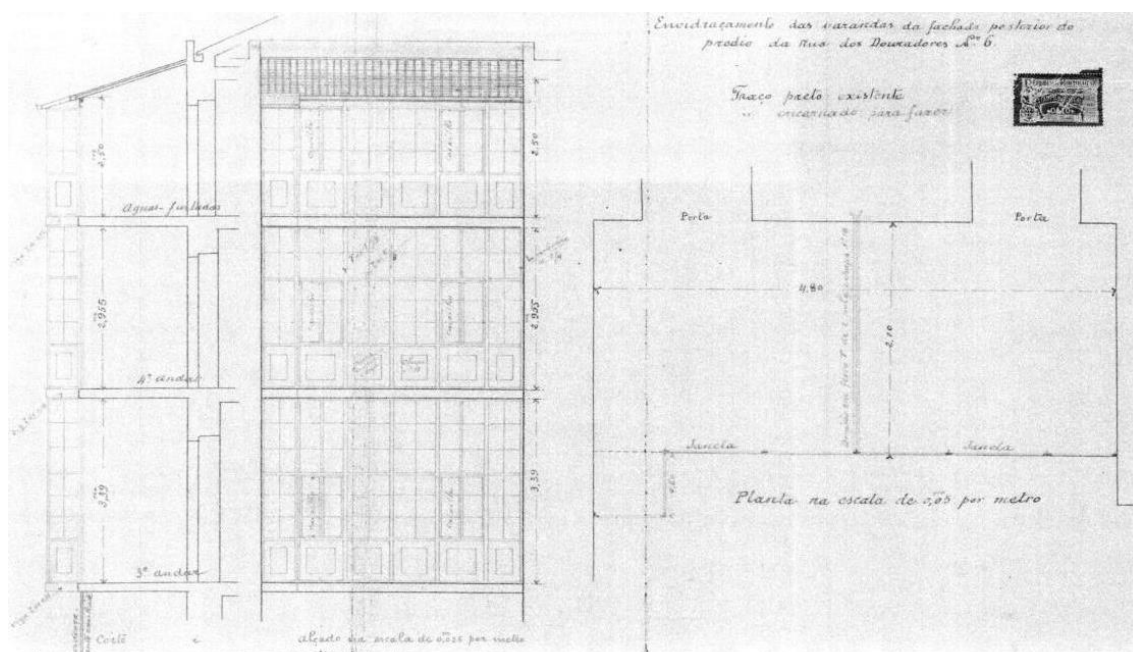


Figura 83. Projeto de alterações, em 1914
fonte: (CML/AML)

Em 1914 sucederam algumas modificações no 2º andar: instalação de escritórios.

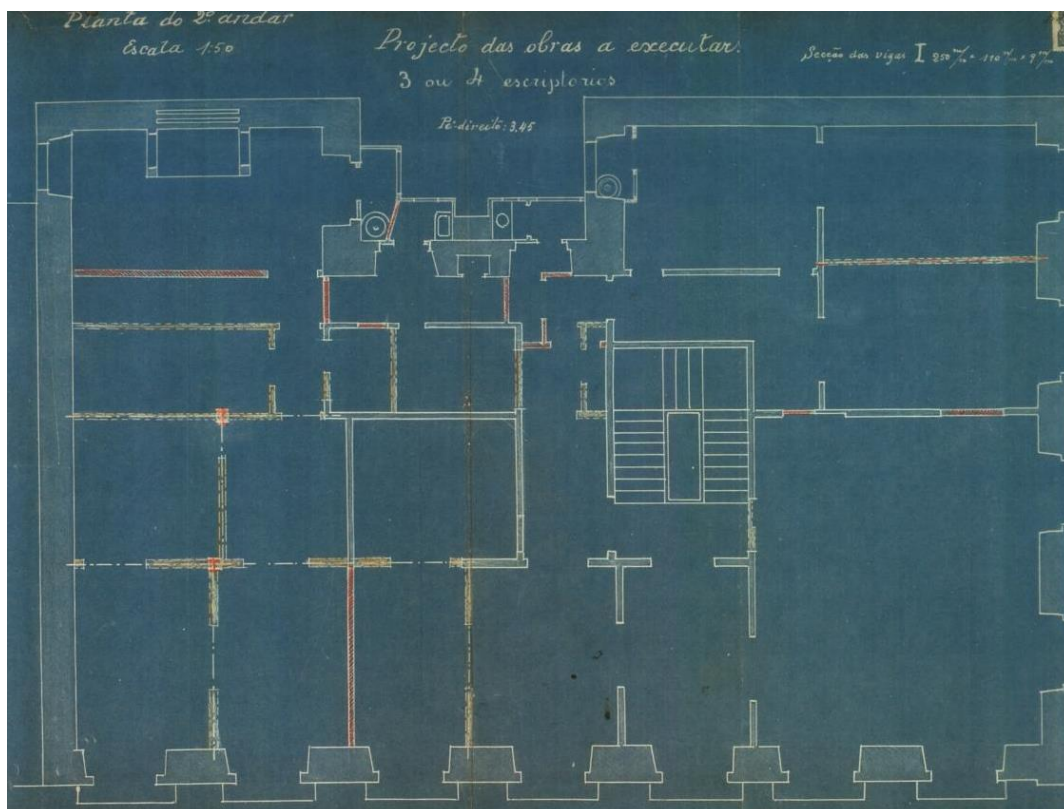


Figura 84. Projeto de alterações no 2º andar, em 1914
fonte: (CML/AML)

Em 1919 realizaram-se alterações no 3º andar, com a demolição de paredes de tabiques e paredes frontais. No 2º andar, com construção de uma escada de ferro para o 3º andar e também reparações gerais, no 2º e 3º andares.

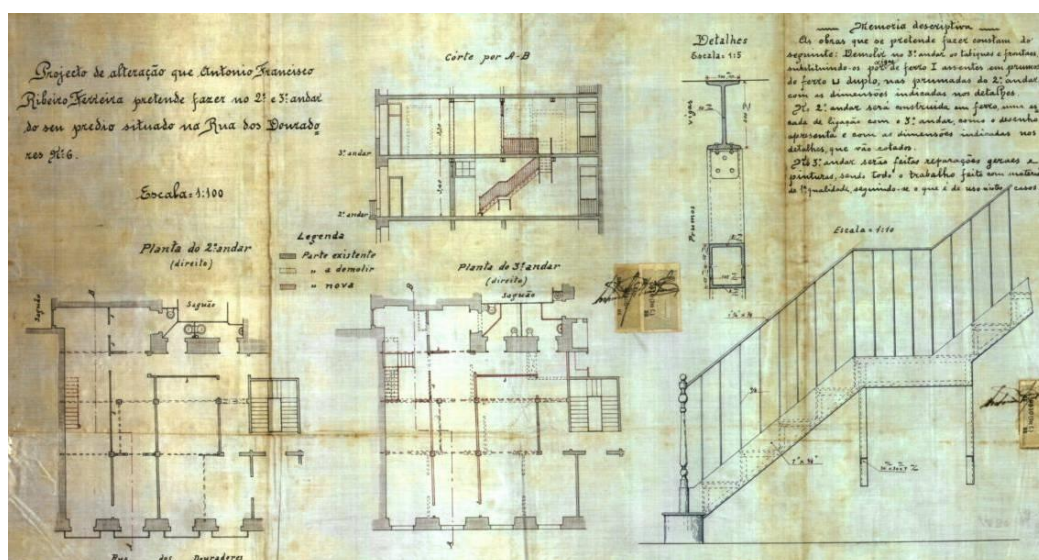


Figura 85. Projeto de alterações no 3º andar, em 1919
fonte: (CML/AML)

Em 1926 aconteceram alterações no piso térreo, para instalação de escritórios e suas dependências da Companhia Comercial e Industrial Portuguesa Lda. Estas alterações consistiram na demolição e construção de divisórias interiores em pano de tijolo e em madeira, alteração de caixilhos e vedação dos vãos, reparação de pavimentos, paredes e tectos.

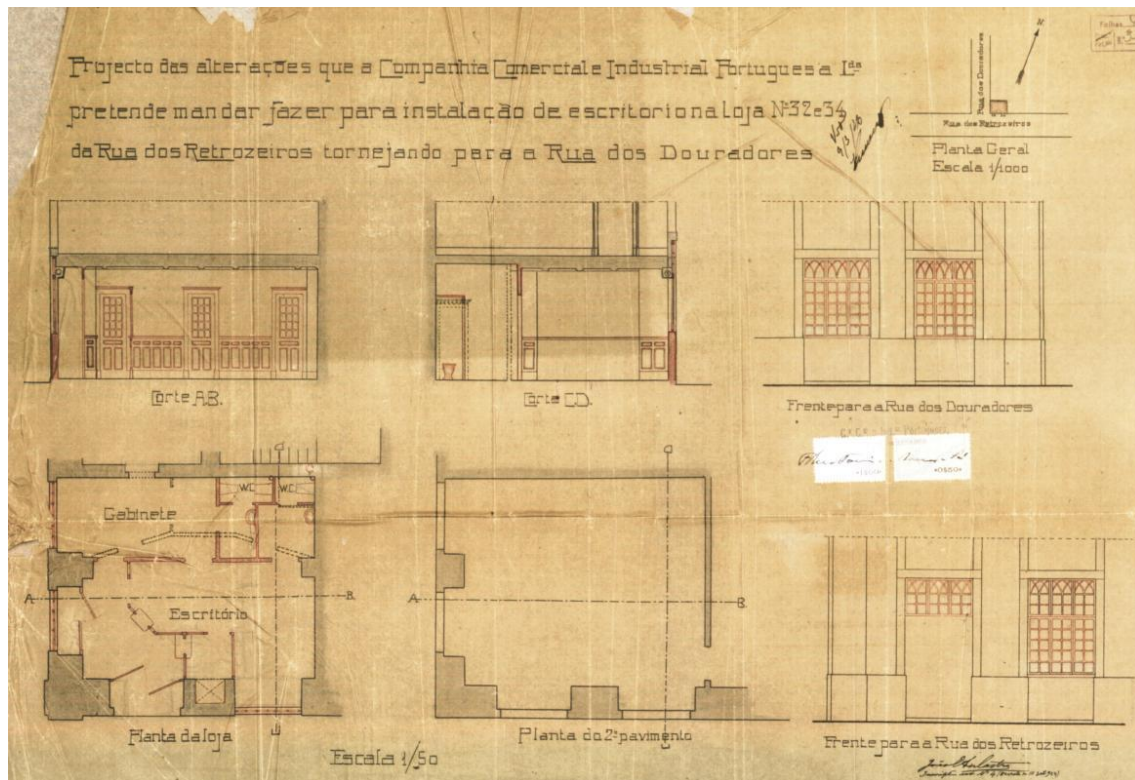


Figura 86. Projeto de alterações no piso térreo, em 1929
fonte: (CML/AML)

3.5. Edifício no Rossio



Figura 87. Edifício no Rossio. Fachada do prédio virada para a Praça D. Pedro IV
fonte: Autor (2019)

3.5.1. Enquadramento urbanístico

O Rossio, designação de praça pública e que é equivalente à Ágora dos gregos e ao Fórum dos romanos, era antes do terramoto de 1755 significativamente diferente do que conhecemos hoje. O topo noroeste do recinto era rematado, pelo palácio dos Estaus, majestoso edifício destinado a acolher embaixadores e visitantes ilustres, convertido, já no século XVI, em sede da Inquisição. A poente dessa imponente construção, estendia-se uma vasta propriedade que, no início do século XVII, pertencia aos condes de Faro e que preenchia uma significativa porção da encosta de São Roque, tanto de um lado como do outro da muralha fernandina, que atravessava o local e delimitava o perímetro da cidade medieval.

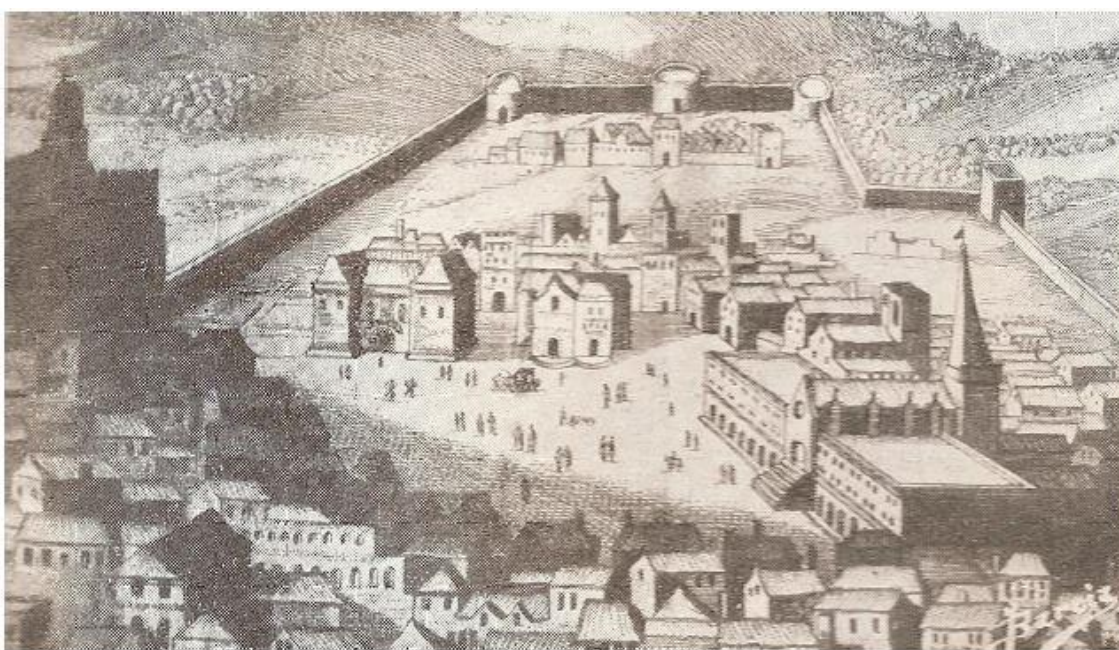


Figura 88. O Rossio no século XVI, segundo um desenho de Braunio: no plano central, sobre o lado esquerdo, o antigo palácio dos Estaus, convertid em palácio da Inquisição
fonte: (Almeida & Teles, 2017)

Por sucessivas heranças, uma parte desse conjunto patrimonial veio a cair nas mãos do 1º duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), pois a sua primeira mulher era neta do 2º conde de Faro.

O terramoto de 1755, foi um catástrofe que arruinou significativamente esta área da cidade, destruindo os principais edifícios que se perfilavam em torno do Rossio, como o hospital de Todos-os-Santos, o palácio da Inquisição e o vizinho palácio Cadaval. O plano de reconstrução da cidade mudou significativamente a fisionomia do local. O novo palácio da Inquisição seria encurtado a sul e ampliado para nascente, estando ainda em obras em 1773, e também o palácio Cadaval foi objecto de reedificação, ficando com uma frente voltada a nascente, para a nova Rua do Príncipe.

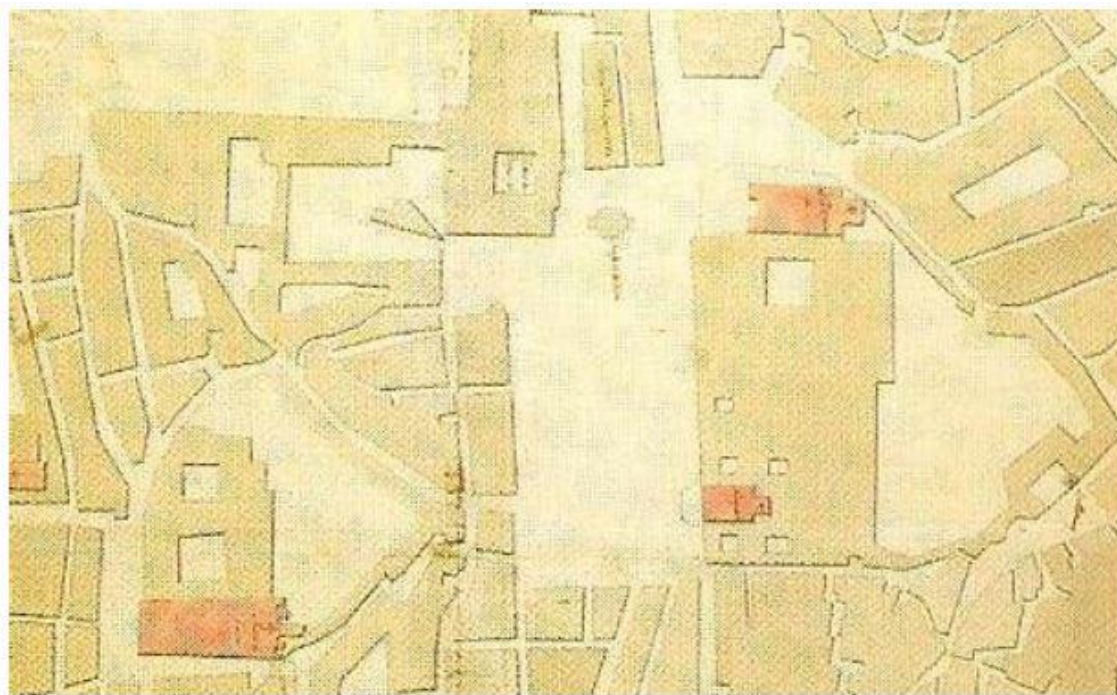


Figura 89. Representação do Rossio e da zona envolvente na carta topográfica elaborada por Manuel da Maia, reconstituindo a parte mais arruinada de Lisboa antes da destruição de 1755

fonte: (Almeida & Teles, 2017)

Entre a Rua do Príncipe e o Rossio, formando o lado ocidental desta praça, o plano previa a construção de dois quarteirões de prédios. No topo daquele que se situaria mais a norte, previam-se três edificação que pertenceriam ao duque de Cadaval. Para acerto de extremas, o titular deveria alienar uma fatia de 9 palmos de largo pelos mesmos 100 de fundo, bem como . Observa-se na planta do plano de reconstrução esta sobreposição dos edifícios projetados em relação às construções previamente existentes

A reedificação do Rossio não correu ao ritmo que seguramente se desejava e a verdade é que, nos primórdios do século XIX, o quarteirão mais acima do lado poente da praça estava construído apenas pela metade, faltando concluir os prédios que formariam a sua extremidade norte, próximo da esquina do recém-erguido palácio da Inquisição.

Em 1821, entre a Rua do Príncipe e o canto do Rossio Joaquim José do Amaral, que aí tinha uma fábrica de tinturaria com um pequeno espaço murado que ele pretendia acrescentar essa construção em altura, para o que tinha o consentimento do duque de Cadaval.

Em 1836, porém, a situação deste recanto do Rossio começaria a tomar destino diferente. A 14 de Julho, um violento incêndio destruiu o palácio da Inquisição. Esse mesmo ano ficaria também marcado pela atribuição ao Rossio da designação de Praça de D. Pedro. Entretanto, a Câmara de Lisboa mostrara interesse em adquirir o incendiado palácio da Inquisição para daí fazer os paços do concelho, acordando com o governo a transferência do edifício e contraindo um empréstimo para custear não só essas obras, mas também as de reordenamento do local, para onde se previa a abertura de uma pequena praça, que ficaria situada defronte do corpo lateral do palácio Cadaval, entre este e a projetada sede do município, futuro Largo do Camões.

Em 1844, de acordo com Norberto de Araújo, e depois de uma breve interrupção das obras, no ano anterior, o que motivou o pedido da Câmara ao procurador da casa Cadaval para a sua conclusão, ficou finalmente acabado edifício que encerrou o topo do quarteirão noroeste do Rossio, cuja frente norte ficava voltada ao novo Largo de Camões, estava finalmente erguido o prédio que temos em estudo, cuja representação figura já no levantamento da planta de Lisboa promovido por Filipe Folque entre 1856 e 1858.

3.5.2. Evolução histórica / usos originais

O imóvel encontra-se inserido em conjunto urbano designado como Lisboa Pombalina, classificado como CIP – Conjunto de Interesse Público. Trata-se de um prédio de matriz pombalina, que exhibe três frentes de fachada. No seu interior rasga-se um saguão, conferindo ao conjunto uma planta em “U”



Figura 90 e 91. Edifício no Rossio. Fachada virada para a Praça D. João da Câmara
fonte: Autor (2019)

O edifício no Rossio é construído após 1842 e insere-se numa fase ultra tardia de urbanização da chamada Lisboa Pombalina, que teve diversas etapas de construção.

A reconstrução da zona baixa da cidade de Lisboa, após ao terramoto de 1755, dirigida pelo engenheiro-mor do reino Manuel da Maia (1678-1763), teve em conta a regularização da malha urbana, tomando por vezes em consideração as preexistências. Essa regularização seria aplicada não apenas ao traçado viário mas também aos edifícios, nomeadamente através da simetria das suas fachadas. O plano foi efectivado pelo arquiteto do Senado de Lisboa, Eugénio dos Santos de Carvalho (1711-1760), e pelo arquiteto húngaro Carlos Mardel (1695-1763), que foi o autor dos desenhos respeitantes ao Rossio, uma das últimas partes do plano a ser reedificada.

Unindo duas das colinas de Lisboa, a zona foi construída tendo como unidade base o quarteirão edificado de acordo com traçado octogonal hierarquizado na largura das ruas. Este modo de construção foi alargado à área circundante ao Bairro Alto. Rua da Escola Politécnica, Largo do Rato e à zona das Amoreiras, tendo a sua construção perdurado até meados do século XIX.



Figura 92 e 93. Edifício no Rossio. Fachada do prédio virada para a Praça D. Pedro IV
fonte: Autor (2019)

3.5.3. Condição estrutural

O edifício tem uma estrutura pombalina com uma volumetria original com piso térreo, três pisos elevados e cobertura. A estrutura original do edifício assenta numa planta rectangular, caracterizada por paredes de diferentes tipos dispostas ao longo de vários alinhamentos ortogonais entre si. Estas paredes existem entre o Piso 0 e o Piso 3, na envolvente exterior, envolvente do saguão e entre a fachada orientada para a Praça D. João da Câmara e a caixa de escada. As paredes em alvenaria de pedra das fachadas exteriores têm uma espessura de cerca de 1,20m no primeiro piso e 0,75m nos restantes pisos. As restantes paredes em alvenaria de pedra têm cerca de 0,60m de espessura.

A partir do Piso 1 existem alinhamentos de paredes de frontal em gaiola de madeira preenchida com alvenaria de pedra que servem de apoio ao vigamento em madeira do pavimento. Existe também um alinhamento de paredes de paredes de frontal em gaiola de madeira preenchida com alvenaria de pedra de travamento em cada uma das três zonas do edifício. As paredes interiores de frontal e em tabique fasquiado têm uma espessura variável entre os 0,12m e os 0,20m. A estrutura de suporte dos pavimentos em soalho é constituída na generalidade por vigas em madeira com uma secção média com 0,10m de largura e 0,15m de altura, espaçadas entre si de 0,25m, orientadas nas direcções perpendiculares à três fachada da Praça D. Pedro IV e Rua 1º de Dezembro. As vigas em madeira apoiam nas paredes resistentes e nos alinhamentos de paredes interiores principais descritos anteriormente.

A cobertura do edifício original seria em estrutura de madeira apoiada nas paredes em alvenaria de pedra nos alinhamentos principais em parede de frontal.

As escadas interiores do edifício são constituídas por espelhos e cobertores em tábua de madeira apoiada em estruturas formadas por vigas de madeira. Esta estrutura é mais recentemente, pois ao longo do último século, houve várias alterações estruturais com a incorporação de novas soluções estruturais com outro tipo de materiais em diferentes zonas do edifício das quais destacamos as mais relevantes:

Aumento dos vãos originais do edifício ao nível do Piso 0, com demolição de vários troços da parede exterior em alvenaria de pedra e substituição por vigas em perfil metálico ou pórticos em betão armado. Demolição integral das paredes em alvenaria de pedra do saguão ao nível do Piso 0. Introdução de novas paredes em diferentes tipos de materiais, tijolo de burro, alvenaria de tijolo, placas de fibrocimento e pladur nos pisos 1, 2, 3 e 4, demolição de paredes interiores e colocação de vigas em perfil metálico.

3.5.4. Descrição arquitectónica - fachadas, coberturas e interiores

Fachadas:

As fachadas do 1.º andar apresentam vãos de sacada com moldura simples com cantaria sobreposta por verga saliente. Nos 2.º e 3.º andar os vãos de janelas são de peito simples, respectivamente de verga recta e de verga semicircular com fecho. A transição das fachadas é feita por cunhal e pilastra



Figura 94. Edifício no Rossio, fachada Praça D. Pedro IV
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento
do arquiteto Vítor Soares (2017)

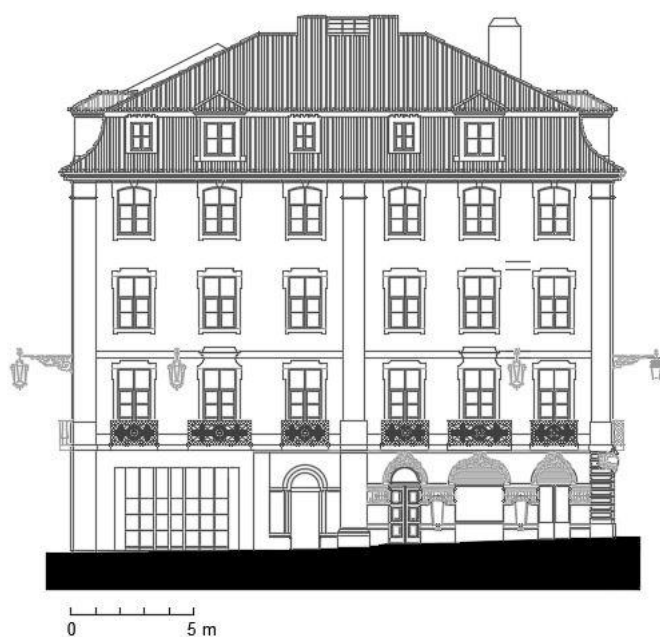


Figura 95. Edifício no Rossio, fachada Praça D. João da Câmara
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento
 do arquiteto Vítor Soares (2017)



Figura 96. Edifício no Rossio, fachada Rua 1º de Dezembro
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento
 do arquiteto Vítor Soares (2017)

Coberturas:

A cobertura deste edifício apresenta uma estrutura inclinada, em telhado de seis águas em telha, apoiada em ripas em madeira, apoiadas em vigas secundárias em betão pré-esforçado apoiada em vigas principais em betão armado, apoiados nas paredes em alvenaria de pedra e em pilares em betão armado apoiados nas paredes de frontal. A cumeeira do telhado coincide com os alinhamentos principais em parede de frontal.

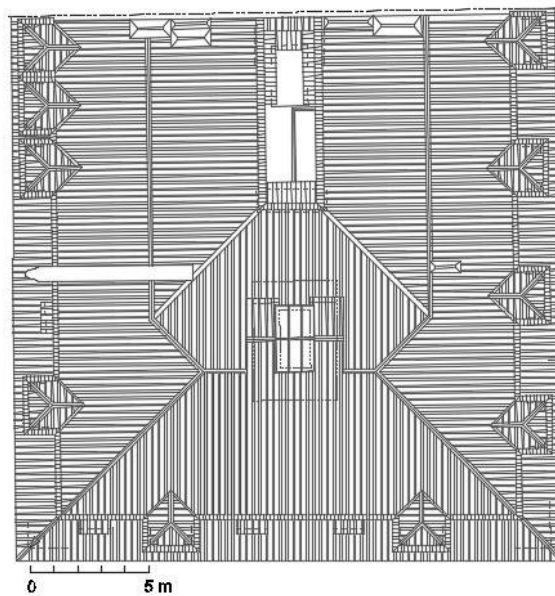


Figura 97. Edifício no Rossio, planta da cobertura
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017)

Interiores:

A entrada do prédio é feita pelo n.º 4 da Praça D. João da Câmara, com acesso até ao 4º andar. A caixa de escada apresentam gradeamentos, que corresponde à data de construção do edifício, mas os degraus e os patamares intermédios encontram-se revestidos com madeira mais recente.

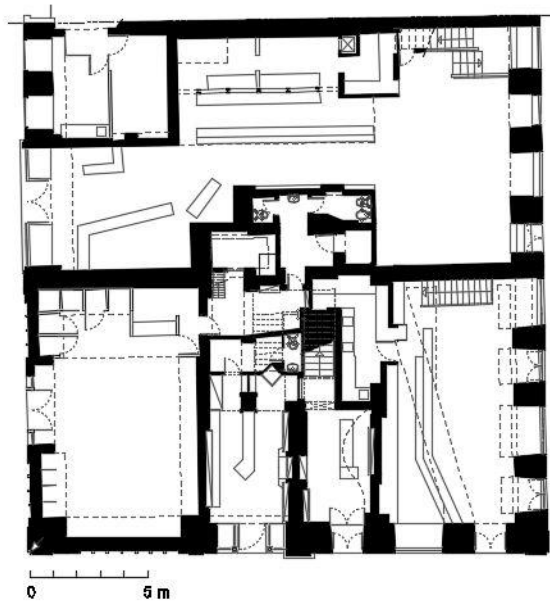


Figura 98. Edifício no Rossio, planta do piso térreo
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vítor Soares (2017)

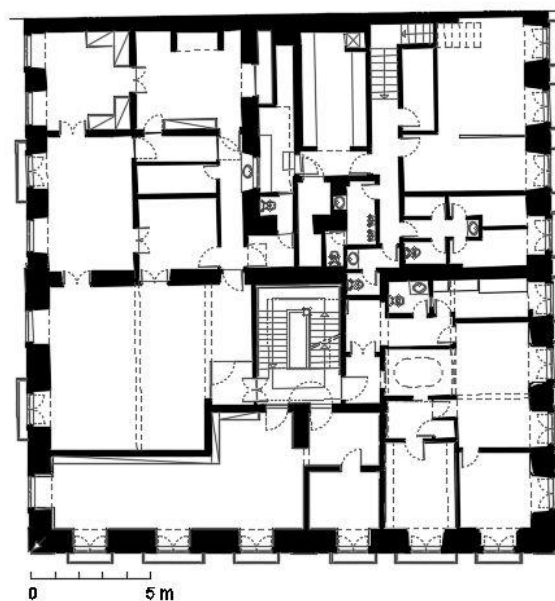


Figura 99. Edifício no Rossio, planta do piso 1
fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vítor Soares (2017)

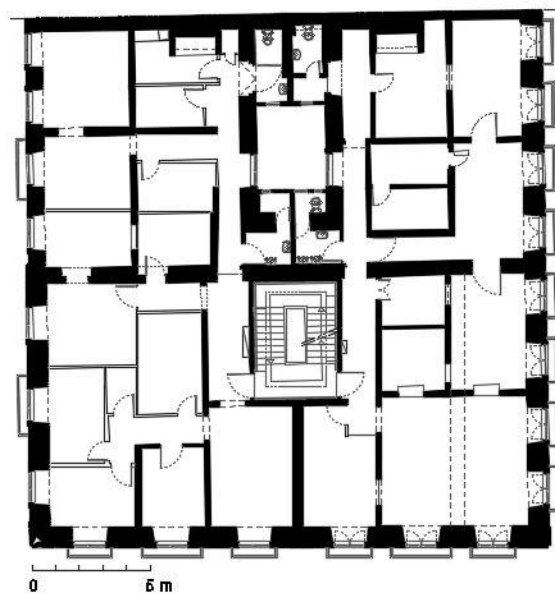


Figura 100. Edifício no Rossio, planta do piso 2
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017)

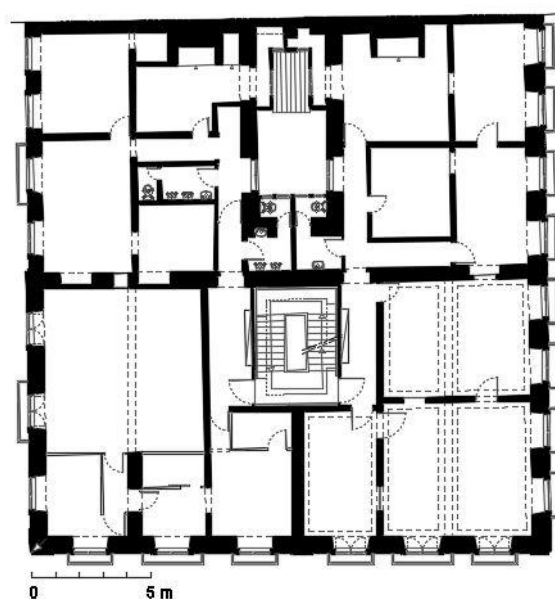


Figura 101. Edifício no Rossio, planta do piso 3
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vitor Soares (2017)

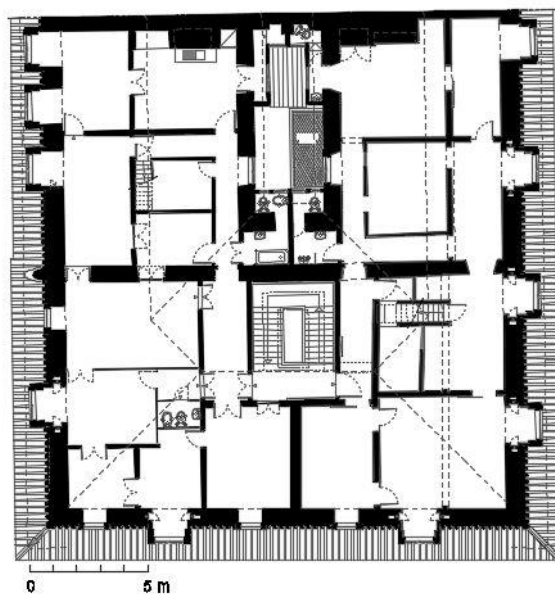


Figura 102. Edifício no Rossio, planta do piso 4
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vítor Soares (2017)

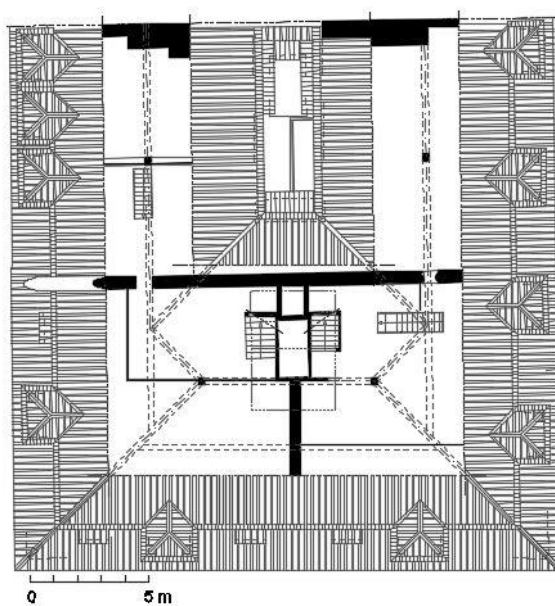


Figura 103. Edifício no Rossio, planta do sotão
 fonte: Imagem elaborada pelo autor, assente em levantamento do arquiteto Vítor Soares (2017)

3.5.5. Estado de conservação

O edifício encontra-se num estado bom de conservação. A primeira abordagem foi feita pela visita in situ, e depois tive em consideração os relatórios elaborados pela equipa projetista. O edifício apresenta as seguintes patologias: degradação devido ao tempo humidades em paredes; humidades em tetos; fendilhação horizontal; fendilhação vertical; fendilhação oblíqua; fendilhação em teto; fendilhação em paredes; tetos colapsado; fendas reparadas;

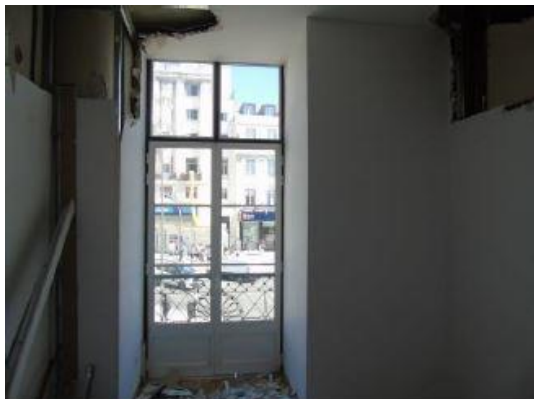


Figura 104. Edifício no Rossio interior
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 105. Edifício no Rossio interior
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 106. Edifício no Rossio interior
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 107. Edifício no Rossio interior
fonte: Ana Almeida (2017)

3.5.6. Programa decorativo

O edifício apresenta no 1.º andar janelas de sacada com verga saliente e varandim individualizado com gradeamentos em ferro forjado com florão central.



Figura 108 e 109. Fachadas do prédio virada para a Praça D. João da Câmara: pormenor de uma janela desacadada com gradeamento ao nível do 1.º andar
fonte: Ana Almeida (2017)

No piso térreo da Praça D. João da Câmara, destacam-se a decoração da cantaria em arcos e do Café Beira Gare. As transições das fachadas é feita por um cunhal e também no piso térreo apresentam uma simulação de aparelho rusticado e cartela florida.



Figura 110. Pormenor da decoração do cunhal
fonte: Autor (2019)



Figura 111. Pormenor das transições das fachadas voltadas à Praça D. João da Câmara e Rua 1.º de Dezembro
fonte: Autor (2019)

3.5.7. Vestígios arqueológicos

No edifício no apresenta vestígios arqueológicos de grande relevância, mas é importante destacar que o plano de reconstrução da cidade mudou significativamente a fisionomia do local. Isto é entre a Rua do Príncipe e o Rossio, formando o lado ocidental desta praça, o plano previa a construção de dois quarteirões de prédios. No topo daquele que se situaria mais a norte, previam-se três edificações.

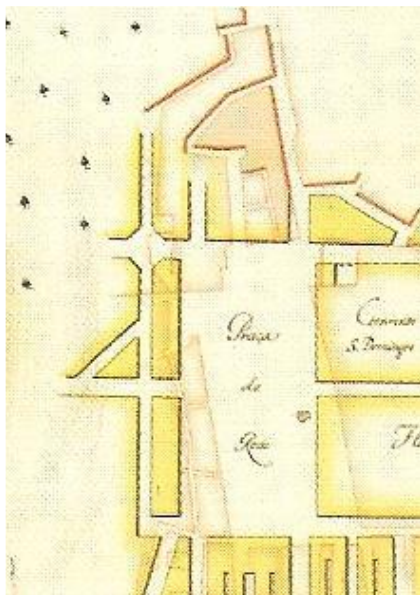


Figura 112. O Rossio e a zona envolvente na planta topográfica da cidade de Lisboa planeada por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel
fonte: (Almeida & Teles, 2017)

A reedificação do Rossio não correu ao ritmo que se desejava, isto é nos primórdios do século XIX, o quarteirão mais acima do lado poente da praça estava construído apenas pela metade, faltando concluir os prédios que formariam a sua extremidade norte próximo da esquina do palácio da Inquisição.

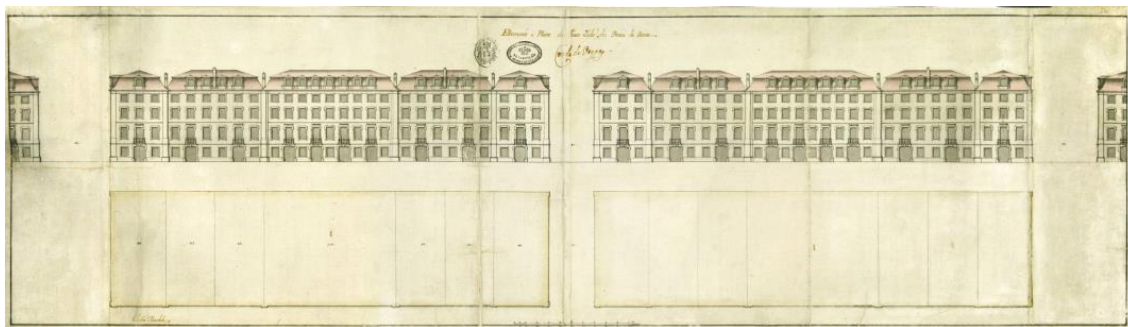


Figura 113. Projeto de alçado e planta para uma parte do Rossio, assinado pelo conde de Oeiras e Carlos Mardel
fonte: (CML/AML)

3.5.8. Documentação técnica

Nesta secção é apresentado documentação antiga original sobre o edifício, isto para uma compreensão clara e linear da sua história e transformações e mudanças arquitetónicas.

Em 1946 o 1.º andar direito foi ocupado pela Policlínica Nacional, este teve um projeto de alterações.

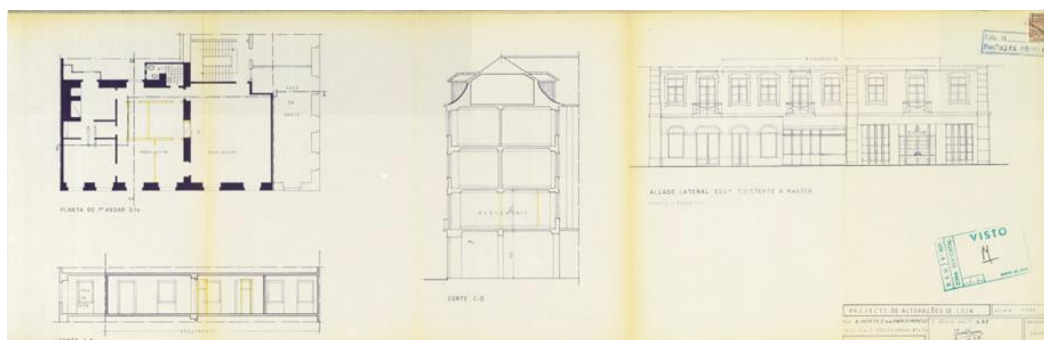


Figura 114. Projeto de alterações no 1.º andar direito, em 1946
fonte: (CML/AML)

Em 1953 e 1954 registaram-se obras de manutenção e pinturas exteriores e interiores e licenciamento de uma nova montra, para a qual se previa a inclusão de uma vitrina.

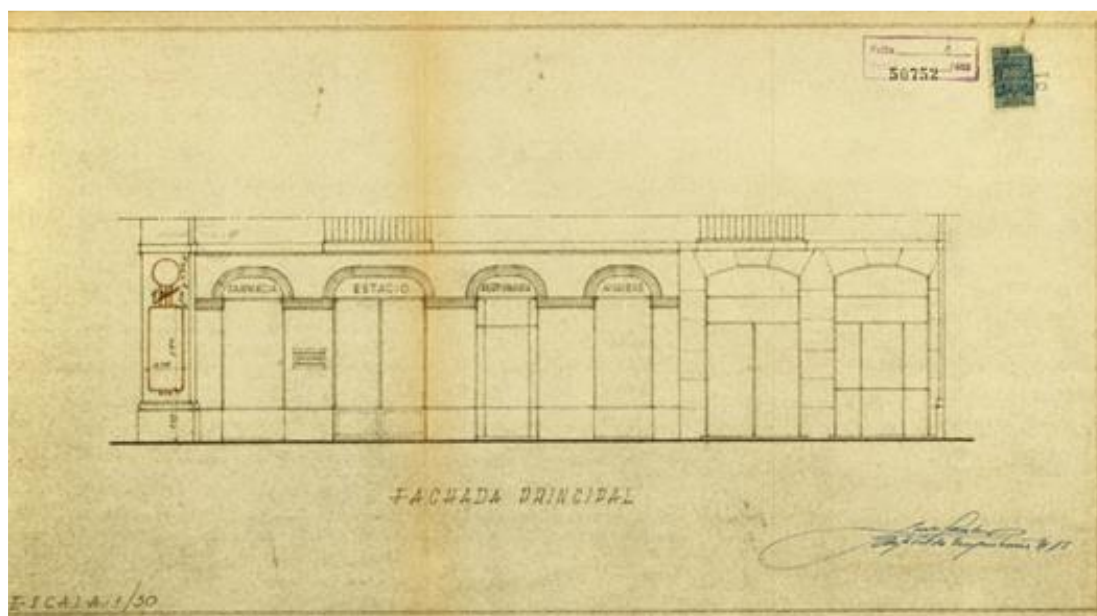


Figura 115. Projeto de alterações, em 1953 e 1954
fonte: (CML/AML)

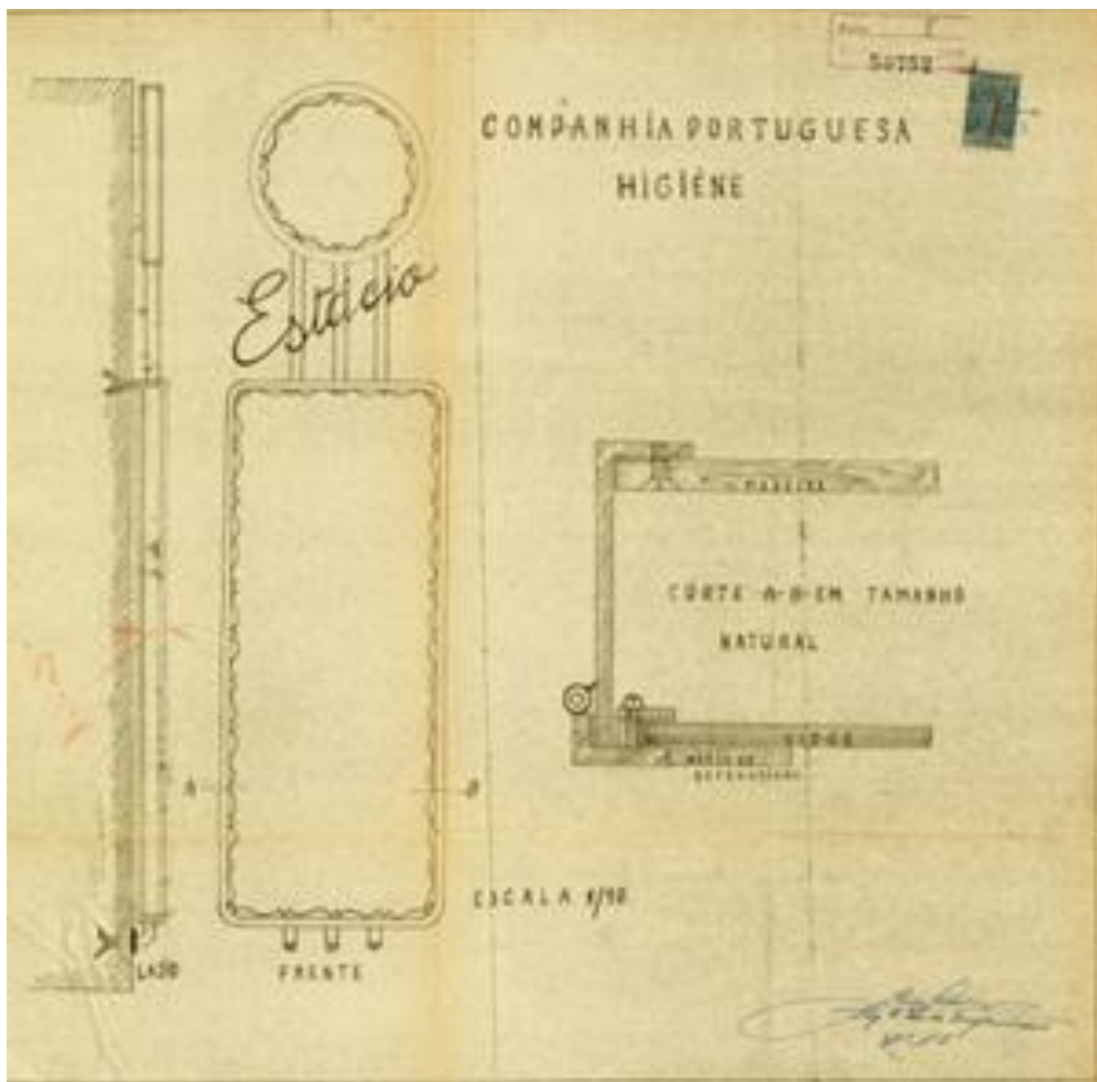


Figura 116. Projeto de alterações, em 1953 e 1954
fonte: (CML/AML)

Em 1963 verificou-se um projeto de alterações no 3.º andar direito.

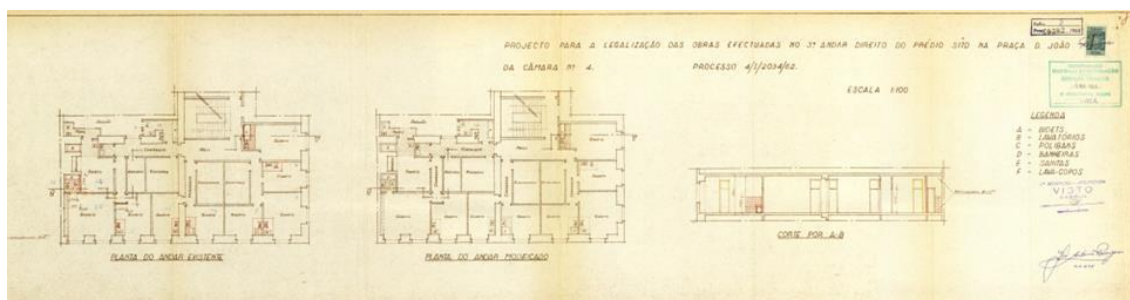


Figura 117. Projeto de alterações no 3.º andar direito, em 1963
fonte: (CML/AML)

Em 1979 o espaço dedicado às telecomunicações sofreu uma alteração, com um projeto do arquiteto Filipe Nobre de Figueiredo que conferiu às fachadas a configuração atual. Esta alteração também teve a colocação de cantarias de lioz à bujarda fina, portas, caixilhos e estrutura de ferro galvanizado revestidos a aço inoxidável, sendo também visível a pré existência de um andar em mezanino na área de apoio técnico.

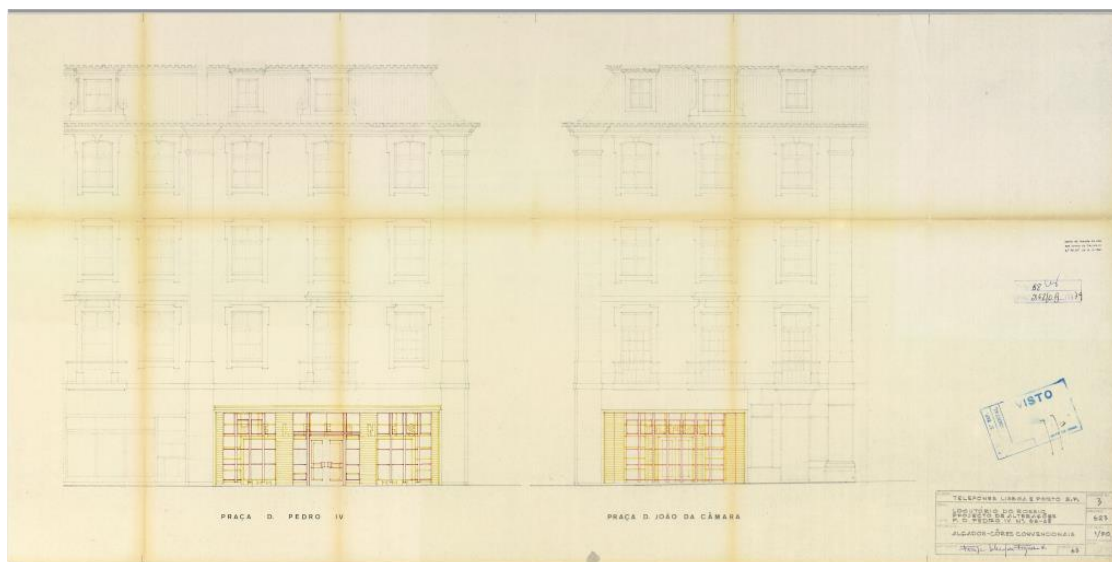


Figura 118. Projeto de alterações, em 1979
fonte: (CML/AML)

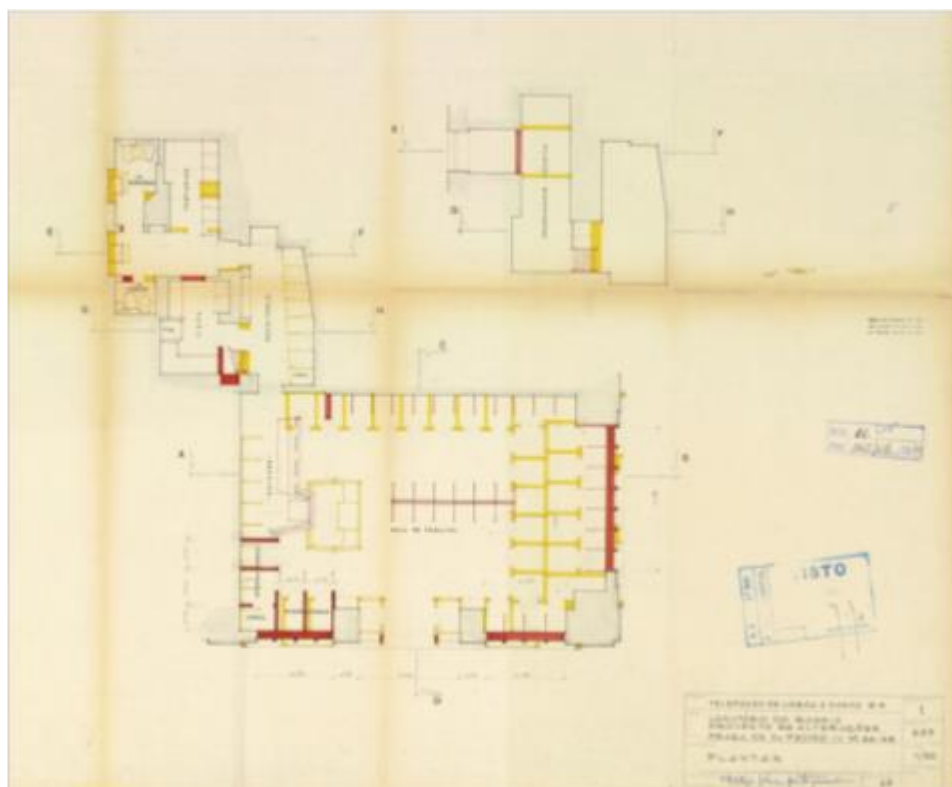


Figura 119. Projeto de alterações, em 1979
fonte: (CML/AML)

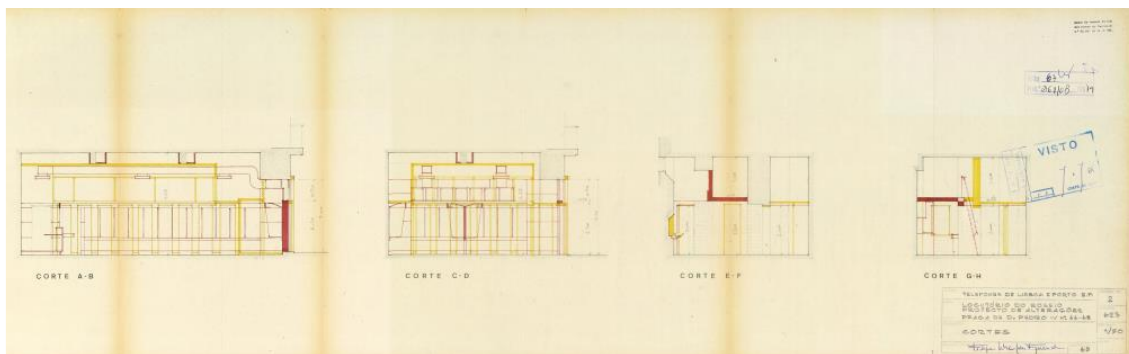


Figura 120. Projeto de alterações, em 1979
fonte: (CML/AML)

Em 1999 foi apresentado um projeto de alterações do espaço da inquilina Portugal Telecom da autoria do atelier do arquiteto Miguel Arruda. A autarquia não autorizou a sua realização “por rasgar vãos e tornar mais transparente a fachada, não se adequando à arquitetura pombalina” aspectos que eram agravados na fachada que dá para a Praça D. João da Câmara.

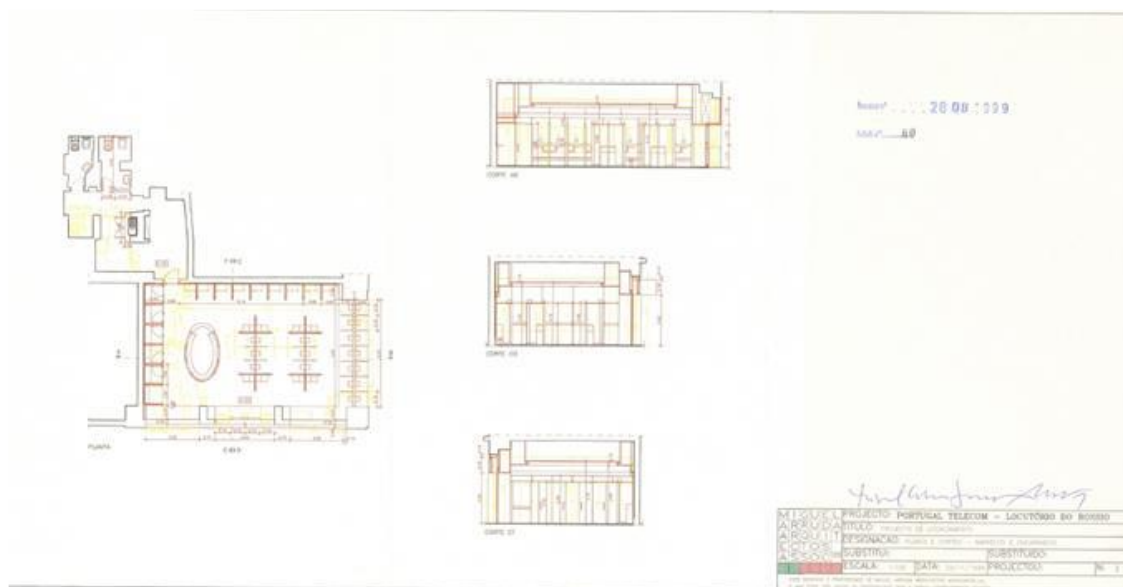


Figura 121. Projeto de alterações, em 1999
fonte: (CML/AML)



Figura 122. Projeto de alterações, em 1999
fonte: (CML/AML)

Em 2003 verificou-se um projeto de alterações dos interiores do Café Beira Gare, a Gonçalo Martins Lourenço & Brandão. Este procederam a diversas mudanças, sendo a principal a alteração da localização da cozinha da cave para o piso superior. Este projeto foi da autoria do arquiteto Arnaldo Romano Ressano Garcia . Em 2009 foram solicitadas novas alterações do interior.

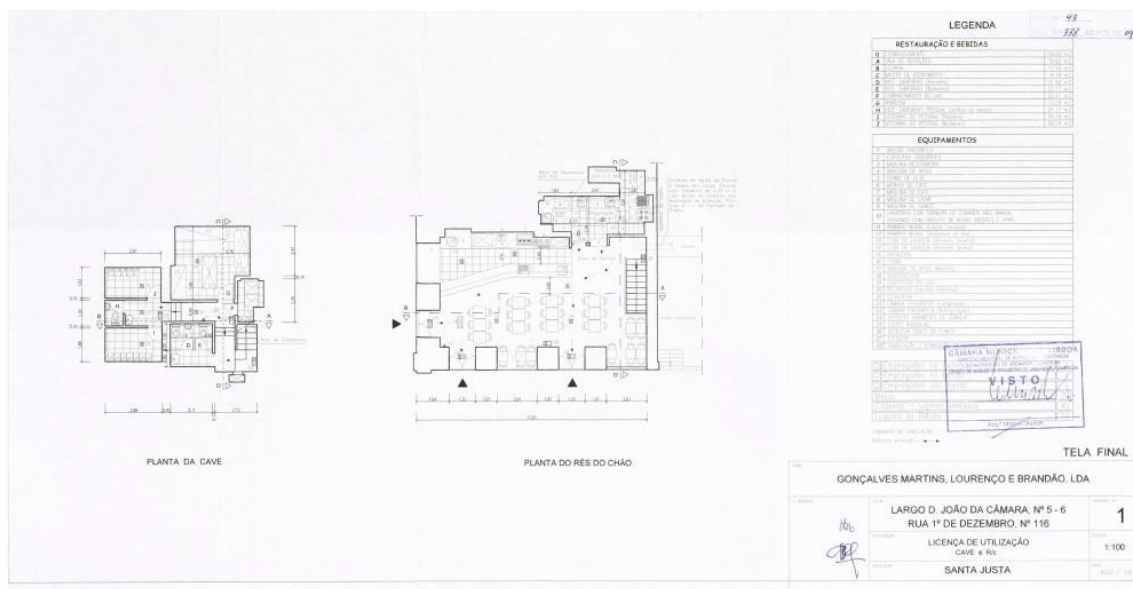


Figura 123. Projeto de alterações, em 2003
fonte: (CML/AML)



Figura 124. Projeto de alterações, em 2003
fonte: (CML/AML)



Figura 125. Projeto de alterações, em 2003
fonte: (CML/AML)

4. Estratégias de obtenção do conhecimento. Conclusões

4.1. O conhecimento da história

O conhecimento da história é necessário para o futuro projeto de reabilitação, tendo em consideração a evolução histórica dos edifícios. Neste estudo, foi possível verificar vários aspectos dos edifícios de características pombalina. Os edifícios pombalinos destacam-se pela sua coerência e homogeneidade, na sua geometria. Estes edifícios projetados e construídos segundo regras uniformes em relação aos seus alçados, também apresentam coerência nos seus interiores. A arquitetura pombalina geralmente apresentava por cinco pisos, com rés-do-chão de comércio e os restantes andares de habitação, tendo no primeiro piso janelas de sacada, no segundo e no terceiro piso janelas de peitoril e no quarto piso águas-furtadas. Os edifícios de génese pombalina tiveram aspectos inovadores ao nível de construção, para quais podemos destacar a hierarquização dos espaços tanto na cidade como dentro do próprio edifício, a criação de espaços com novas funções e ao nível construtivo podemos destacar a gaiola de madeira e paredes frontal.

A análise realizada a estes três edifícios veio confirmar que eles nunca chegaram até aos nossos dias na sua conformação original. O estudo da sua evolução ao longo do tempo permite detetar quais os elementos originais e quais aqueles que foram introduzidos pelos proprietários para os adaptar às alterações funcionais.

4.2. O conhecimento do local

O conhecimento do local é necessário para o futuro projeto de reabilitação, visto que a cidade de Lisboa é um centro urbano histórico e esta é estrutura espacial que expressam a evolução de uma sociedade e da sua identidade cultural. Para a sua proteção e integração na sociedade contemporânea é importante conhecer os valores históricos para um melhor planeamento urbano e para o desenvolvimento deste local.

Em todos os casos estudados pudemos verificar que os edifícios não são entidades isoladas. A importância de cada um dos imóveis estudados deriva em grande parte dos valores do conjunto onde estão inseridos.

O conhecimento da história desses locais fornece-nos vários elementos, nomeadamente quanto à sua importância para a comunidade, as funções desempenhadas ao longo do tempo e as suas características tipológicas. É com base no conhecimento da história que podemos projetar em continuidade e não realizar roturas desnecessárias.

4.3. Os sistemas construtivos

O conhecimento dos sistemas construtivos é necessário para o futuro projeto de reabilitação, visto que são edifícios que apresentam valor patrimonial e histórico. O conhecimento dos materiais e dos sistemas construtivos são as bases iniciais da estruturação do espaço arquitetônica. Estes são considerados requisitos importantes visto que as propriedades dos materiais são diversas. Este conhecimento é tão importante que ao longo do tempo na história é procurado como melhorar a aplicação dos diversos materiais e também prolongar as suas durabilidade. A natureza dos materiais é diversa e o projeto deve favorecer a compatibilidade.

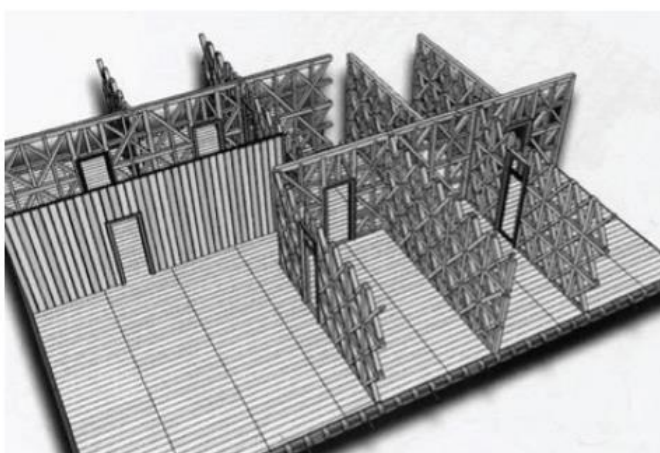


Figura 126. Pormenor da estrutura de madeira de paredes de frontal
fonte: Internet

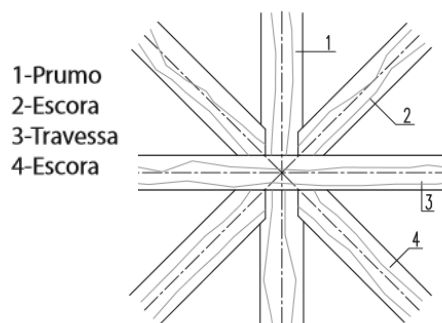


Figura 127. Pormenor de paredes de frontal
fonte: Internet

Os edifícios estudados são de génese pombalina. São compostos por diversos tipos de materiais, como madeiras, pedras, cerâmicas e metais. Também incluem vários tipos de paredes de frontal, paredes de tabique e paredes de alvenaria de pedras. Os pavimentos, geralmente são de madeira na arquitetura pombalina e são constituídos por vigamentos.

O conhecimento dos sistemas construtivos é importante para compreender como será possível realizar uma alteração sem comprometer os elementos físicos com valor histórico e técnico de cada edifício. Também nos permite um melhor compreensão sobre as principais patologias. Em alguns projetos é possível efetuar alterações usando os mesmos princípios construtivos originais.

4.4. O estado de conservação

É com base no estado de conservação que o arquiteto determina o grau de intervenção no edifício, podendo ir de simples obras de conservação e restauro de determinados elementos até a alterações ou reconstruções usando, ou não os materiais e sistemas construtivos originais.

O edifício Palácio Ficalho apresenta um estado de conservação razoável.



Figura 128. Palácio Ficalho, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 129. Palácio Ficalho, interior
fonte: Autor (2017)

O edifício na Rua dos Douradores apresenta um estado de conservação razoável.



Figura 130. Edifício na Rua dos Douradores, interior
fonte: Autor (2017)



Figura 131. Edifício na Rua dos Douradores, interior
fonte: Autor (2017)

O edifício no Rossio apresenta um bom estado de conservação.



Figura 132. Edifício no Rossio, interior
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 133. Edifício no Rossio, interior
fonte: Ana Almeida (2017)

4.5. Os limites impostas ao projeto de reabilitação física

Os limites ao projeto de reabilitação são impostos pelas memórias dos edifícios. As novas apropriações deverão primeiramente conservar as suas identidades e adaptá-los aos novos usos, para que a vida dos edifícios se prolongue tempo.

Artigo 5.º da *carta de Veneza (1964)* refere “A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afetação a uma função útil à sociedade. Tal afetação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.”

Ponto 3 da *carta europeia do património (1975)* menciona “Cada geração interpreta o passado de forma diferente e dele obtém novas inspirações. Qualquer destruição deste capital, construído ao longo de séculos, empobrecer-nos-á, pois nenhuma criação atual, por muito qualificada que seja, conseguirá compensar as perdas sofridas. Por outro lado, a nossa sociedade deve economizar os seus recursos. Longe de ser um luxo, este património é um capital económico que pode ser utilizado vantajosamente para a comunidade.”

Ponto 6 da *carta de Cracóvia (2000)* indica “O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspeto original. Tal conservação requer um «projeto de restauro» apropriado, que defina os métodos e os objetivos. Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.”

4.6. Conclusão

O estudo realizado veio demonstrar que o projeto de reabilitação de edifícios de génese pombalina não pode seguir caminhos previamente tipificados. Cada edifício é um caso único, porque constitui o resultado de muitas transformações ocorridas ao longo do tempo e essas transformações são diferentes de edifício para edifício.

O conhecimento aprofundado sobre os edifícios estudados mostrou que do período pombalino apenas chegaram até aos nossos dias alguns elementos, por vezes desconexos e sem unidade, como acontece no antigo Palácio Ficalho. Mostra também que, atendendo ao estado de degradação de muitos dos seus elementos, qualquer obra de reabilitação deverá ter em atenção a necessidade de melhorar a segurança destes imóveis, sobretudo em caso de ocorrência de um sismo.

Relativamente à organização funcional verificou-se a elevada capacidade destes edifícios residenciais, que já foram usados para outras funções, para retomar as suas vocações originais.

Do ponto de vista do património cultural verificou-se que os principais elementos a preservar nestes edifícios são as suas fachadas e a sua expressão exterior identificáveis com o período pombalino, pois nos interiores são já poucos os elementos originais que restaram.

Bibliografia

- Almeida, A., & Teles, J. B. (2017). *Edifício situado na Praça D. João da Câmara, P raça D. Pedro IV (Rossio) e R ua 1.º de Dezembro , em Lisboa.*
- Appleton, & Domingos. (2017). *Relatório Prévio – Conservação e Restauro.* Lisboa: Nova Conservação, Lda.
- Appleton, & Domingos. (2017). *Relatório Prévio, Palácio Ficalho.* Lisboa.
- Appleton, J. (2011). *Reabilitação de edifícios antigos, patologias e tecnologias de intervenção.* Amadora: Orion.
- Barranha, H. (2016.). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais.* Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal.
- Cabrita, A. R., Aguiar, J., & Appleton, J. (1992). *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto.* Lisboa: Copyright.
- Carita, H. (1994). *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos.* Lisboa: C.M.L.
- Lopes, F. (2016). *Relatório prévio - artigo Anuário do Património.* Lisboa.
- Matos, J. S., & Paulo, J. F. (2009). *Estudo Histórico e Patrimonial.*
- Oliveira, J. M., & Mendes, D. (2017). *Relatório Preliminar Arqueológicas.* Lisboa: Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda. .
- Paiva, J. V., Aguiar, J., & Pinho, A. (2006). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional.* Lisboa: Instituto Nacional de Habitação.
- Proença, N. (2009). *Prédio sito na Rua dos Douradores, nº6 Lisboa.* Lisboa: Nova Conservação, LDA.
- Silva, M. L. (2016). *Componente Histórico-Arqueológico, Palácio Ficalho.* Lisboa: ERA-Arqueologia, S.A.

Cartas, Convenções e Documentos Internacionais

Carta de Veneza, 1964 (Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios).

Documento de Nara, 1994 (Documento de Nara Sobre a Autenticidade do Património Cultural).

Carta de Cracóvia, 2000 (Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído – Carta de Cracóvia).

Carta europeia do Património Arquitetónico, 1975 (Carta europeia do património arquitetónico, Conselho da Europa, Estrasburgo)

Anexos

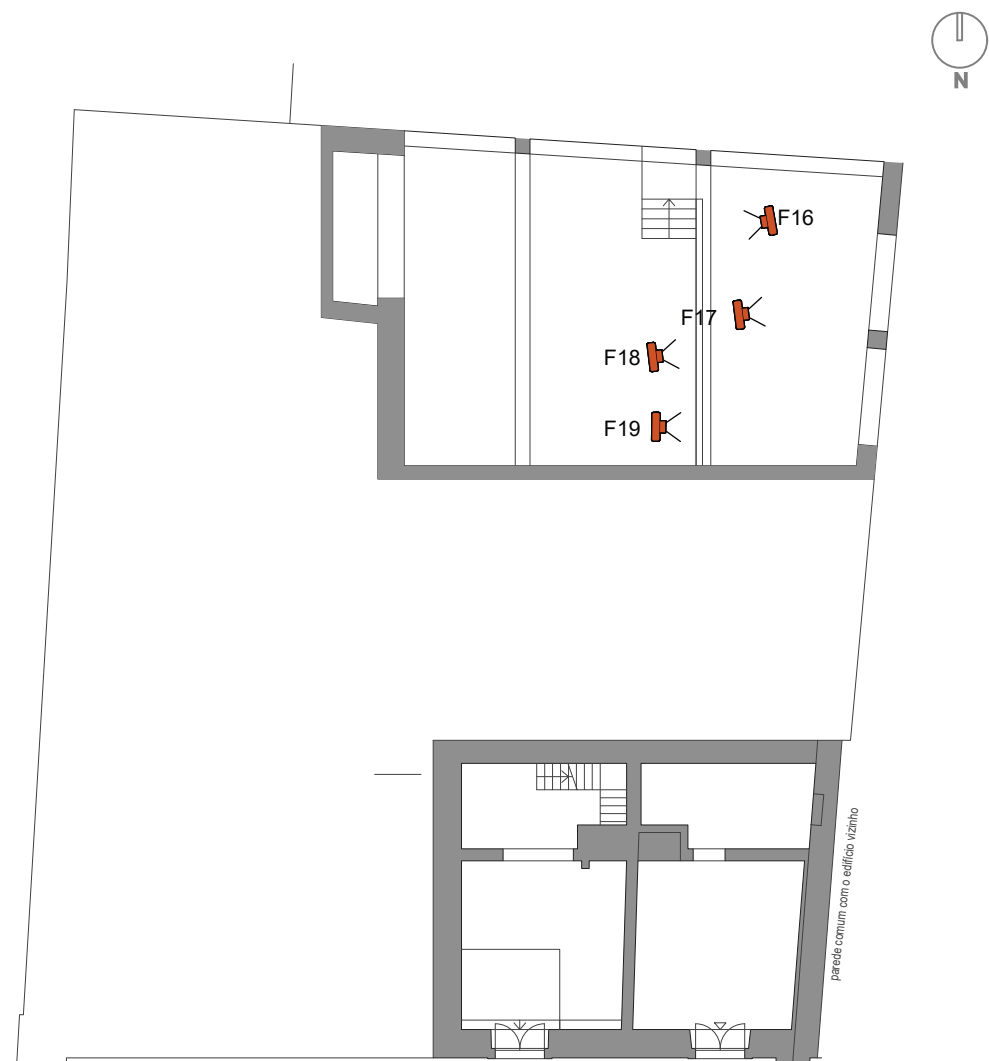
Índice

Anexo 1. Quadro de resumo do análise.....	I
Anexo 2. Estado de conservação do edifício Palácio Ficalho: levantamento de anomalias.....	II
Anexo 3. Estado de conservação do edifício na Rua dos Douradores: levantamento de anomalias.....	IX
Anexo 4. Estado de conservação do edifício no Rossio: levantamento de anomalias.....	XV

Anexo 1. Quadro de resumo do análise
Caraterização dos edifícios

	A- Palácio Ficalho	C- Prédio de rendimento sito na esquina das Rua dos Douradores e Rua da Conceição	B- Edifício no Rossio, 62
Época construtiva	O Palácio é construído após 1593	O prédio foi construído em 1783	O edifício é construído após 1842.
Usos originais	O edifício teve o seu uso original como Palácio dos Condes Ficalho, Na década de 40 do séc. XX sofreu uma intervenção e foi adaptado em unidades independentes residenciais.	O edifício teve o seu uso original como prédio de rendimento, composto por lojas no piso térreo.	O edifício teve o seu uso original como prédio de rendimento, composto por lojas no piso térreo, três andares e um quarto andar ou águas-furtadas, a que se somava um sótão.
Evolução histórica-modificações	O Palácio Ficalho sofreu profundas alterações (espaciais, decorativas, inclusive com introdução e readaptação de elementos)	O edifício teve alterações graves ao nível do primeiro andar, mantêm a matriz estrutural original, e também teve a substituição de tramos inteiros de paredes de frontal por elementos lineares – colunas e vigas.	O edifício sofreu várias alterações estruturais, aumento dos vãos originais, Introdução de novas paredes em diferentes tipos de materiais, tijolo de burro, alvenaria de tijolo, placas de fibrocimento e pladur, demolição de paredes interiores e colocação de vigas em perfil metálico.
Localização-Contexto	O edifício situa-se no Bairro Alto, em Lisboa.	O edifício situa-se no conjunto edificado da Baixa Pombalina, Lisboa.	O edifício situa-se no conjunto edificado da Baixa Pombalina, em Lisboa.
Fachadas e Coberturas	O edifício é composto por 2 fachadas, as fachadas são em reboco liso em cimento pintado de rosa. com cantarias e elementos metálicos (gradeamentos) e a cobertura em telhado de duas	O edifício apresenta duas fachada e as coberturas são inclinadas revestidas a telha.	O edifício apresenta três fachadas, e cobertura em telhado de seis águas revestida a telha.
Interiores	O Palácio Ficalho é caracterizado por planta em L onde se distinguem dois corpos	Apresenta uma planta quadrada.	O edifício apresenta uma planta em "U" com três zonas distintas que em tempos teriam feito parte de três edifícios diferentes.
Estado de conservação	O edifício apresenta degradação devido ao tempo, humidades, fendilhação, deterioração em assentamentos, verga fendilhada, tetos colapsado, sacada fendilhada, cantaria fraturada, fendas reparadas.	O edifício apresenta degradação devido ao tempo, humidades, fendilhação, pintura descamada, verga fendilhada, tetos colapsados, cantarias fraturadas, fendas reparadas, madeira deteriorada nos pavimentos e na cobertura, devido à presença cíclica de água de infiltração.	O edifício apresenta degradação devido ao tempo, humidades, fendilhação, tetos colapsado, fendas reparadas.

Anexo 2. Estado de conservação do edifício Palácio Ficalho: levantamento de anomalias



Planta do piso -2, escala 1/200

Legenda

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Gesso | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



Figura 16



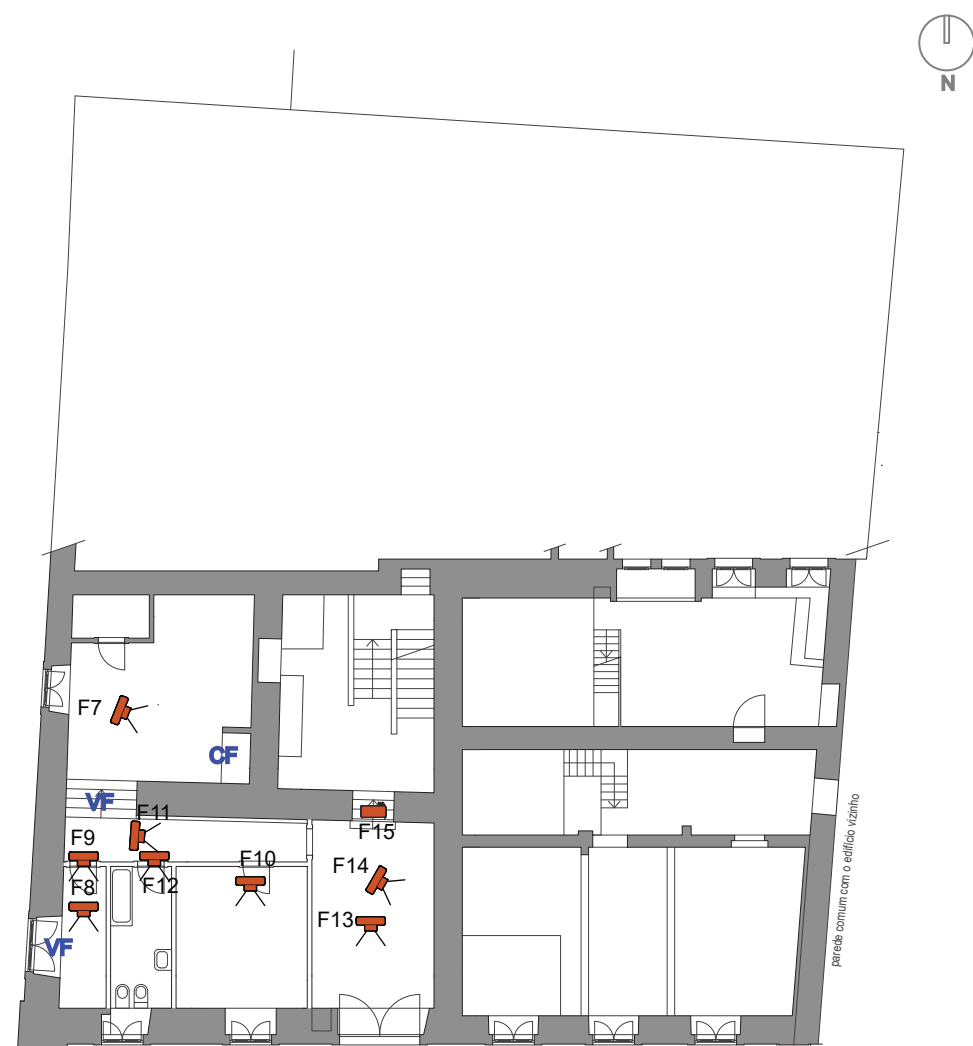
Figura 17



Figura 18



Figura 19



Planta do piso -1, escala 1/200

Legenda

	- Paredes de alvenaria de pedra		
	- Paredes de alvenaria de tijolo		
	- Paredes de tabique		
	- Paredes de frontal		
	- Gesso		
	- Sondagem parede		
	- Sondagem teto		
	- Sondagem pavimento		
		Tipos de anomalias	
		HG	- Humidades generalizada
		HP	- Humidades em paredes
		HT	- Humidades em tetos
		FH	- Fendilhação horizontal
		FV	- Fendilhação vertical
		FO	- Fendilhação oblíqua
		FT	- Fendilhação em teto
		FP	- Fendilhação em paredes
		FR	- Fendas reparadas
		DA	- Deterioração em assentamentos
		VF	- Verga fendilhada
		TC	- Tetos colapsado
		SF	- Sacada fendilhada
		CF	- Cantaria fraturada



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Planta do piso térreo, escala 1/200

Legenda

- Paredes de alvenaria de pedra
- Paredes de alvenaria de tijolo
- Paredes de tabique
- Paredes de frontal
- Gesso
- Sondagem parede
- Sondagem teto
- Sondagem pavimento

Tipos de anomalias

- HG** - Humidades generalizada
- HP** - Humidades em paredes
- HT** - Humidades em tetos
- FH** - Fendilhação horizontal
- FV** - Fendilhação vertical
- FO** - Fendilhação oblíqua
- FT** - Fendilhação em teto
- FP** - Fendilhação em paredes
- FR** - Fendas reparadas
- DA** - Deterioração em assentamentos
- VF** - Verga fendilhada
- TC** - Tetos colapsado
- SF** - Sacada fendilhada
- CF** - Cantaria fraturada



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Figura 27



Figura 28



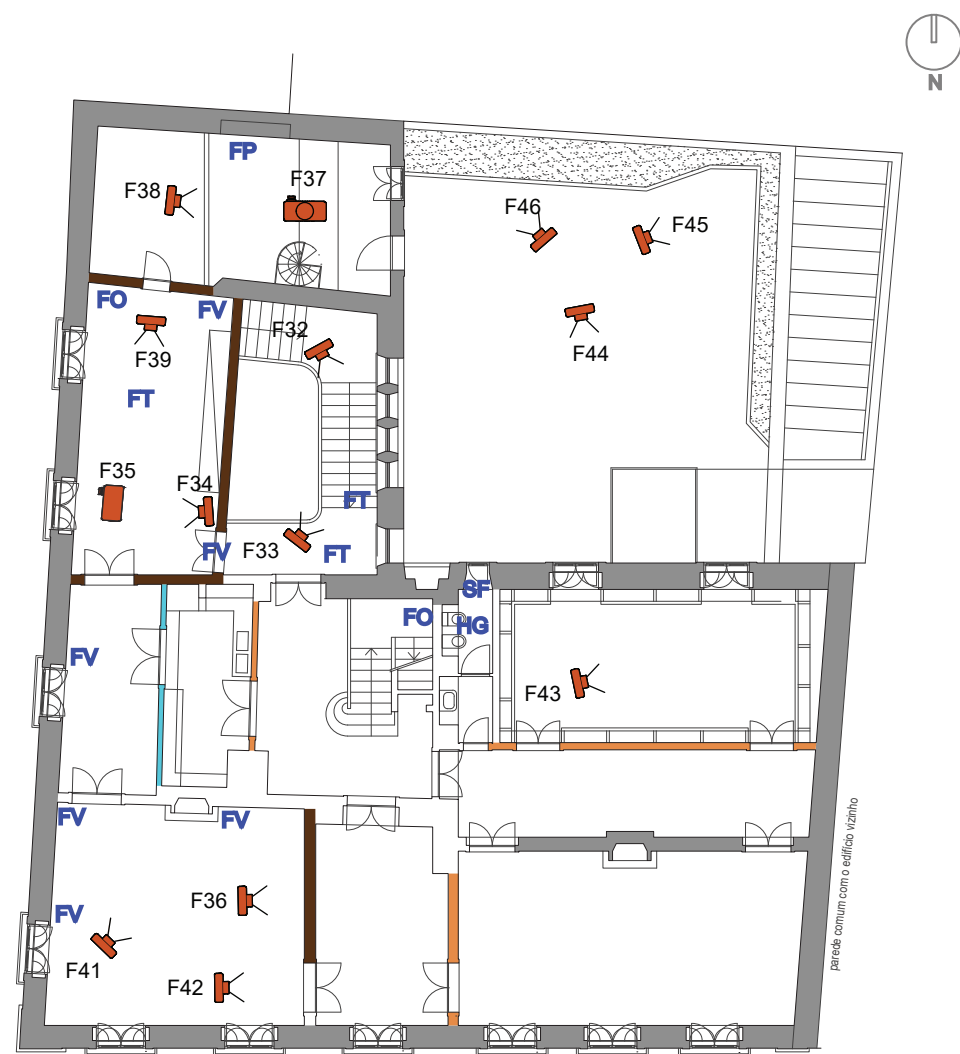
Figura 29



Figura 30



Figura 31



Planta do piso 1, escala 1/200

Legenda

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Gesso | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



Figura 32



Figura 33

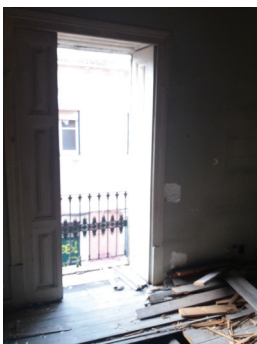


Figura 34



Figura 35



Figura 36



Figura 37



Figura 38



Figura 39



Figura 40



Figura 41



Figura 42



Figura 43



Figura 44



Figura 45



Figura 46



Planta do piso 2, escala 1/200

Legenda

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Gesso | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



Figura 47



Figura 48



Figura 49



Figura 50



Figura 51



Figura 52



Figura 53



Figura 54



Figura 55



Figura 56



Figura 57



Figura 58

Anexo 3. Estado de conservação do edifício na Rua dos Douradores:
levantamento de anomalias



Alçado sobre a Rua dos Douradores, escala 1/200



Alçado sobre a Rua da Conceição, escala 1/200

Legenda

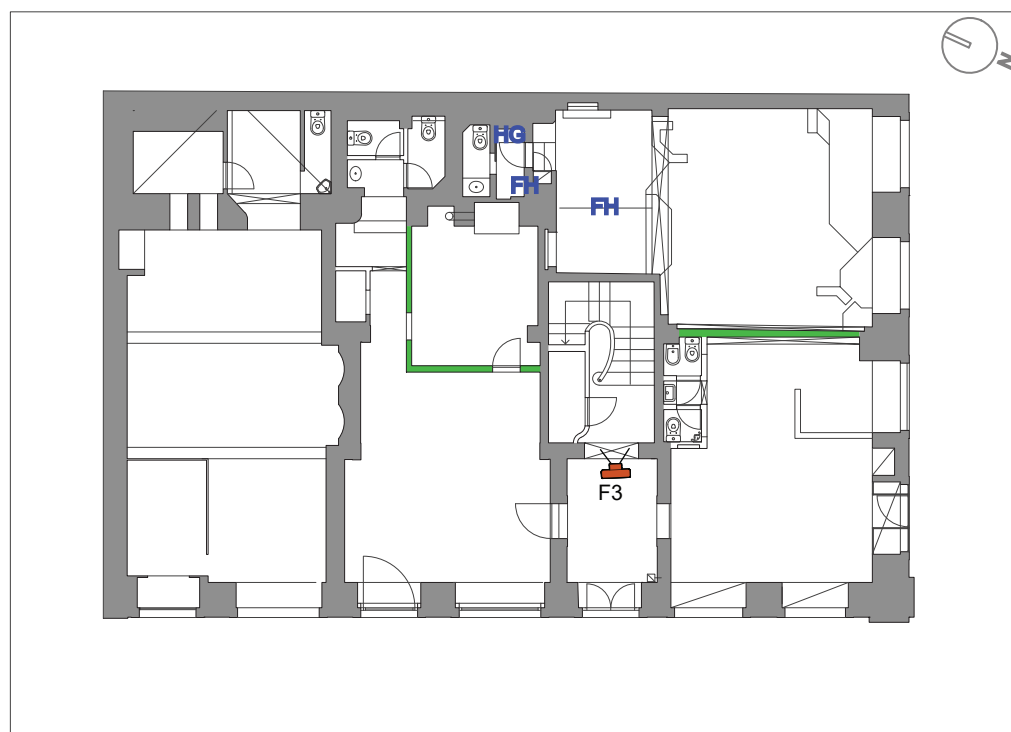
- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Gesso | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



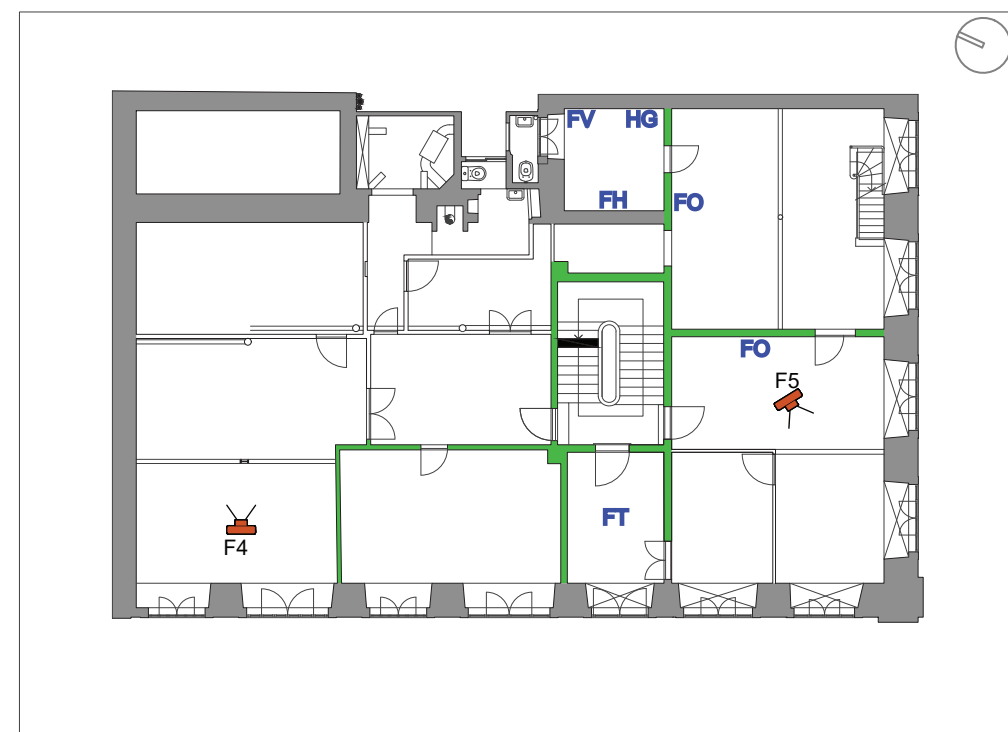
Figura 1



Figura 2



Planta do piso térreo, escala 1/200



Planta do piso sobre loja, escala 1/200

Legenda

	- Paredes de alvenaria de pedra		
	- Paredes de alvenaria de tijolo		
	- Paredes de tabique		
	- Paredes de frontal		
	- Gesso		
	- Sondagem parede		
	- Sondagem teto		
	- Sondagem pavimento		
		Tipos de anomalias	
	HG	- Humidades generalizada	
	HP	- Humidades em paredes	
	HT	- Humidades em tetos	
	FH	- Fendilhação horizontal	
	FV	- Fendilhação vertical	
	FO	- Fendilhação oblíqua	
	FT	- Fendilhação em teto	
	FP	- Fendilhação em paredes	
	FR	- Fendas reparadas	
	DA	- Deterioração em assentamentos	
	VF	- Verga fendilhada	
	TC	- Tetos colapsado	
	SF	- Sacada fendilhada	
	CF	- Cantaria fraturada	

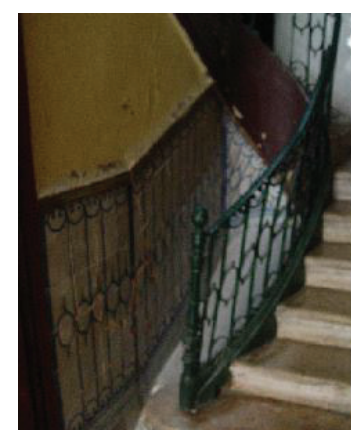


Figura 3
fonte: João Appleton (2009)



Figura 4

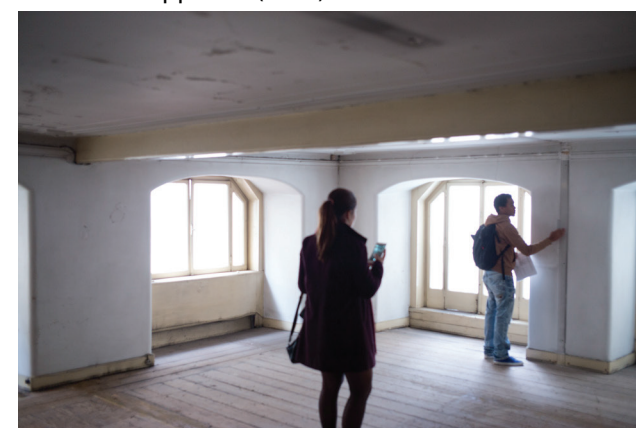
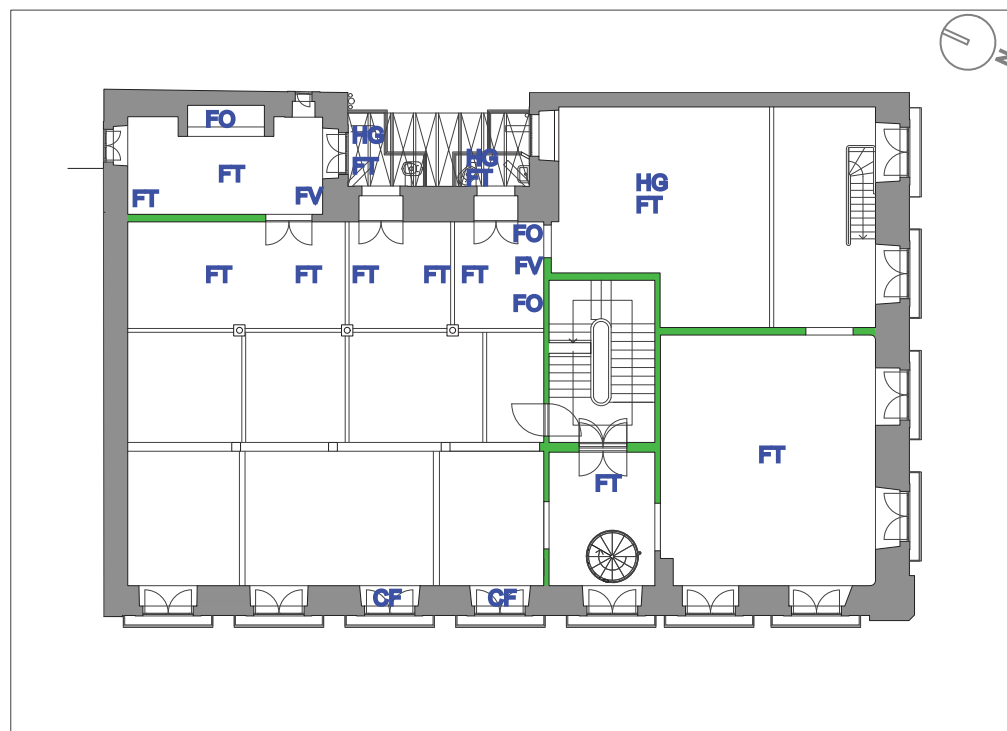
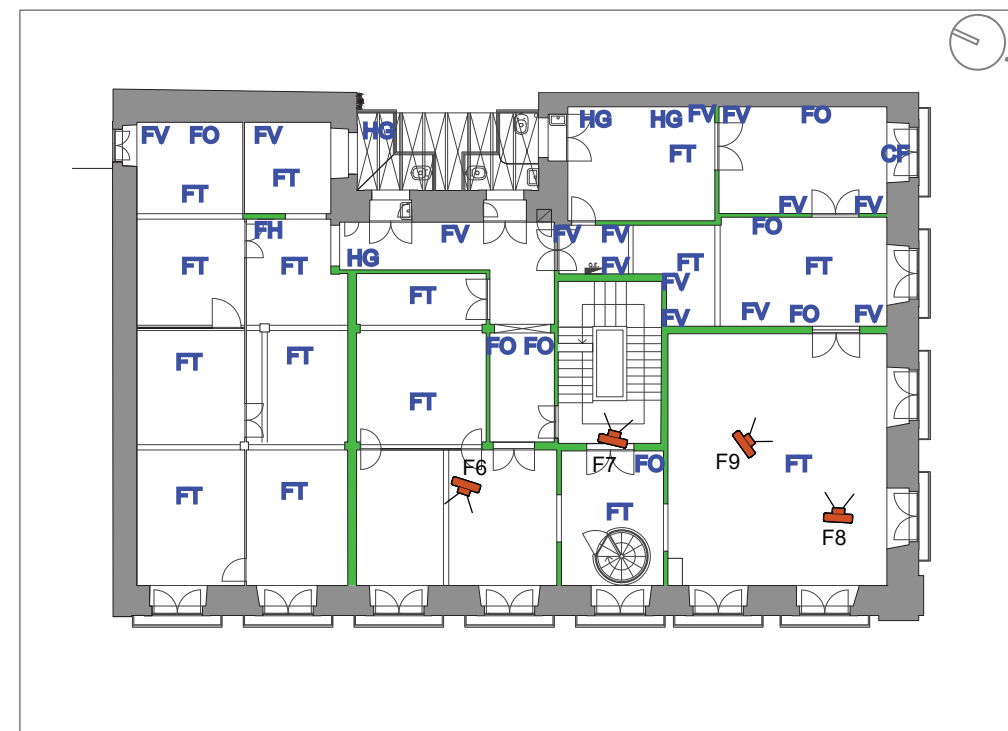


Figura 5



Planta do piso 1, escala 1/200



Planta do piso 2, escala 1/200

Legenda

	- Paredes de alvenaria de pedra		
	- Paredes de alvenaria de tijolo	HG	- Humidades generalizada
	- Paredes de tabique	HP	- Humidades em paredes
	- Paredes de frontal	HT	- Humidades em tetos
	- Gesso	FH	- Fendilhação horizontal
	- Sondagem parede	FV	- Fendilhação vertical
	- Sondagem teto	FO	- Fendilhação oblíqua
	- Sondagem pavimento	FT	- Fendilhação em teto
		FP	- Fendilhação em paredes
		FR	- Fendas reparadas
		DA	- Deterioração em assentamentos
		VF	- Verga fendilhada
		TC	- Tetos colapsado
		SF	- Sacada fendilhada
		CF	- Cantaria fraturada



Figura 6

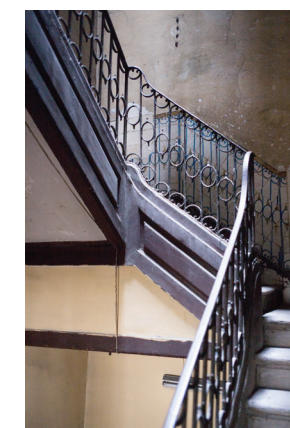


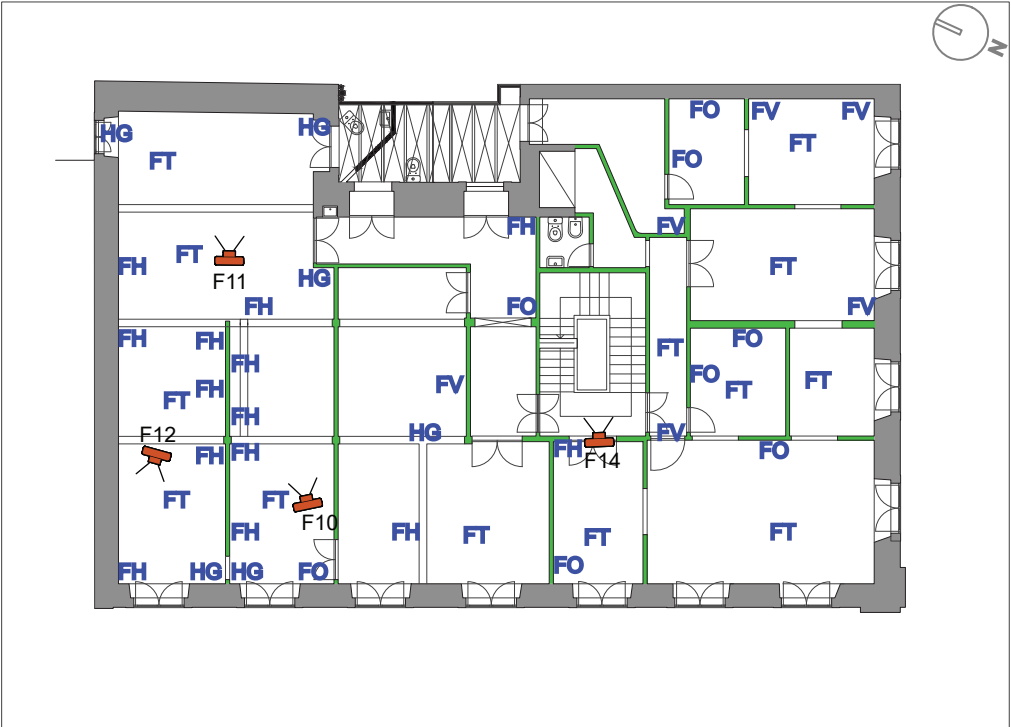
Figura 7



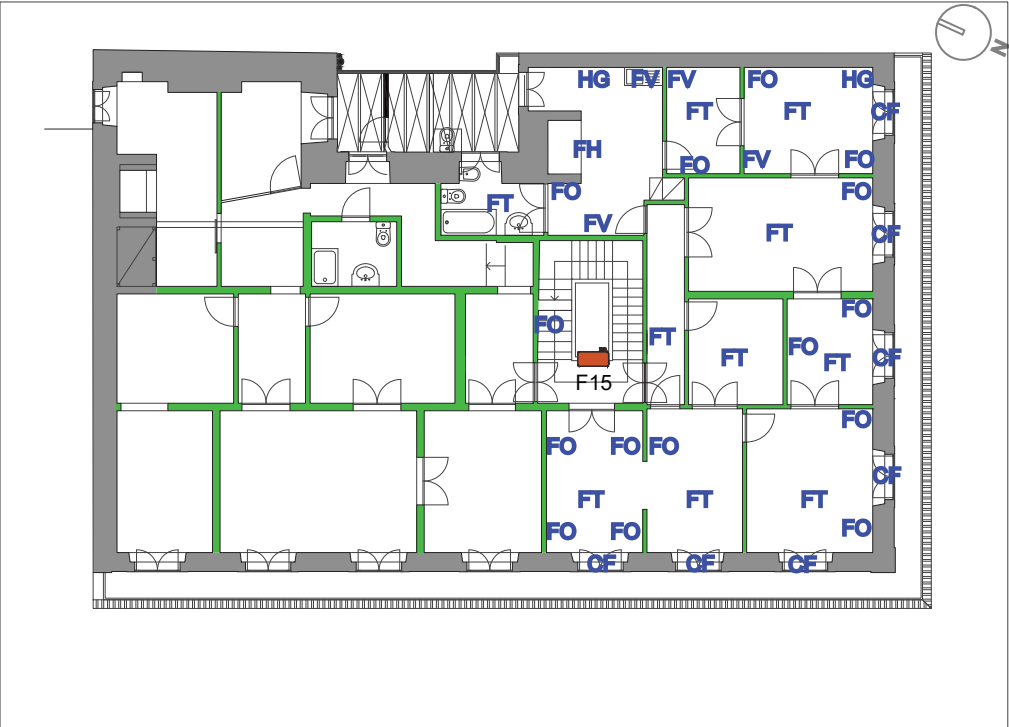
Figura 8



Figura 9



Planta do piso 3, escala 1/200



Planta do piso 4, escala 1/200

Legenda

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Gesso | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



Figura 10



Figura 11



Figura 12



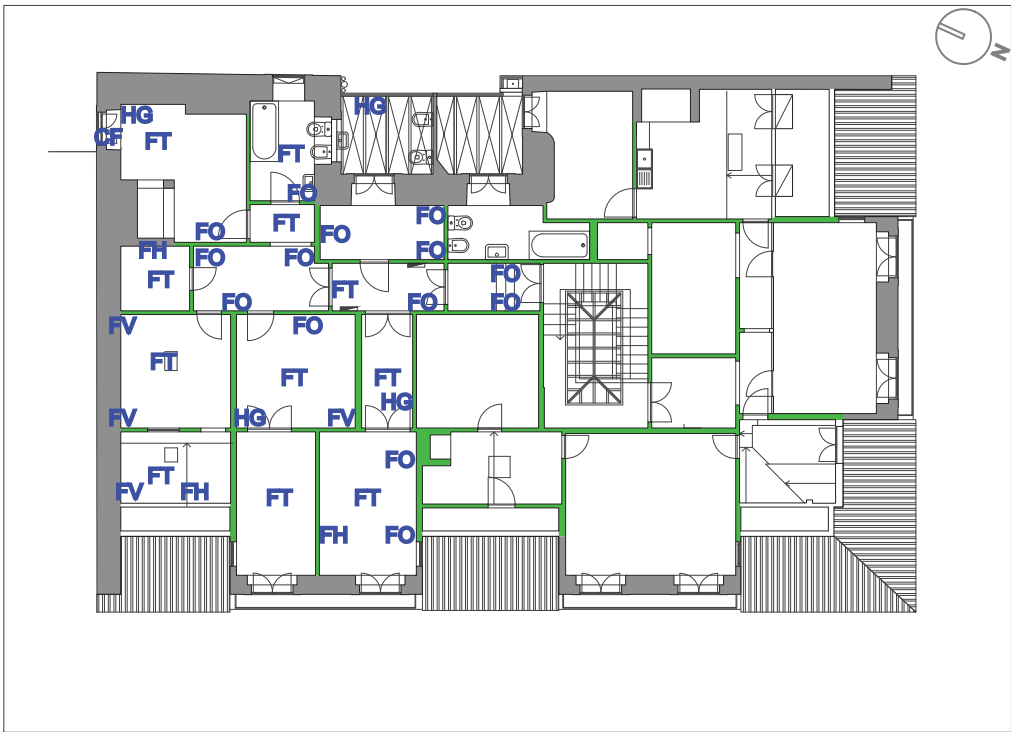
Figura 13



Figura 14



Figura 15



Planta do piso 5, escala 1/200

Legenda

- | | | | |
|---|----------------------------------|--------------------|---------------------------------|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias | |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG | - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP | - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT | - Humidades em tetos |
|  | - Gesso | FH | - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV | - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO | - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT | - Fendilhação em teto |
| | | FP | - Fendilhação em paredes |
| | | FR | - Fendas reparadas |
| | | DA | - Deterioração em assentamentos |
| | | VF | - Verga fendilhada |
| | | TC | - Tetos colapsado |
| | | SF | - Sacada fendilhada |
| | | CF | - Cantaria fraturada |

Anexo 4. Estado de conservação do edifício no Rossio: levantamento de anomalias



Alçado sobre a Praça D. Pedro IV, escala 1/200



Alçado sobre a Rua 1º de Dezembro, escala 1/200

Legenda

-  - Paredes de alvenaria de pedra
-  - Paredes de alvenaria de tijolo
-  - Paredes de tabique
-  - Paredes de frontal
-  - Paredes em pladur
-  - Sondagem parede
-  - Sondagem teto
-  - Sondagem pavimento

Tipos de anomalias

- HG** - Humidades generalizada
- HP** - Humidades em paredes
- HT** - Humidades em tetos
- FH** - Fendilhação horizontal
- FV** - Fendilhação vertical
- FO** - Fendilhação oblíqua
- FT** - Fendilhação em teto
- FP** - Fendilhação em paredes
- FR** - Fendas reparadas
- DA** - Deterioração em assentamentos
- VF** - Verga fendilhada
- TC** - Tetos colapsado
- SF** - Sacada fendilhada
- CF** - Cantaria fraturada



Figura 1



Figura 2



Figura 3

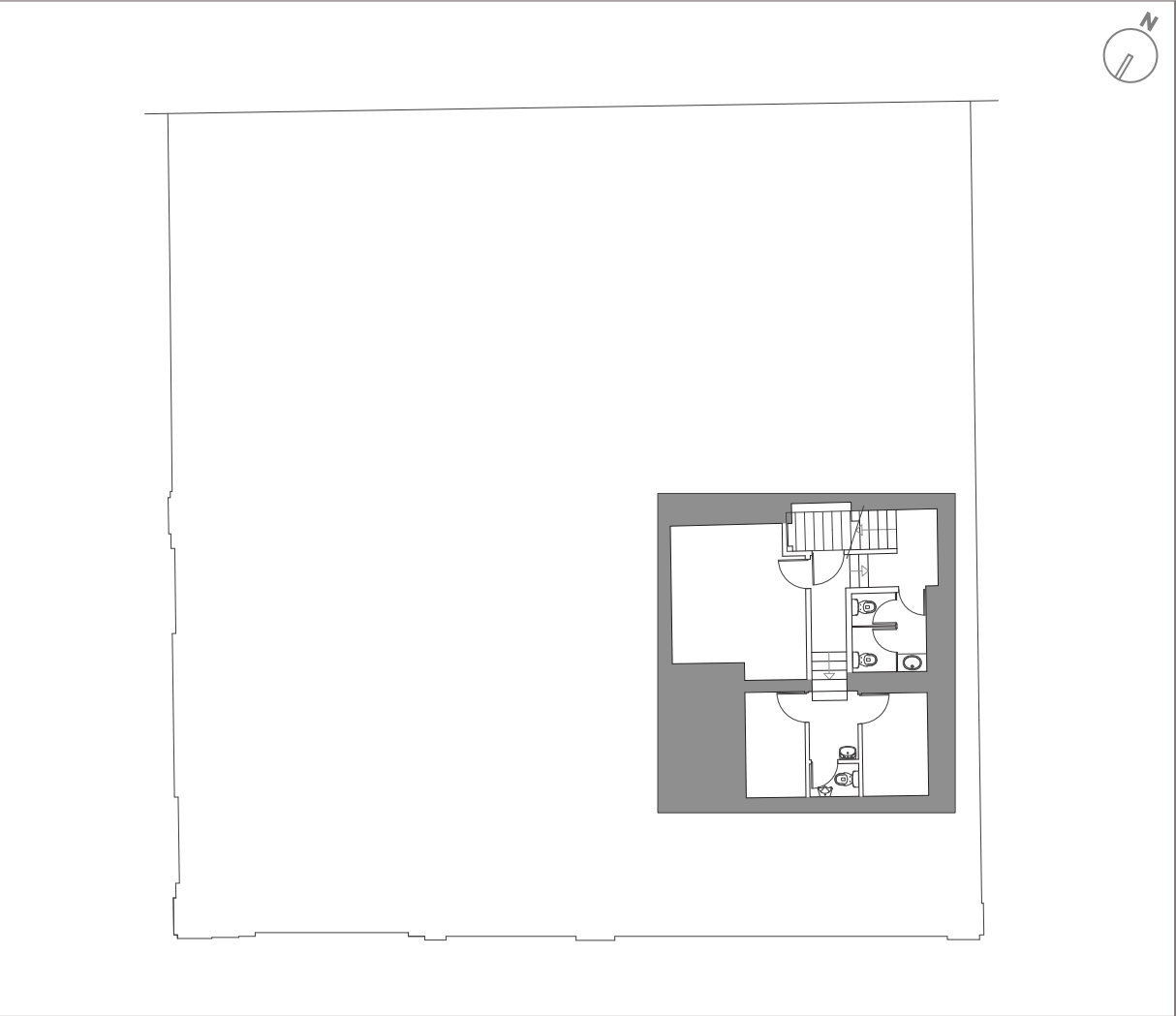


Figura 4



Alçado sobre a Praça D. João da Câmara, escala 1/200





Planta da cave, escala 1/200



Planta do piso térreo, escala 1/200

Legenda

- Paredes de alvenaria de pedra
- Paredes de alvenaria de tijolo
- Paredes de tabique
- Paredes de frontal
- Paredes em pladur
- Sondagem parede
- Sondagem teto
- Sondagem pavimento

- Tipos de anomalias
- HG - Humidades generalizada
 - HP - Humidades em paredes
 - HT - Humidades em tetos
 - FH - Fendilhação horizontal
 - FV - Fendilhação vertical
 - FO - Fendilhação oblíqua
 - FT - Fendilhação em teto
 - FP - Fendilhação em paredes
 - FR - Fendas reparadas
 - DA - Deterioração em assentamentos
 - VF - Verga fendilhada
 - TC - Tetos colapsado
 - SF - Sacada fendilhada
 - CF - Cantaria fraturada

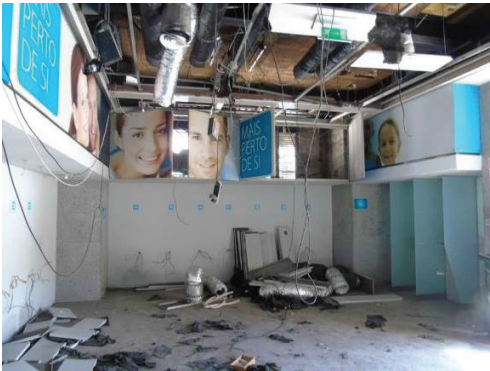


Figura 5
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 6
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 7
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 8
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 9
fonte: Ana Almeida (2017)

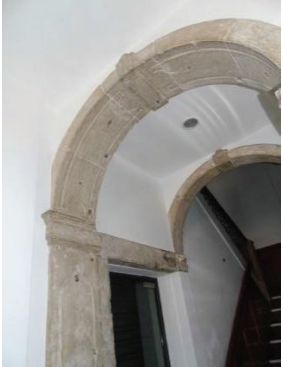
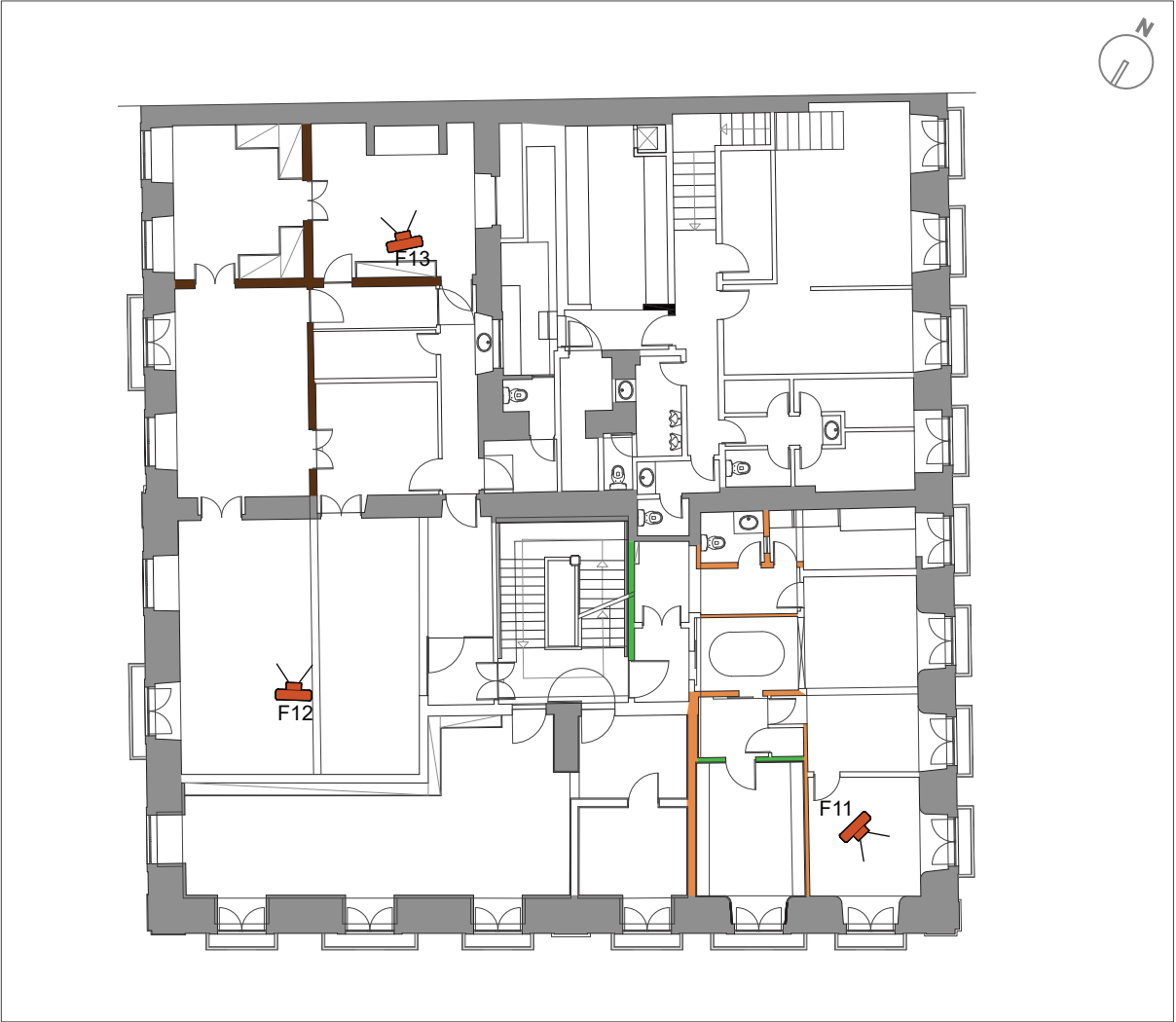
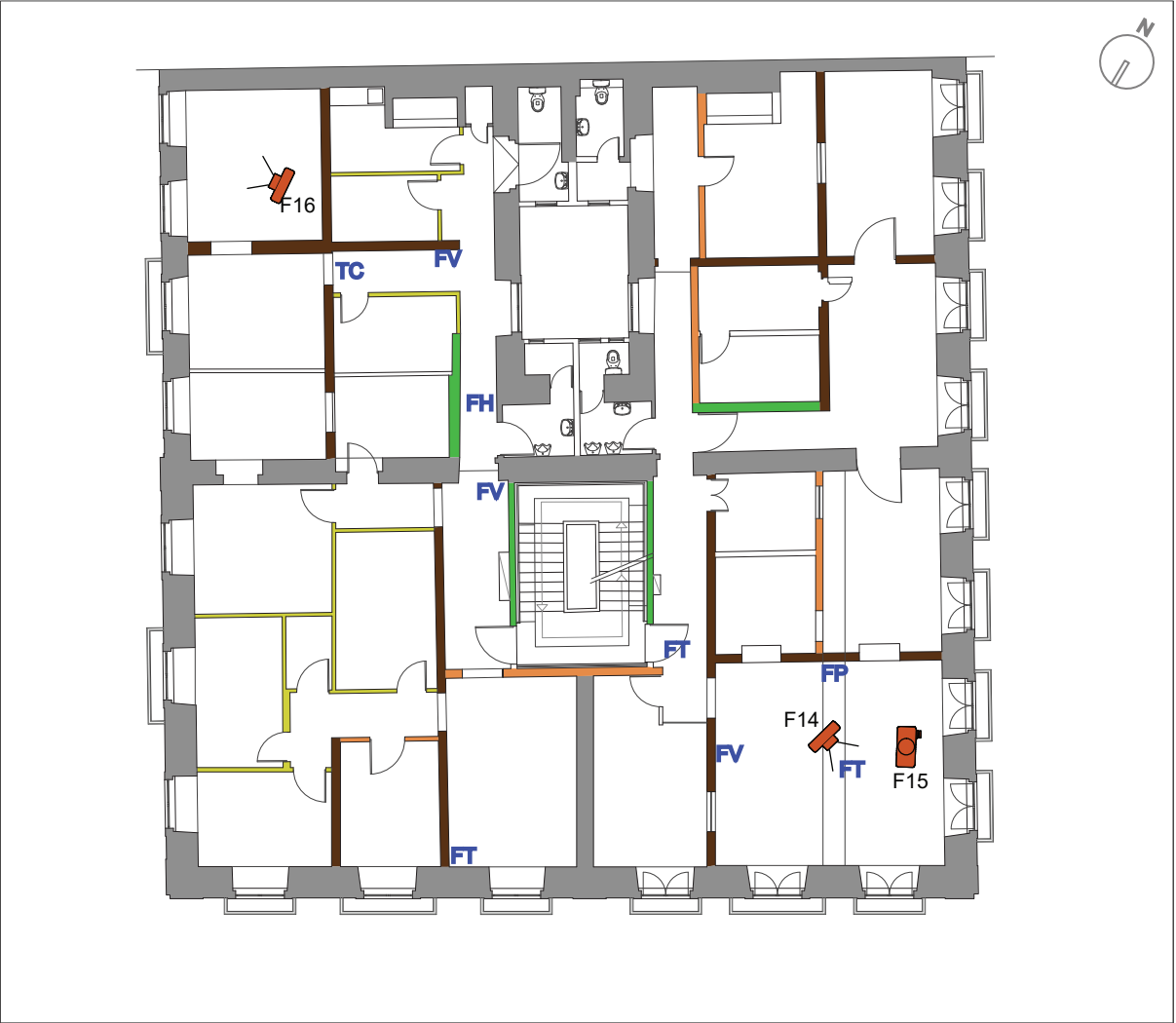


Figura 10
fonte: Ana Almeida (2017)



Planta do piso 1, escala 1/200



Planta do piso 2, escala 1/200

Legenda

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Paredes em pladur | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



Figura 11
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 12
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 13
fonte: Ana Almeida (2017)



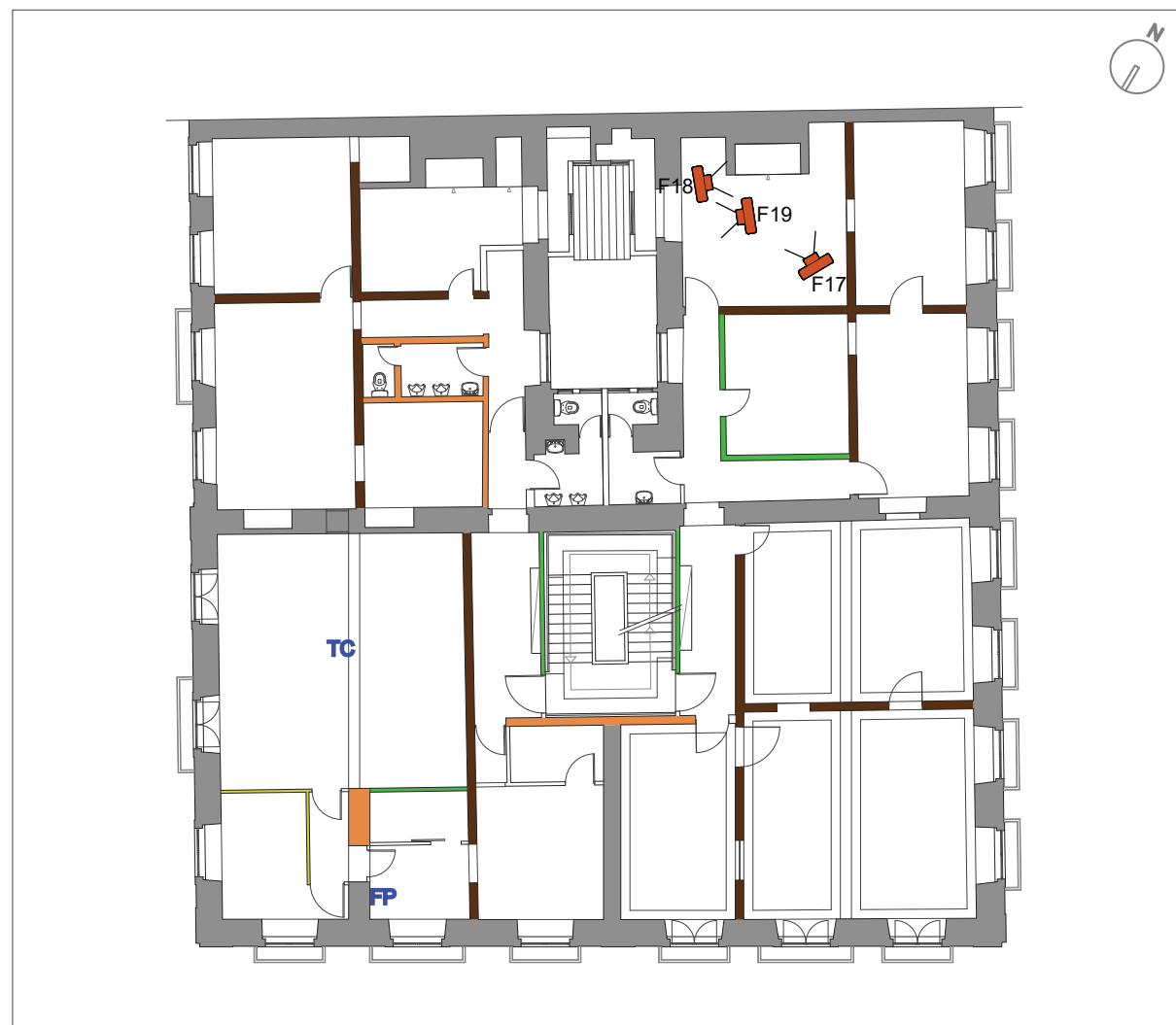
Figura 14
fonte: Ana Almeida (2017)



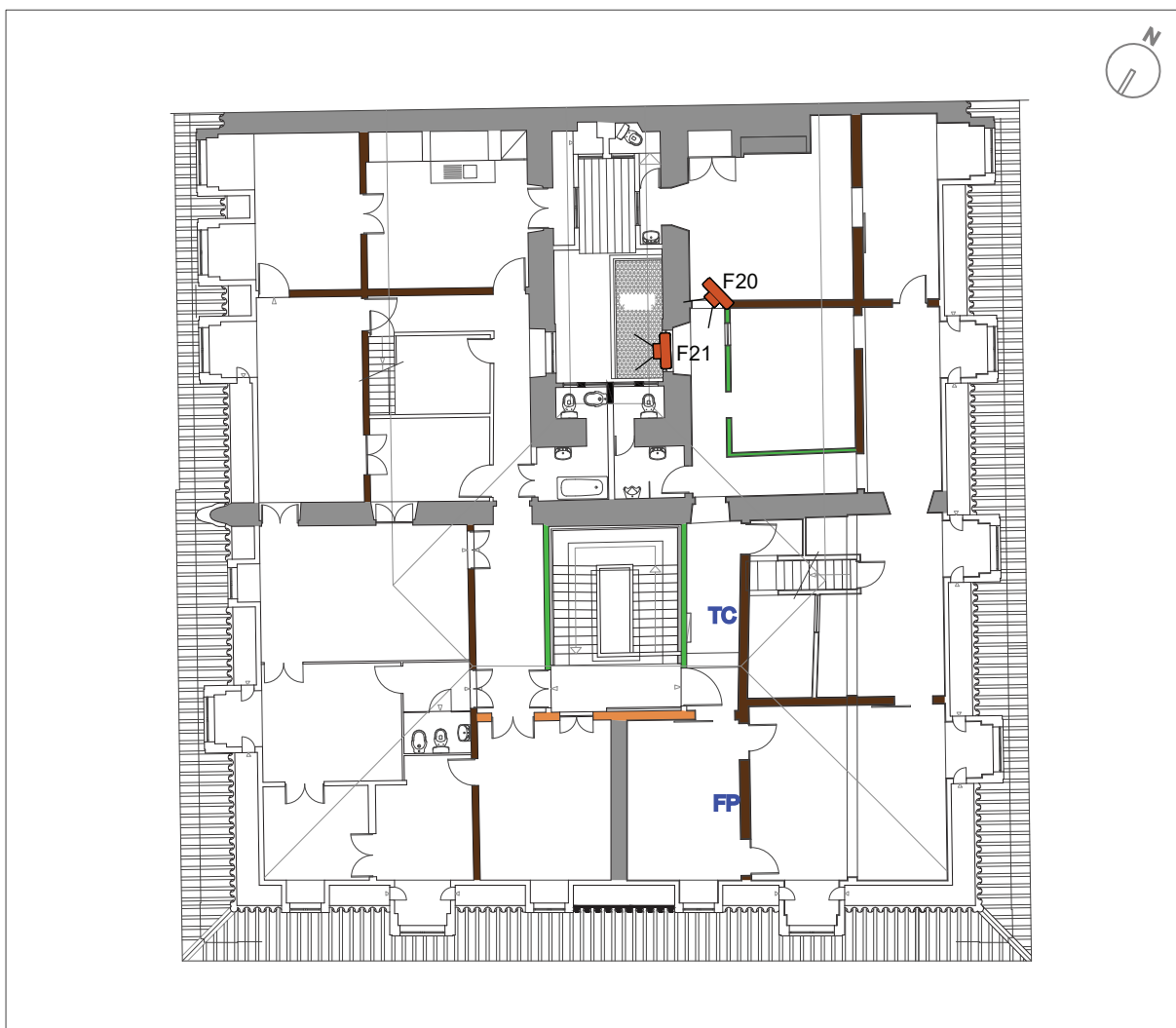
Figura 15
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 16
fonte: Ana Almeida (2017)



Planta do piso 3, escala 1/200



Planta do piso 4, escala 1/200

Legenda

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT - Humidades em tetos |
|  | - Paredes em pladur | FH - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT - Fendilhação em teto |
| | | FP - Fendilhação em paredes |
| | | FR - Fendas reparadas |
| | | DA - Deterioração em assentamentos |
| | | VF - Verga fendilhada |
| | | TC - Tetos colapsado |
| | | SF - Sacada fendilhada |
| | | CF - Cantaria fraturada |



Figura 17
fonte: Ana Almeida (2017)

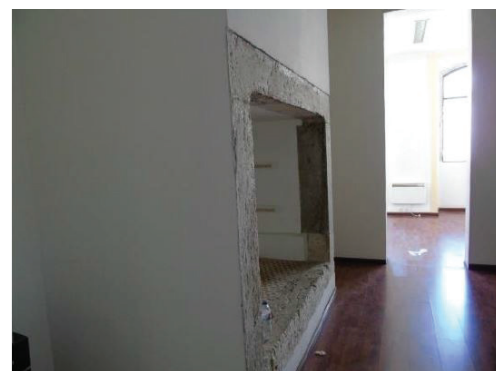


Figura 18
fonte: Ana Almeida (2017)



Figura 19
fonte: Ana Almeida (2017)

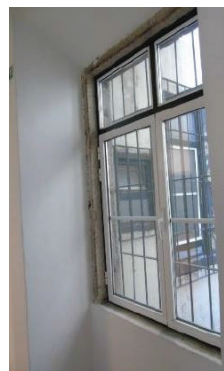


Figura 20
fonte: Ana Almeida (2017)

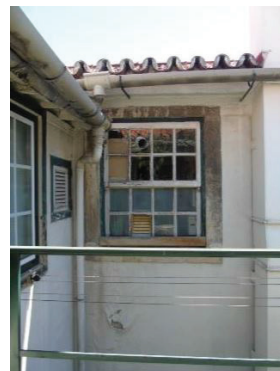
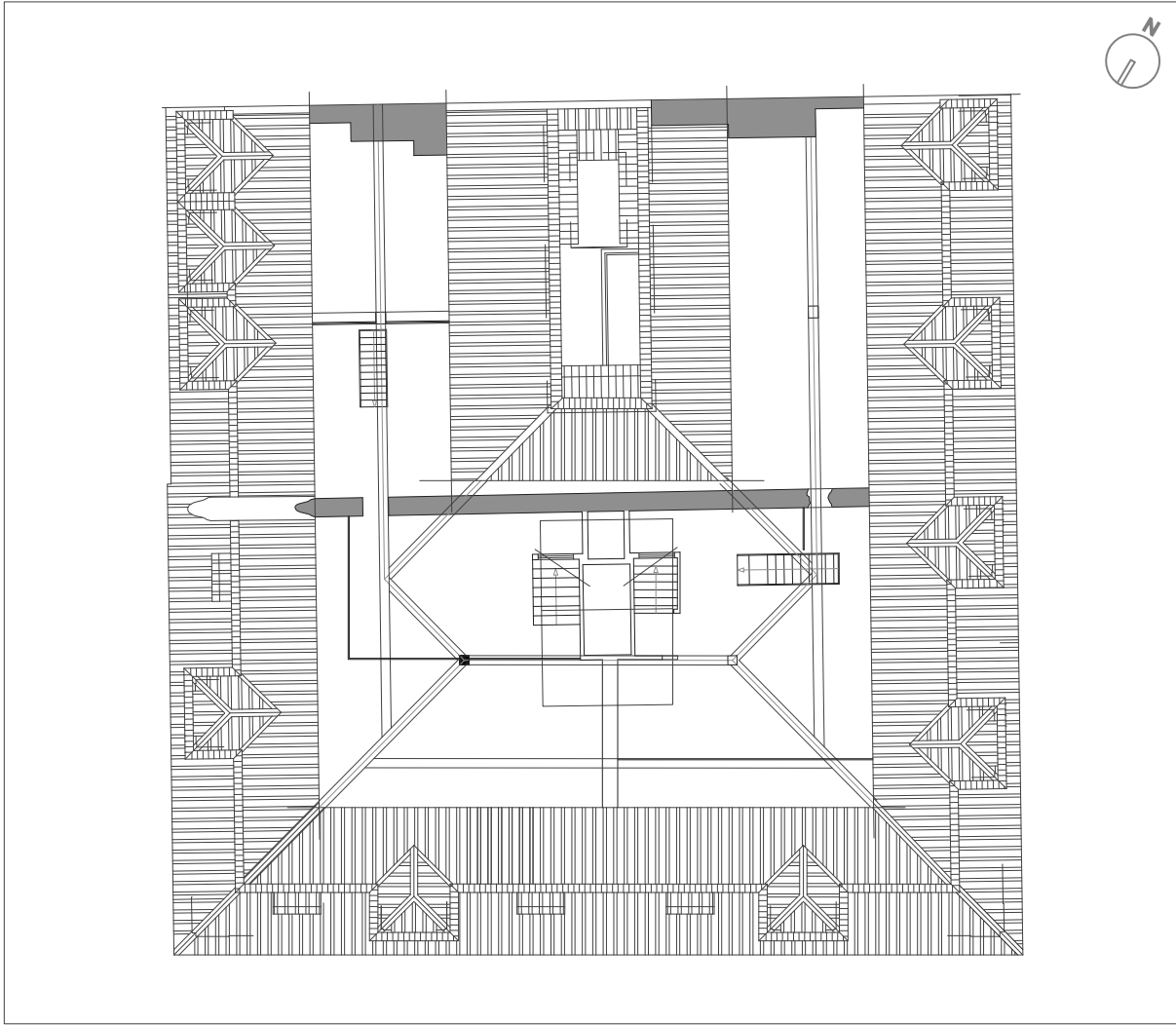


Figura 21
fonte: Ana Almeida (2017)



Planta do sótão, escala 1/200

Legenda

- | | | | |
|---|----------------------------------|--------------------|---------------------------------|
|  | - Paredes de alvenaria de pedra | Tipos de anomalias | |
|  | - Paredes de alvenaria de tijolo | HG | - Humidades generalizada |
|  | - Paredes de tabique | HP | - Humidades em paredes |
|  | - Paredes de frontal | HT | - Humidades em tetos |
|  | - Paredes em pladur | FH | - Fendilhação horizontal |
|  | - Sondagem parede | FV | - Fendilhação vertical |
|  | - Sondagem teto | FO | - Fendilhação oblíqua |
|  | - Sondagem pavimento | FT | - Fendilhação em teto |
| | | FP | - Fendilhação em paredes |
| | | FR | - Fendas reparadas |
| | | DA | - Deterioração em assentamentos |
| | | VF | - Verga fendilhada |
| | | TC | - Tetos colapsado |
| | | SF | - Sacada fendilhada |
| | | CF | - Cantaria fraturada |